



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

**RUTHLENE RIBEIRO GOMES**

**A EMANCIPAÇÃO FEMININA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS**

**CAMPINA GRANDE  
2015**

**RUTHLENE RIBEIRO GOMES**

**A EMANCIPAÇÃO FEMININA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Estadual da Paraíba  
como requisito para obtenção do grau de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira

**CAMPINA GRANDE  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633e                    Gomes, Ruthiene Ribeiro  
A emancipação feminina, seus avanços e seus desafios  
[manuscrito] / Ruthiene Ribeiro Gomes. - 2015.  
86 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira, Departamento de Serviço Social".

1. Emancipação. 2. Gênero feminino. 3. Mulher. 4. Movimento feminista. I. Título.

21. ed. CDD 305.4

RUTHLENE RIBEIRO GOMES

A EMANCIPAÇÃO FEMININA, SEUS AVANÇOS E SEUS DESAFIOS

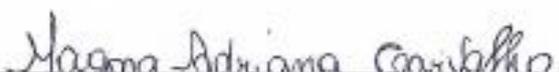
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

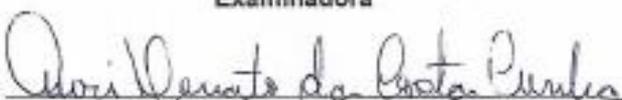
Aprovada em: 07/12/2015.

Nota 9,0.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Ms Patricia Crispim Moreira-DSS/CCSSA/UEPB  
Orientadora

  
Magna Adriana Carvalho Assistente Social CRAS- Malvinas  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Examinadora

  
Prof. Dr. Auri Donato da Costa Cunha DSS/CCSSA/UEPB  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ser o autor da minha vida e por ter me dado essa grande chance de alcançar essa vitória tão especial, sempre me mantendo firme e forte em muitos momentos dessa luta, A minha mãe Angelita e ao meu pai José Marinho(*in Memoriam*) que muito contribuíram para a realização desse sonho, A todos os meus familiares e amigos que me apoiaram, Ao meu companheiro de vida e de lutas Moisés Souto que muito me ajudou com a sua paciência e compreensão.

A todos os professores que até hoje passaram na minha vida que também me transmitiram conhecimentos e valores que foram necessários para a minha formação, Aos estágios por onde passei que não só foi de extrema importância para a minha futura prática profissional, mas para fazer de mim uma pessoa mais humana em compreender um pouco da vida e ter cada vez mais respeito pelo tipo de realidade em que as pessoas estão inseridas. As orientadoras Prof<sup>a</sup> Patrícia Crispim e a Magna Carvalho o meu muito obrigado pelo seu empenho em me orientar e a contribuir com o êxito da minha formação acadêmica.

A todos os amigos(as) e demais colegas de curso de turma de estágio que contribuíram intelectualmente, espiritualmente com sua solidariedade, força, carinho e amizade que tanto me serviu de apoio e abrigo nos momentos mais difíceis que enfrentei. As professoras Nerize Laurentino e Ângela Ramalho e a todos do grupo de pesquisa que me permitiram ser aluna pesquisadora, essa experiência me deu a chance conhecer realidades que muito contribuiu para eu ser hoje uma pessoa mais realizada na graduação.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o processo da emancipação feminina destacando em meio a esta trajetória os seus avanços e seus desafios além de salientar a importância da participação da mulher nas lutas e transformações sociais consecutivamente destaca como se desenvolveu a construção do processo de emancipação humana da mulher, o histórico da militância feminina surgiu através do pioneirismo do movimento feminista seguido de outros movimentos sociais, as lutas femininas contribuí desde o início da sua história para construir uma democracia e organização social mais igualitária não somente para esta categoria de gênero, mas para outras classes que são afetadas pelas diversas formas de discriminações e explorações presente no sistema vigente. Neste respectivo trabalho foi possível realizar um estudo bibliográfico sobre o referido tema, abordando obras que contribuem para analisar e destacar os principais conflitos, desafios e paradigmas que se fazem presentes na conjuntura histórica contemporânea em que a mulher está inserida, como sabemos as problemáticas atuais que afeta esta categoria de gênero se projeta neste atual modelo de sociabilidade em que predomina um sistema econômico, social que reforça a condição de subalternidade da mulher em relação ao homem através da clássica imposição dos papéis de gênero que foram historicamente, culturalmente construídos e atribuído a mulher através da secular ideologia patriarcal, o que dentro do modo de produção capitalista gerou cada vez mais desigualdades e opressões gerando através de fenômenos como a divisão sexual do trabalho bases materiais destas desigualdades que afeta não apenas ambos os sexos mas todos os indivíduos, nessa perspectiva mesmo com a modernização da sociedade e como advento das suas diversas transformações percebe-se que na história da nossa civilização permaneceu enraizados os vários mecanismos e simbolismos de opressão que impediram as mulheres de obter a participação na luta pela conquista dos seus direitos, cidadania e emancipação desta forma a militância feminina desde da sua origem até os dias de hoje obtém um caráter revolucionário legítimo, no qual no decorrer da sua atuação desenvolve ações afirmativas que são indispensáveis para concretizar construções que contribui para se implantar transformações que são indispensáveis tanto para combater o conjunto de opressões que historicamente foram direcionadas as mulheres através das relações de gênero como para fundar uma nova e melhor sociabilidade.

**Palavras-Chaves:** Emancipação. Mulher. Gênero.

## ABSTRACT

This work has as study object the process of women's emancipation highlighting amidst's trajectory his advances and challenges as well as stress the importance of participation of women in social struggles and transformations and consecutively highlights how developed the construction of the emancipation process human woman, the history of women's activism came through the pioneering feminist movement followed by other social movements, women's struggles contributed since the beginning of its history to build a democracy and more egalitarian social organization not only for this category of gender, but for other classes that are affected by various forms of discrimination and present holdings in the existing system. In their work was possible to carry out a bibliographic study on the said topic, addressing works which help to analyze and highlight the main conflicts, challenges and paradigms that are present in contemporary historical juncture in which the woman is inserted, as we know the current problems that affects is the category of gender projects in this current model of sociability that are mostly economic, social system that reinforces the status of women's subordination in relation to man through the classic imposition of gender roles that had historically, culturally constructed and attributed to women by secular patriarchal ideology, which in the capitalist mode of production has generated increasing inequalities and oppressions generated by phenomena such as the sexual division of labor bases materials such inequalities that affect not only both sexes but all individuals, this perspective even with the modernization of society and with the advent of its various transformations it is noticed that in the history of our civilization remained rooted the various mechanisms and symbolism of oppression that prevented women from obtaining the participation in the struggle for their rights, citizenship and emancipation thus the female militancy from its origin to the present day gets a legitimate revolutionary character, which in the course of its operations develops affirmative actions that are necessary to realize constructions that contributes to implement changes that are needed both to combat set oppressions that historically out targeted women through gender relations and to found a new and better sociability.

**Keywords:** Emancipation.Woman.Gender.

## LISTA DE SIGLAS

CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS
DATASUS	DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS BRASIL
MF	MOVIMENTO FEMINISTA
MMC	MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS
MMM	MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
MMN	MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PEA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PEC	PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>REFLETINDO SOBRE GÊNERO .....</b>	<b>30</b>
3.1	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO .	47
<b>4</b>	<b>O FEMINISMO E A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUAS CONQUISTAS E OS DESAFIOS .....</b>	<b>85</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dominação patriarcal que se instalou desde os primórdios da humanidade ainda se faz presente em diversos setores na conjuntura social contemporânea favorecendo o capitalismo e contribuindo para que o seu processo de produção de riquezas fortaleça a sua dominação excludente, aumentando a concentração de renda nas mãos de poucos e expropriando os direitos e conseqüentemente a dignidade humana e social das classes trabalhadoras. Esses agravantes estão mais presentes na vida das mulheres desde que são elas que historicamente foram segregadas a viver sobre uma lógica de organização social fundamentada no poder do homem. Assim o feminismo desde o início da sua atuação política em meados da revolução francesa no final do século XVIII busca introduzir as mulheres na participação das lutas femininas para desconstruir os simbolismos e os mecanismos conservadores que alimenta o ideal de subalternidade e inferioridade das mulheres em relação aos homens, se engajando na luta para romper com toda forma de opressão e de desigualdades em que elas estão historicamente aprisionadas.

Um dos ideais que fundamentou o poder do homem sobre as mulheres e sobre a sociedade é o machismo<sup>1</sup>, este tipo de ideologia precede a muitos séculos de avanços sociais e históricos do mundo.

[...]O machismo não é invenção moderna. Acompanha as culturas das quais somos herdeiros há milênios. Pode ser encontrado em ainda outras mais. Em praticamente todos os tempos históricos. O machismo não nasceu com o capitalismo: o capitalismo é que foi forjado sobre um pensamento machista. O machismo não nasceu com a Igreja: a Igreja é que tomou os contornos dele. O machismo não nasceu com a propriedade privada no pré-feudalismo europeu: esse último é que se baseou nele. O machismo não tem origem, nacionalidade. Não depende do racismo nem de classes sociais para existir. O machismo está aí — porque só passamos a enxergá-lo há pouco mais de um século, contra milênios de sua existência anterior. Porque lutamos umas pessoas contra ele, enquanto as estruturas mais elementares da nossa sociedade (Estado, religião, família, conhecimento, educação, escola ciência, filosofia, indústria, classes racismo) já nasceram modeladíssimas por ele. O machismo é a

---

<sup>1</sup>Segundo o dicionário Michaelis, Atitude ou comportamento de quem não admite a igualdade de direitos para o homem e a mulher, sendo, pois, contrário ao feminismo. Qualidade, ação ou modos de macho; macheza, machidão.

hegemonia, descritinha, sem tirar nem por. Por isso, o machismo é sempre um sistema (MOSCHOVICK, 2014).

Desta forma, a ideologia machista representa um dos principais desafios que por muito tempo impediu as mulheres de alcançar a sua emancipação se tornando prejudicial para a conquista da igualdade entre os gêneros, acentuando a discriminação e impossibilitando a valorização da mulher, se colocando como um dos principais obstáculos para se fazer a conquista dos seus direitos e cidadania fazendo com que a luta das mulheres seja também a luta por uma revolução tanto ideológica quanto política e cultural que possa atuar contra esse e outros ideais sexistas.

É fato que o machismo é um sistema ideológico de raízes bem arraigadas na vida da sociedade e nos organismos por ela sedimentados, sua influência é antagônica ao ideal de uma sociedade mais justa e igualitária, a medida que não afeta somente a vida das mulheres mas de outros grupos sociais, por mais que o machismo se faça presente na vida cotidiana dos indivíduos a ponto de interferir a conquista de direitos e qualidade de vida das mulheres e de outros grupos ele não é algo imutável sua desconstrução se torna possível através de uma educação libertária, crítica, de políticas públicas e de programas sociais que seja eficientes para coibir sua prática e suas consequências.

No tocante a realidade brasileira com o advento da Constituição Federal de 88 foram ampliadas as possibilidades de se inaugurar novas perspectivas para construir processos de mudanças para combater esta problemática. Dessa forma foi preciso inserir dentro do contexto do papel do Estado a partir do princípio da isonomia presente na Constituição Federal Brasileira o dever de prover meios de combate a este tipo de desigualdade, assim através do contexto democrático da citada constituição que através do seu caráter político, social, econômico tende a implementar a construção de uma sociedade onde haja mais justiça, igualdade e fraternidade entre os indivíduos, nesse viés para se fazer o combate das desigualdades de gênero e automaticamente a quebra dos simbolismos e mecanismos de exclusão e discriminação da ideologia patriarcal fora de extrema importância inserir dentro da organização política e social do país políticas públicas e programas sociais que abordasse este recorte de gênero para emancipar as

mulheres das condições de subalternidade e opressões que secularmente estão submetidas.

De acordo com Farah(2003, p.5-6).

O Estado passou a considerar as políticas públicas um espaço privilegiado de combate às desigualdades de gênero, defendendo-se a idéia da articulação de ações governamentais e não-governamentais, para a própria formulação das políticas. [...] A agenda de gênero, por sua vez, constituída nos anos 70 - integrada a uma agenda mais abrangente, em torno da democratização e da noção de direitos - no final dos anos 80, também sofre modificações, de um lado, especificando-se em torno de temas como saúde, sexualidade, violência contra a mulher, dentre outros.

De acordo com a autora citada decorrente do resultado da implementação de políticas públicas e programas sociais que passaram a atender as demandas das problemáticas que afeta a vida das mulheres se instalou na realidade brasileira, novas práticas no combate a desigualdade de gênero o que de acordo com a autora foi notabilizada pela Gestão Pública e Cidadania, programa de identificação, premiação e disseminação de iniciativas inovadoras de governos subnacionais, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGVEAESP) e pela FUNDAÇÃO FORD, com apoio do BNDES, seguindo esta perspectiva a autora supracitada aborda que tal análise realizada pela mencionada fundação considerou nesse estudo os programas e políticas que tem como objetivo atender as demandas presentes nesta temática, destarte o que se vê na obra da referida autora é a concretização das ações afirmativas oriundas da implementação das políticas e programas sociais que ampliaram os direitos das mulheres além de fortalecer suas lutas o que consecutivamente cooperou para estabelecer melhores condições de vida e cidadania para está classe.

Ainda ao abordar está realidade, Farah (2003) cita na sua obra Políticas Públicas e Gênero, os programas e as políticas públicas que atendem algumas das mais importantes demandas femininas entre quais são mencionados:

Projeto Casulo, de São José de Campos (SP), e Mãe Canguru, de Pernambuco, que visam diminuir a mortalidade infantil - ou a módulos com este enfoque em programas mais abrangentes, tais como os Programas de Saúde da Família PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - está presente em diversos dos programas analisados seja pela inclusão explícita da atenção à mulher em diferentes etapas de

sua vida, seja pela incorporação de temas priorizados pelos movimentos e entidades de mulheres como sexualidade, violência contra a mulher, planejamento familiar etc.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde, de Alcantil, (PB), que atende não apenas gestantes e nutrizes, mas também mulheres em idade fértil e no climatério; o Programa de Atenção à Mulher na Terceira Idade, de Londrina, (PR), e o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, do município do Rio de Janeiro, programa de formação de profissionais de saúde para a atenção global à saúde da mulher.

O programa Uma Mudança no Paradigma de Atenção à Saúde, de Vitória, (ES), que desenvolve ações em áreas como sexualidade, orientação para o planejamento familiar, prevenção de câncer e orientação relativa ao climatério e pelo Médico de Família, de Niterói, que também incorpora o planejamento familiar, a saúde reprodutiva, a prevenção ao câncer e as doenças sexualmente transmissíveis como parte integrante da atenção à saúde. O programa “Saúde da família”, no entanto, a mulher é incorporada na qualidade de gestante, sendo também mobilizada como mãe, para o combate à desnutrição infantil. [...], o Programa Casa Rosa Mulher, de Rio Branco (AC), que atende mulheres e meninas vítimas de violência sexual e doméstica, inserida em um política que combate também a prostituição infantil e o tráfico de mulheres. Outros exemplos são a Casa Eliane de Grammont, de São Paulo (SP), a Casa Bertha Lutz, de Volta Redonda (RJ), o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, de Bauru (SP). Os demais programas (de Quixadá, de Betim, do Estado do Ceará e de Vitória e de Teresina e de Porto Alegre) consistem em programas de crédito e capacitação, visando à montagem de pequenos negócios e pequenas unidades produtivas e ao apoio de trabalhadores autônomos, assim como a cooperativas de trabalhadores.

Outro exemplo de programas sociais que contribui para emancipar as mulheres são:

A casa da mulher no início deste ano Campo Grande (MS) ganhou a primeira Casa da Mulher Brasileira do País. O complexo conta com todos os serviços especializados para atender a mulher vítima de violência, como delegacia, juizado, defensoria, promotoria, equipes psicossocial e de orientação para emprego e renda, além de brinquedoteca e área de convivência. A ação faz parte do Programa Mulher Viver sem Violência, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A casa de Campo Grande recebeu um investimento de R\$ 18,2 milhões do governo federal Das 940 mil matrículas oferecidas pelo Pronatec ao público do Brasil Sem Miséria, 595 mil são de mulheres, o que corresponde

a 67% do total. “A meta é atingir 1 milhão de pessoas pobres em 2014”, destaca a ministra. Atualmente, são 539 cursos acessíveis às pessoas mais pobres e com pouca escolaridade em diversas áreas: construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, entre outros. Além do Pronatec, o Programa Mulheres Mil, coordenado pelo Ministério da Educação, já capacitou cerca de 40 mil mulheres entre 2011 e 2013. O objetivo desse programa é promover formação profissional com aumento da escolaridade das mulheres em situação de vulnerabilidade. Já nas operações do Programa Crescer, que oferece microcrédito produtivo orientado a taxas reduzidas, 72% dos empreendedores são mulheres, segundo dados fornecidos pelo Cadastro Único em agosto de 2013. Já nas operações do Programa Crescer, que oferece microcrédito produtivo orientado a taxas reduzidas. Com relação à inclusão produtiva e rural, as mulheres correspondem a 30% do total de beneficiários dos serviços de Assistência Técnica de Extensão e Rural (Ater). Além disso, as chamadas públicas para a contratação de serviços devem garantir que pelo menos 30% dos técnicos extensionistas sejam mulheres (PORTAL BRASIL, 2015d).

Nesse aspecto inserir a questão da desigualdade de gênero nas políticas públicas e programas sociais do país significou/a um avanço essencial para se concretizar meios de se combater as múltiplas formas de opressão contra a mulher, abordar a situação de desigualdade e opressão que as mulheres historicamente enfrentam dentro das políticas públicas e programas sociais não foi só mais uma forma de legitimar o princípio de dignidade humana e de igualdade entre homens e mulheres que está presente da Constituição Federal, mas fortalecer a luta, defesa e promover a conquista dos direitos das mulheres, que coopera para transformar a relação de homens e mulheres menos desigual e conflituosa.

No tocante a esta condição de subalternidade e opressão que fora historicamente direcionada as mulheres Marx e Engels e Lênin (1980,p.15) teceram uma importante abordagem que contribui para analisar como surgiram os conceitos que serviram para fundamentar a ideologia patriarcal.

Na sociedade primitiva a descendência “contava apenas pela linha feminina”. Os filhos não pertenciam a gens paterna e sim a gens materna. “Com a morte do proprietário de rebanhos estes teriam de passar primeiramente para seus irmãos e irmãs e aos filhos destes últimos, ou aos descendentes das irmãs de sua mãe. Quanto aos seus próprios filhos, eram deserdados”. Continuou Engels: “À

medida, portanto, que as riquezas aumentavam estas davam ao homem, por um lado, uma situação mais importante na família que a da mulher, e, por outro lado, faziam nascer nele a idéia de utilização dessa situação a fim de que revertesse em benefício dos filhos a ordem de sucessão tradicional. Mas isso não podia ser feito enquanto permanecia em vigor a filiação segundo o direito materno. Este deveria, assim, ser abolido e foi o que se verificou". Assim "foi estabelecida a filiação masculina e o direito hereditário paterno"[...] Por isso, concluiu que "o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, ela abre, ao lado da escravatura e da propriedade privada, a época que dura ainda hoje, onde cada passo para frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem-estar e o progresso de uns se realizam através da infelicidade e do recalçamento de outros"

Sendo assim é possível concluir que a mudança de uma sociedade matriarcal para uma sociedade patriarcal se deu em torno da apropriação privada, o que de acordo com esse contexto passou a ser utilizada para legitimar o direito da sucessão paterna, transferindo além dos bens aos filhos dos herdeiros das gens, uma posição social, onde a ordem natural baseada entre as diferenças de cor, raça e sexo, estabeleceu a condição de superioridade a uns e de inferioridade a outros indivíduos, atribuindo maiores vantagens para uma classe em detrimento de outra, o que contribuiu para originar e fundamentar as desigualdades de classes.

Dentro desse contexto é que se instituiu à mulher uma posição de inferioridade, de subalternidade e de dependência em relação ao homem, naturalizando e perpetuando a sua condição social ao fato da sua condição biológica. A partir daí as relações de homens e mulheres foram transformadas à medida que a participação masculina passou a ter mais importância na sociedade, As mulheres foram sujeitas a ser consideradas como objetos a medida que sua importância fora diminuída dentro do lar se tornando meras mercadorias para fornecer a mão-de-obra no trabalho privado e para a manutenção da família. Teoricamente através desse ponto histórico surge a ideologia machista, pois a mudança da condição do homem em relação à mulher lhe conferiu obter uma reação autoritária e arrogante ao assumir a posição que antes lhe fora negada. Assim a opressão contra a mulher foi instituída pelo sexo oposto e significou uma ruptura na história da humanidade, criando um mundo centrado na figura do homem.

Com o passar do tempo a opressão contra as mulheres se intensificou à medida que as transformações introduzidas na sociedade pelo capitalismo trouxeram mudanças tanto na vida como no comportamento dos indivíduos, fazendo com que as relações sociais passassem a ser também relações de produção do sistema vigente. O capital, a burguesia, o proletariado, a exploração, as mercadorias e o lucro extraído do trabalho excedente dos trabalhadores passou a compor um sistema onde a lógica é obter o lucro máximo na produção e venda dos bens de consumo e essa lógica gira em torno da desvalorização humana e social dos indivíduos, a medida que a burguesia e o proletariado, tem interesses opostos formando o antagonismo e os conflitos de classes, assim as mulheres passaram a fazer parte de uma classe social, onde a sua condição é de uma exploração extrema, a medida que na sociedade capitalista ocorre a opressão de classes e consecutivamente a opressão de gênero.

Ao utilizar a força de trabalho das mulheres, o capitalismo se apropria do argumento das diferenças biológicas<sup>2</sup> existentes entre ambos os sexos para justificar o seu modelo de hierarquia e poder sobre o trabalho feminino, o que fundamenta a divisão sexual do trabalho, e beneficia o processo de exploração da mais-valia pelo modo de produção capitalista em torno da clássica ideologia da inferioridade feminina o que fortalece a subalternidade da mulher em relação ao homem e causa sérios danos ao progresso social das mulheres e da nação.

Este presente trabalho está estruturado em quatro capítulos o primeiro capítulo faz uma introdução sobre como se deu o início da trajetória das lutas femininas e consecutivamente do feminismo e como a opressão direcionada às mulheres através da ideologia patriarcal que se consolidou no capitalismo o que serviu para legitimar a luta dessa classe de gênero pela conquista dos seus direitos, igualdade e dignidade política, social e humana em relação ao sexo oposto. O segundo capítulo aborda a questão de gênero no contexto de tentar explicar de acordo com as análises dos citados estudiosos como surge a definição/construção de identidade e papel de gênero dos indivíduos e como gênero não passa somente por um viés de definição biológica de sexo ou de uma orientação ou opção sexual, mas concebe a uma classe importância social e política que visa quebrar os

---

<sup>2</sup> Historicamente alguns segmentos da sociedade consideram que, a diferença entre o homem e a mulher é a seguinte: A mulher menstrua, faz a gestação e amamenta. Fisicamente falando essa é a diferença. Fora disso qualquer outro tipo de distinção é cultural. Todas as diferenças não decorrentes da (pura) biologia é "Imposta pela sociedade" são diferenças de gênero (GOMES, 2015).

estigmas históricos e as bases materiais e ideológicas da opressão e desigualdade em que há séculos se faz presente na conjuntura histórica, cultural e social da humanidade.

O terceiro capítulo elenca a trajetória da participação da mulher nos movimentos sociais que não está vinculada somente a participação no movimento feminista, mas em outros tipos de movimentos sociais que assim como o feminismo tem igual importância na luta para desconstruir os mecanismos da subordinação de gênero destinada a essa classe.

O quarto e último capítulo faz uma breve reflexão sobre a problemática da divisão sexual do trabalho no ambiente privado e de algumas das problemáticas presentes denominada dupla ou tripla jornada de trabalho realidade que muitas mulheres enfrentam no seu cotidiano desde que o determinismo sexista que fora estruturado tanto nas relações de gênero como em diversos segmentos da sociedade contribui para perpetuar divisões tanto simbólicas quanto materiais acerca do trabalho produtivo e improdutivo destinado as mulheres promovendo e naturalizando a condição de inferioridade e subalternidade dessa classe, além de mencionar a exploração da imagem feminina na mídia como mais uma fonte de lucros para o capital.

Em seguida através das considerações finais pode-se concluir que a identidade e papéis de gênero partem tanto da definição biológica de sexo e experiências sexuais vivenciadas pelos indivíduos ao longo da vida quanto das construções e influências sócio-históricas, as diferenças existentes entre ambos os sexos são idealisticamente e culturalmente sedimentados por rígidos padrões comportamentais que cultivaram por séculos um sistema de opressão, e desigualdade exercido por uma classe de gênero em detrimento de outra, ressaltando que a desconstrução da lógica patriarcal que afeta diversos setores da sociedade será possível com a implantação de uma educação emancipadora que juntamente com uma política libertária possa concretizar a construção de uma nova sociabilidade onde tanto homens e mulheres sejam indivíduos detentores dos mesmos valores e direitos.

É com foco no contexto de exploração dominação de gênero vivenciado pela mulher na sociedade patriarcal, capitalista contemporânea que este trabalho se contextualiza, ao abordar a importância das lutas em que as mulheres historicamente empenham para conquistar a sua emancipação e a construção de uma nova

sociabilidade salientando as conquistas, e os desafios presentes no seu cotidiano de militância, em que eu observei através das experiências extraídas no estágio em que estive inserida através do curso de Serviço social da Universidade Estadual da Paraíba no Centro de Referência de assistência Social CRAS – Malvinas no município de Campina Grande/ PB.

## 2BREVE HISTÓRICO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA

A subalternidade feminina como anteriormente fora explicitada foi forjada para favorecer a classe masculina em detrimento da classe feminina, essa condição que foi imposta a essa classe de gênero favorece na contemporaneidade a lógica do capital, o que precariza a vida das mulheres e conseqüentemente o progresso da sociedade, a medida que são elas que compõem boa parte da população do Brasil e do mundo.

Para se fazer a ruptura da injusta posição em que as mulheres há séculos estão submetidas, é indispensável inseri-las num constante processo de lutas para que elas possam conquistar cada vez mais os espaços de poder onde a representação e defesa dos seus direitos se torna imprescindível para que as classes, e a sociedade como um todo possa reconhecer que a opressão contra as mulheres e todo o determinismo machista e conservador direcionado a elas impede o direito de serem participantes de uma construção social mais democrática e justa.

As lutas travadas pela conquista da emancipação feminina são as lutas para desconstruir os aspectos fundamentais da dominação capitalista assim o caráter das lutas femininas assume um contexto de lutas anticapitalistas, onde a quebra da lógica sexista presente no modelo econômico contemporâneo precisa ser instaurado na vida das mulheres para que elas possam combater as inúmeras desigualdades em que estão inseridas e que assim possam realizar as transformações necessárias para se fazer a instauração de importantes avanços que melhorem suas realidades de vida.

Falar da emancipação feminina é falar do movimento feminista, pois na trajetória das lutas femininas nasceu o feminismo<sup>3</sup> como sendo um movimento de projeção político social que no decorrer da sua militância possibilitou as mulheres a realizar mudanças que as transformou em personagens fundamentais para construir ações revolucionárias que tem por objetivo instaurar não somente a igualdade de gênero e o combate as múltiplas formas de opressão contra a mulher, mas para se fazer uma transformação social onde as respostas para o enfrentamento de várias problemáticas presente na vida das mulheres e de outras classes sociais seja fruto

---

<sup>3</sup>Feminismo é o movimento social que defende a igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos (GASPARETI, 2010).

de novas e melhores relações entre os indivíduos; o que torna a luta feminista complexa a medida que para se fazer a implantação de uma nova conjuntura social é preciso se fazer o rompimento dos paradigmas das relações de gênero e o seu determinismo biológico e cultural, da divisão sexual do trabalho, e das suas formas conjunturais e históricas, que foi construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. O que instaurou no mundo do trabalho a subordinação de gênero e a divisão social entre homens e mulheres. As desigualdades entre os gêneros não está presente somente nas suas formas materiais, mas em formas subjetivas que influencia o pensamento, e a vida de ambos os sexos.

Para que as mulheres possam alcançar a igualdade em relação aos homens, o reconhecimento do seu valor e da sua dignidade humana deve se fazer presente na luta de classes, e essas classes devem ser revolucionárias para que a emancipação feminina possa ser conquistada, afinal, Emancipar é buscar a igualdade de direitos em relação aos homens. É ir além é libertar-se é alcançar uma consciência crítica dialética para realçar as condições das diversidades presentes nas relações de gênero para que as mulheres possam se engajar na luta contra toda a forma de opressão e dominação, buscando implantar novas condições econômicas, sociais e políticas que permitam as mulheres concretizarem seus direitos para que elas possam se tornar seres humanos autônomos.

Desta forma a atuação do movimento feminista busca desenvolver estratégias para alcançar as necessidades do público feminino que quando levadas para o âmbito político são trabalhadas para posicionar as demandas em um contexto das relações sociais, fazendo com que o movimento feminista obtenha um acúmulo de experiências que possa fortalecer a luta contra a dominação do homem sobre a mulher e contra as formas de opressão de gênero e de uma classe sobre outra presente nas relações intra-classes a medida que a lógica do sistema vigente faz com que um homem explore outro homem, uma mulher explore outra mulher, o que serve para gerar os antagonismos de classes favorecendo o capitalismo, que também gira em torno da condição das mulheres de ser uma classe fortemente explorada.

No tocante as lutas femininas, é importante destacar aqui um breve histórico da sua atuação e do seu rebatimento na vida em sociedade que muito cooperou para trazer novas respostas no enfrentamento da dominação capitalista e das relações entre as classes de gênero.

A primeira vez que as mulheres se apresentaram na história como sujeito político, foi no processo da Revolução Francesa. Além da reivindicação pelos direitos políticos, existe registro da luta das mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e no tocante ao acesso as armas, na defesa da revolução. Direito até então restrito aos homens, apesar da presença massiva das mulheres, nas ruas em levante populares contra o poder Real e da Igreja na organização da sociabilidade da época. Desta forma, além de lutarem pela consolidação do poder popular em contraponto ao poder burguês, as mulheres iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política (GURGEL, 2010).

Mas, ao mesmo tempo que, a instauração da revolução francesa e da idade moderna foi um meio para que a insurreição das manifestações femininas se instalasse, esse período também foi um tempo em que se coibiu a resistência das lutas femininas, que foram consideradas como uma ameaça para a classe burguesa daquela época, e por isso as reuniões do clube de mulheres, foram proibidas conforme relata Riot-Sarcy (2002, p. 20)

Todos os habitantes de um país devem e gozam de direitos de cidadãos passivos, todos tem direito a proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade, etc... mas nem todos tem o direito a ser parte ativa da formação do poder público ; nem todos são cidadãos ativos. As mulheres, [...], as crianças, os estrangeiros, aqueles que contribuem em nada para o funcionamento público não devem influenciar na coisa pública.

A revolução francesa (1789-1799) foi um movimento de dimensão político-social e econômica desencadeado pela classe burguesa, e seus ideais contemplavam os objetivos que essa classe desejava implantar numa França que era governada pela monarquia absolutista. Desta forma a revolução francesa significou um processo de lutas travadas pela burguesia para estabelecer a sua hegemonia, seus princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram utilizados como forma de garantir que os objetivos da classe burguesa que estava

intrínsecos dentro do movimento fossem alcançados, assim o princípio revolucionário desse movimento ficou restrito ao plano das leis, o que cooperou para que se fortalecesse os níveis de diferenças entre homens e mulheres, pobres e ricos e entre todos os membros da sociedade, assim a Revolução Francesa foi uma estratégia de fortalecimento do domínio de uma classe sobre outra classe, no final este movimento favoreceu a consolidação da estrutura da classe burguesa e da sua sociedade e respectivamente do seu poder de exploração do homem sobre o homem.

O processo da revolução francesa foi em sua maioria desencadeado por homens compromissados com os ideais burgueses por isso seus valores eram de cunho patriarcal à medida que a burguesia é uma classe de valores conservadores, com isso a liberdade defendida por esse movimento não se dirigia a vida das mulheres, essa liberdade se aplicava a manter os privilégios masculinos, assim foi impossível às mulheres conquistar a sua liberdade nesse período.

Os autores Pinsky e Pedro (apud MADERS, 2010, p. 48) afirmam que esse movimento as decepcionou à medida que:

[...] a maior parte dos homens que apoiavam a revolução independente de suas filiações políticas, não achava que liberdade, igualdade e fraternidade estendiam-se às mulheres, sendo favoráveis a sua volta para a vida doméstica, onde poderiam gozar dos benefícios da revolução desde que não subvertissem a “natureza”, exigindo qualquer participação direta nos assuntos do Estado.

Desta forma a revolução francesa vetou a participação política das mulheres além de reafirmar a hierarquia familiar, como sendo um importante núcleo social fortalecendo assim o ideal patriarcal que estabelece o domínio do homem dentro da família e do lar, à medida que as mulheres se posicionavam a favor do divórcio e do amor livre. Mesmo com esses ideais conservadores a revolução favoreceu o questionamento dos indivíduos a respeito das posições de ambos os sexos dentro das relações e da sociedade o que contribuiu para analisar o contexto da submissão da mulher e das suas reivindicações e problemáticas existentes dentro do grupo familiar e social que inibe a participação feminina na esfera pública.

A trajetória de vida das mulheres é marcada por lutas e necessidades de superar o conjunto das adversidades presente no contexto da sociedade sexista no século XIX época em que as mulheres foram introduzidas no mercado de trabalho com o advento da Revolução Industrial que as mulheres passaram a sofrer mais intensamente com o domínio conservador da sociedade patriarcal que juntamente com a exploração capitalista inseriram as mulheres em uma realidade cada vez mais excludente e injusta. Como afirma Kollontai(2005, p. 17):

As relações de produção que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa submetida ao marido, que a sustentava são as mesmas que ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impele a mulher frágil e inadaptada á luta do cotidiano e a submetem a dependência econômica do capital.

Nesse contexto a mulher passa a se ver inserida em uma nova realidade à medida que sua força de trabalho passa a ser explorada, novos valores fez com que elas passassem a reavaliar a sua situação de mulher o que consequentemente modificou sua forma de agir e viver em sociedade, à medida que as transformações implantadas pelo capitalismo fez com que as mulheres passassem a fazer parte de uma nova lógica de organização do trabalho, assim juntamente com o advento do modo de produção capitalista nasceu a mulher moderna, onde sua situação tradicional de dependência e subordinação as imposições da família e do lar, ganhou novas características como afirma Marques(2006, p, 92).

A mulher se liberta de seus valores tradicionais e cai nas entranhas do capital Dessa forma, a personalidade da mulher moderna é marcada principalmente pelas transformações que essa nova dinâmica do sistema provoca nelas. Sendo que requer destas características de força de alguém que saiba se posicionar assemelhando-se assim ao próprio homem cujas marcas são permanentes. Onde as exigências desse sistema transforma as mulheres, aguçando nessas características que compõem sua individualidade.

E ainda para Kollontai (2005, p.16):

A mulher moderna como tipo, não poderia aparecer a não ser com o aumento quantitativo da força de trabalho feminino assalariado. Assim o que antes era tido como normal, ou seja, a permanência das mulheres nos lares, agora o normal é sua participação no mercado, abandonando a condição de filhas, esposas obedientes e submissas e adquirindo características de uma nova mulher.

Ao fazer parte dessa nova conjuntura, através do salário que recebiam as mulheres passaram a sentir que poderiam conquistar a sua liberdade, e independência assim elas começaram a reivindicar direitos iguais aos dos homens, se engajando na luta para obter uma melhor condição salarial além de reivindicar o direito de permanência no espaço e na vida pública.

Em 1792 no Reino Unido, Mary Wollstenecraft, publicou reivindicações do direito das mulheres que buscava as mesmas oportunidades políticas, educacionais e trabalhistas dos homens. Na mesma época foi criado por John Stuart Mill o comitê do sufrágio feminino (Foi uma forma de participação e demonstração de interesses dos indivíduos na vida pública, na sociedade política) que teve seu projeto igualitário rejeitado pelo parlamento em 1866, uma mulher sacrificou a vida numa das famosas corridas na Grã-Bretanha, para chamar atenção para a causa. No início do século XX, despontam as primeiras mudanças no mundo inteiro, a Revolução Russa de 1917 concede o direito de voto às mulheres na Finlândia em 1906, na Noruega em 1913 no Equador em 1929, por volta de 1950 à lista compreendia mais de 100 nações (GASPARETI, 2010).

As dificuldades trabalhistas impostas na vida das mulheres devido a lógica de exploração do capital e da desvalorização da sua mão-de-obra em relação aos homens resultou no desencadeamento da união das mulheres na associação de movimentos feministas, que estavam intimamente ligados as classes operárias.

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, o movimento ganhou força por volta do século XIX, em Nova York, surgiram as convenções de mulheres na luta pelo abolicionismo. Após a 2ª Guerra Mundial, o feminismo vem à tona para reivindicar a liberdade feminina em relação ao seu corpo e pensamento oprimidos por uma cultura extremamente masculina, entre elas estavam a luta pelo aborto, igualdade salarial e o acesso a todos os cargos ocupados exclusivamente por homens, foram várias as obras que influenciaram esse momento das lutas femininas como: O segundo Sexo da Simone Beauvoir e A mulher eunuco da australiana Germaine Green, a Mística Feminina da Betty Friedman considerado o manifesto mais realista do movimento de libertação da mulher, mundialmente

conhecido como: Women'sLiberation. Em 8 de Março de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova York entraram em greve ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução do horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Esta operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde, se declarou um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas (GASPARETI, 2010).

Após esse fato no ano de 1910, a Organização das Nações Unidas(ONU) realizou uma conferência no país da Dinamarca, onde instituiu o dia 8 de março como o dia internacional da mulher, além de estabelecer 12 direitos que foram conferidos as mulheres são eles:

Direito a vida; Direito a liberdade e a segurança social; Direito a igualdade livre de toda forma de discriminação; Direito a liberdade de pensamento; Direito a informação e educação; Direito a privacidade; Direito á saúde e proteção; Direito de constituir e planejar a sua família; Direito a ter ou não filhos e quando tê-los; Direitos aos benefícios do progresso científico; Direito a liberdade de reunião e participação política; Direito a não ser submetidas à tortura e maus tratos.

Em julho do ano de 2010 a ONU ampliou o leque de medidas que colaboram para que as mulheres tenham acesso aos seus direitos, a ONU mulheres foi criada para que essa entidade possa melhor intervir nas causas femininas, abordando outras perspectivas como a questão da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, Assim as necessidades das mulheres foram melhor avaliadas o que contribuiu para:

Apoiar os organismos intergovernamentais como a comissão sobre o Status da Mulher na formulação de políticas, padrões e normas globais, que coopera para os Estados-Membros a implementar estas normas, fornecendo apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicite, bem como estabelecendo parcerias eficazes como a sociedade civil. [...] A igualdade de gênero não é apenas um direito humano básico, mas a sua concretização tem enormes implicações socioeconômicas. empoderar as mulheres impulsiona economias mais prósperas, estimulando a produtividade e o crescimento. No entanto as desigualdades de gênero permanecem profundamente arraigadas nas sociedades. Muitas mulheres não tem acesso a um trabalho decente e ainda tem que enfrentar disparidades salariais ocupacionais de segregação de gênero. Muitas vezes lhe são negados o acesso é educação básica e saúde. Mulheres em todas as partes do mundo sofrem violência e discriminação. [...] A ONU mulheres foi criada para resolver tais desafios. A agência é uma instância forte e dinâmica voltada para as

mulheres e meninas proporcionando-lhes uma voz poderosa a nível global, regional e local. Fundamentada na visão de igualdade de consagração na carta das Nações Unidas, A ONU Mulheres, entre outras questões trabalha para combater a discriminação contra as mulheres e meninas; e para promover o empoderamento das mulheres e a realização da Igualdade entre as mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, dos direitos humanos, além de promover a ação humanitária, a paz e a segurança (ONU MULHERES,2015).

A visibilidade e reconhecimento dos direitos da classe feminina pela sociedade e pelas suas instituições se deve a trajetória de lutas promovidas pelas mulheres através do movimento feminista, onde a imagem e voz das mulheres foram projetadas a um nível de resistência macroestrutural que assume as reivindicações femininas no âmbito do mundo do trabalho e da educação sexista, além da violência contra a mulher, e temas específicos como a heteronormatividade<sup>4</sup>, e as reivindicações a favor do aborto, além de abordar a maternidade como uma opção e as problemáticas do mundo doméstico e familiar.

Ao atuar dentro dos partidos políticos o feminismo leva as reivindicações femininas para os espaços de poder, colocando-as ao nível de lutas socialistas que se empenha para quebrar tanto a lógica de dominação do sistema vigente como da dominação masculina que através dos seus mecanismos legitima o seu poder sobre essa classe de gênero, o que há anos expõe as mulheres a diversas contradições que se fazem presentes em diversos espaços das organizações e das relações sociais desencadeando as desigualdades que envolve ambos os sexos.

Desta forma a resistência política do feminismo desafia os partidos de esquerda no tocante a formular programas estratégicos que possa contemplar outras temáticas como de raça/etnia que são elementos que se inserem dentro da análise da antologia do ser social.

Esse viés é um tema muito pertinente para se analisar as dimensões do ser, desde que abrange as necessidades dos indivíduos o que colabora para que tanto o feminismo como outros movimentos sociais possam melhor visualizar e enfrentar as problemáticas presentes dentro das classes. Para o sistema vigente essas dimensões do ser social são utilizadas para promover a sua lógica de exploração o

---

<sup>4</sup>Numa acepção epistemológica, “hetero” que em grego quer dizer “diferente” e “norma” que em Latim quer dizer “esquadro” constituem a formação da palavra heteronormatividade, ou seja, um conjunto de ações e situações praticadas entre pessoas de sexos opostos. Assim, toda, uma gana de sexo, sexualidade e identidade de gênero deveriam se enquadrar dentro dos moldes da heteronormatividade, sendo esta a única orientação sexual considerada “normal” (DIDIER, 2011).

que consolida o seu processo de acumulação de riquezas através da fragmentação da classe trabalhadora, levando as suas problemáticas para todas as esferas da vida social, essas problemáticas se intensificam dentro do âmbito do trabalho, à medida que o capitalismo visa obter o lucro máximo no seu modo de produção aumentando assim a concentração de renda nas mãos de poucos, impossibilitando o acesso às riquezas oriundas do trabalho para a classe proletária entre outras menos favorecidas.

Ressaltando a história do movimento feminista e das suas manifestações, torna-se indispensável mencionar aqui o período histórico das suas fases à medida que a construção do seu processo de militância fornece importantes registros da sua atuação, que contribui para situar os pontos da sua dimensão política e das suas estratégias sociais que há anos viabiliza condições de melhorar a vida das classes.

As lutas travadas pelo movimento feminista são divididas e analisadas em três ondas; A primeira onda do feminismo se refere ao sufrágio feminino que se estabeleceu no século XIX e início do século XX, onde as mulheres reivindicavam o direito ao voto aos direitos civis e políticos. A segunda onda foi caracterizada pelo conjunto de ideais e ações que foram associadas ao movimento que se manifestava para promover a liberdade sexual impulsionada pelo advento dos contraceptivos e pela questão do aborto e da maternidade como opção essa fase se iniciou na década de 1960 e também reivindicava a igualdade civil e social das mulheres, no tocante a terceira onda essa foi analisada por alguns estudiosos como sendo uma continuação das outras fases do movimento feminista, nesse período houve discussões, críticas e análises acerca dos paradigmas presente nas outras fases do movimento essa terceira fase se iniciou na década de 1990 (GASPARETI, 2010).

Os paradigmas presentes nas outras ondas do movimento feminista que foram analisados e discutidos na sua terceira onda se refere ao fato que o discurso universal propagado pelo feminismo não estava inserindo a perspectiva de que o conjunto de opressões oriundas tanto do sistema vigente quanto da sociedade patriarcal atinge as mulheres de forma diferente, sem levar em conta as condições sociais, étnicas e de gênero das classes femininas. O discurso e atuação do feminismo nas suas outras fases não contemplava, por exemplo, as reivindicações das mulheres das classes subalternas seu caráter político se dirigia a atender as demandas das mulheres de classes mais favorecidas além de que seu aporte teórico

acerca da opressão de gênero se baseava em teorias que abordava a perspectiva de gênero e um contexto binário de homem e mulher.

No decorrer das transformações sociais o movimento feminista passou a abordar a perspectiva de gênero através de uma concepção que vai além das determinações biológicas e culturais, o que contribuiu para que o feminismo pudesse interpretar a dominação e subordinação das mulheres em relação aos homens através de uma visão abrangente e não limitada acerca dos fatores que desencadeia a opressão contra as classes de gênero. A categoria gênero inseriu dentro do feminismo a diversidade de gênero no tocante a análises das posições ideológicas, além dos tipos de abordagens e perspectivas em relação a outros grupos diversos e de comportamentos, abordando as atuações e interpretações diferentes, que se fazem presentes dentro da subjetividade de cada indivíduo.

Assim, a atuação político-ideológica do feminismo alcançou um importante avanço, possibilitando a sua interação com as problemáticas presentes nas classes de gênero através de uma análise crítica e dialética; assim a categoria gênero não se trata apenas de uma concepção teórica acerca da identidade sexual ou dos papéis de gênero que são construídos ou desempenhados pelos indivíduos, a perspectiva de gênero compõe um fator histórico das relações sociais entre ambos os sexos, suas particularidades retratam os elementos e os conflitos da dominação e da posição que foi historicamente destinada a homens e mulheres que repercute até hoje.

Para que a opressão de gênero possa ser combatida é necessário que se faça dentro do feminismo uma representação política eficiente que possa viabilizar o acesso de direitos para as mulheres, para isso é preciso se fazer uma análise acerca de quem são os sujeitos que o feminismo representa. Sua atuação deve abranger as diversas classes de mulheres, para que o feminismo não seja um mecanismo que favoreça as estruturas do poder vigente.

[...]O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes nesse ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões como racismo, lesbofobia, transmisoginia, é urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação e não mais como assuntos secundários (RIBEIRO, 2014).

[...]O feminismo tem o desafio permanentemente, de se constituir numa unidade entre o específico e geral, entre o interesse das mulheres e a luta por transformação radical da sociedade. Deve, portanto, definir estratégias que atuem na busca dos pontos comuns, nas particularidades de cada opressão, contudo, sem perder de vista o horizonte da emancipação humana (GURGEL, 2010).

Outro elemento importante para o feminismo se refere à participação masculina no seu processo de militância, pois para combater o modelo das relações de gênero baseadas na hierarquia e opressão de gênero é preciso inserir a classe masculina na luta para modificar a sua concepção e atuação sexista em relação às mulheres. Só serve para promover desigualdades entre ambos os sexos. Para romper com essa realidade é indispensável inserir na vida dos indivíduos uma educação libertária que seja baseada em valores, em ideias que promova a igualdade, o respeito entre essas as classes de gênero, que possa unir homens e mulheres em uma cooperação que possa transformar a sociedade e as relações entre si.

Por conseguinte, se faz necessário abordar a perspectiva de gênero em leituras críticas que contribua para analisar os fatores históricos presentes nas suas relações que está presente em diversos tipos de sociedades, relacionando a importância da mulher na atual sociedade vigente, assim a militância feminina também coopera para inserir uma educação revolucionária no atual sistema de educação, é fundamental romper com os estereótipos que são reforçados pelos papéis de gênero que colocam ambos os sexos em mundos opostos sedimentado por rígidos e complexos padrões de comportamento o que alimenta os paradigmas presente nas relações de gênero o que inviabiliza importantes conquistas para esta classe.

As escolas e os professores juntamente com os pais devem abordar a perspectiva de gênero tanto na educação formal quanto informal, visando fazer com que a educação seja um mecanismo que os indivíduos possam utilizar para fazer com que a sociedade possa superar os preconceitos, opressões e desigualdades entre os gêneros cooperando para promover através dela a conquista de direitos fundamentados em uma organização política que possa promover a igualdade entre as classes de gênero repercutindo para outros âmbitos da sociedade.

A perspectiva de gênero aborda o papel de homens e de mulheres na sociedade em uma dimensão política, não se restringindo aos fatores biológicos e as construções sociais que envolve ambos os sexos. Cooperando para analisar as dificuldades e as lutas que as mulheres enfrentam na sociedade vigente em uma dimensão macroestrutural.

Assim a categoria gênero é um elemento histórico-político essencial para transformar a participação da mulher na sociedade, no tocante ao termo gênero é importante ressaltar de acordo com Scott(1990) que gênero é uma categoria que não leva em consideração somente as diferenças físicas existentes entre os dois sexos naturalmente definidos, mas gênero se relaciona com as relações sociais que envolvem homens e mulheres. Scott(1990) ainda afirma que as relações de gênero fazem parte das relações sociais que se relaciona com os papéis que são atribuídos aos homens e as mulheres, essas relações levam em consideração as diferenças físicas e subjetivas existentes entre os sexos, que coloca a subordinação como elemento de dominação e poder de um sexo sobre o outro.

Como afirmam Cabral e Diaz (1998, p. 142) sobre gênero:

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser constituído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe quando a família de acordo com a expectativa começa a preparar o enxoval de acordo com o sexo.[...] Por exemplo, as meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis, dependente de todos os brinquedos e jogos infantis que reforçam o seu papel de mãe de dona de casa, e conseqüentemente responsável por todas as tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos e da casa. Ou seja, as meninas brincam de boneca, de casinha, de fazer comida, de limpar a casa, isso tudo dentro do Lar. Pelo contrário os meninos brincam em espaços abertos na rua. Eles jogam bola, brincam de carrinho de guerra etc., ou seja, desde pequenos eles se dão conta que pertencem ao grupo que tem poder, até nos jogos os meninos comandam. Ninguém os manda arrumar a cama, ou lavarem a louça, eles são incentivados a serem fortes, independentes, valentes.

Sendo assim as relações de gênero também são relações de poder, onde as diferenças biológicas dos sexos e das suas práticas sexuais dão origem a idéias sobre a identidade social e dos papéis que cada indivíduo deve desempenhar na vida em sociedade, a categoria gênero é um termo que designa uma construção social a respeito dos sexos no tocante a sua origem, que reflete uma identidade sobre um corpo sexuado.

No tocante a essa importante análise é necessário abordar aqui que:

Gênero é um conceito mais útil do que sexo para a compreensão das identidades, papéis e expressões de homens e mulheres na vida cotidiana, tendo sido adotado pelos movimentos feministas e pela produção acadêmica sobre mulheres a partir da década de 70 a fim de demarcar distinções de cunho social entre homens e mulheres, as quais tendem a subalternizar as mulheres (SCOTT, 1995, apud JESUS, 2015, p.2).

O conceito de gênero, aplicado ao feminismo possibilitou a desconstrução da crença de que há um modelo universal de homem e de mulher, localizando os construtos históricos e abriu caminhos para a construção de identidades de gênero como conceituações viáveis fora do espectro biológico (BENTO, 2006).

O capítulo a seguir ainda faz análises relevantes acerca desse aspecto da origem da identidade e dos papéis de gênero dos indivíduos, citando de acordo com algumas teorias presentes na área da psicologia, sexualidade e estatísticas os elementos que contribuíram para originar tanto biologicamente quanto socialmente as características de gênero, abordando os rebatimentos coletivos que a desigualdade de gênero traz para todos os indivíduos.

### 3 REFLETINDO SOBRE GÊNERO

A identidade de gênero dos indivíduos é algo que vai além do conjunto de padrões sociais estabelecidos, ou seja, a definição de gênero dos sujeitos pode ser resultado de um processo de construção advindos da cultura e dos processos históricos, presentes na religião, na família, na educação que cada indivíduo vivencia em sociedade.

Segundo Moore(2000) a identidade de gênero recorre de processos de experiências vividas dentro da vida em sociedade.O que colabora para que os indivíduos, adquira característicasque possam definira sua identidade de gênero, em algumas pessoas ela pode se manter ao longo da sua vida estabelecida. E já para alguns indivíduos ela pode se modificar. Dessa forma a identidade de gênero de cada sujeito pode serdefinida naturalmente ou pode ser construída socialmente e culturalmente. A identidade de gênero perpassa também por uma apresentação de personagens, que pode mudar de uma cultura para outra, podendo ainda passar por mudanças dentro de uma mesma cultura.

Para Freud (1924 apud NOLL,1998), a identidade de gênero é constituída na relação do menino com a mãe e da menina com o pai. O que de acordo com a sua teoria de Édipo tanto o menino como a menina começam a desenvolver ainda na infância estímulos sexuais através da figura da mãe e do pai, assim tanto o menino como a menina passam a sentir desejo pelos órgãos sexuais dos seus genitoresdesenvolvendo sentimentos de pertencimento de gênero entre os papéis feminino e masculino. Pois elegeram através do libido despertado pela atração das genitálias femininas e masculinas a sua opção sexual.

De acordo com a teoria Freudiana o complexo de Édipo quando vivenciado através de suas fases, contribui para constituir a identidade de gênero dos sujeitos.

Já para Stoller (1978) a identidade de gênero dos indivíduos origina- se de um núcleo onde se encontra um conjunto de convicções pelo qual o indivíduo pode se identificar como menino ou menina. Esse núcleo de convicções para ele pode se modificar ao longo da vida psíquica dos indivíduos podendo fazer com que os sujeitos passem a expressar outra forma de sexualidade e conseqüentemente outro papel de gênero.

Essa concepção de Stoller acerca da origem da identidade de gênero e da sua mutabilidade se aproxima da teoria Queer<sup>5</sup> essa teoria se abre para as possibilidades múltiplas das características sexuais, reconhecendo a vivência de formas alternativas de construções de gênero, abordando uma diversidade de possibilidades de vivências da sexualidade localizadas fora dos padrões heteronormativos, a teoria Queer envolve os conceitos de sexo, gênero e sexualidade em sua concepção, esses conceitos são elementos que compõem vivências e experiências dos indivíduos colaborando para elaborar estudos discursos e análises não somente nas áreas tão abrangentes da medicina, psicologia, antropologia, história, sociologia, política, economia, cultura e religião, mas sua importância ganhou espaço nos estudos acadêmicos e para a teoria feminista a teoria Queer significou um avanço sobre a concepção das análises dos estudos gênero a medida que como afirma Musskopf(2008)

A Teoria Queer refere-se a uma trama aberta de possibilidades, brechas, sobreposições, dissonâncias e ressonâncias, lapsos e excessos de significado quando os elementos constituintes do gênero de alguém, da sexualidade de alguém não são feitos (ou *não podem ser feitos*) para significar monoliticamente.

Dessa forma o feminismo pode se apropriar de uma forma de análise teórica tão essencial quanto a da concepção de gênero para tentar obter explicações acerca das formas subversivas de sexualidade, o que contribui para enriquecer o aporte teórico do feminismo e das origens das construções das identidades e papéis de gênero dos indivíduos.

Ainda citando Musskopf(2008), identidade de gênero segue uma sequência lógica no seu processo de construção envolvendo sexo, gênero e sexualidade até se chegar a uma definição de um sexo físico- biológico, este segundo ele corresponde a um determinado comportamento de gênero e de uma maneira específica de vivência de sexualidade.

Como afirma Louro(2004):

---

<sup>5</sup> “Queer” é um termo da língua inglesa, traduzido comumente como “estranho, esquisito, singular, excêntrico”. A partir desta aceção, o termo também é empregado, especialmente na América do Norte, para pessoas que não correspondem ao padrão heterossexual da vivência da sexualidade ou do papel de gênero correspondente ao seu sexo (MUSSKOPF, 2008).

A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades”.A Teoria Queer, ao abrir-se para possibilidades múltiplas de relação entre estes três aspectos rompe com esta lógica, reconhecendo a vivência de formas alternativas. Abordar o tema da corporeidade desde a Teoria Queer permite desconstruir estereótipos de gênero e sexuais, utilizando o corpo e suas experiências subversivas como paradigma hermenêutico.

Para a autora, a corporeidade Queer se refere às construções sexuais que contribui para não abordar a sexualidade em um termo limitado das análises de gênero fora das suas múltiplas manifestações, assim a supracitada autora menciona o exemplo das drag queens que de acordo com ela explicitamente fabrica o seu corpo repetindo e subvertendo o feminino, utilizando e salientando os códigos culturais que marcam esse gênero, [...] Sua figura inusitada ajuda a lembrar que as formas como nos apresentamos como sujeitos de gênero e de sexualidade são sempre, formas inventadas e sancionadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos.

Louro(2004)cita ainda outro tipo de experiência que lhe deu contribuições para propor o ideal de corporeidade.

Trabalhei com o exemplo de travestis, *strippers* e transformistas, para propor a “corporeidade” como paradigma hermenêutico capaz de ajudar na desconstrução de modelos engessados de vivência de gênero e sexualidade construídos e codificados nos corpos. Enquanto que *strippers* buscam ressaltar as formas consideradas masculinas para despertar o desejo, transformistas constroem em seu corpo masculino uma figura feminina ideal, subvertendo as prescrições de seu sexo e gênero, e travestis utilizam ainda medicamentos e cirurgias construindo seu corpo e uma determinada vivência da sexualidade. Todas estas pessoas constroem seu corpo, em situações e por motivos diversos, atribuindo-lhe significados que misturam sexo, gênero e sexualidade fora do paradigma heterocêntrico.

Assim de acordo com essa concepção da autora é possível concluir que quando um homem ou uma mulher assume certa identidade de gênero introduz nessa identidade os elementos que se relaciona, por exemplo, com a heteronormatividade e dogmas religiosos, como afirmou Stoller (1978) os conjuntos de convicções tanto sociais quanto biológicas e psíquicas sexuais, sócio-culturais contribui para que os indivíduos opte ou seja influenciados por aquela ou determinada identidade e posteriormente papel de gênero.



Entre essas concepções a respeito do surgimento da identidade e papéis de gênero, está à questão que sendo ambos definidos através das experiências vivenciadas pelos sujeitos ao longo da vida ou sendo fruto das construções sociais, de convicções psíquicas ou oriundas de vivências da sexualidade é que através dela se originam um conjunto de complexos, de novas e velhas questões e direções por onde envolve não somente a definição de gênero dos sujeitos, mas inclui as formas como todos os sujeitos devem lidar com as questões ligadas presentes nesse tema considerando suas problemáticas.

Para isso é necessário compreender as representações da diversidade das identidades e papéis de gênero essa compreensão que pode ser instaurada na consciência dos indivíduos através da educação revolucionária que aborde em seu contexto a sexualidade e o seu papel na construção e das identidades e dos papéis de gênero como afirma Cabral e Diaz (1999)

[...]A educação, sem dúvida, é um dos processos pelos quais se facilita a construção e estruturação de identidade e da autonomia dos indivíduos, esse processo se intensifica quando as ações se localizam na área que faz parte de todo o ciclo vital dos seres humanos que é a sexualidade, Se as relações de gênero estruturadas a partir da diferença sexual são um dos mecanismos que tem sido usado para determinar condições desiguais entre homens e mulheres, então é a partir da educação e reeducação que podemos conseguir um nível de relações mais justas. E nesse caso, a educação sexual é um dos espaços mais importantes para trabalhar essa questão, tão estritamente ligadas ao contexto da sexualidade. Acreditamos que a educação sexual oferece uma possibilidade real de acabar com as inequidades e desigualdades existentes. Para isto, em primeiro lugar, seria necessário que um programa de educação sexual não somente informasse e denunciasse que essas questões de reflexão sobre as conseqüências dessas desigualdades existem, mas também facilitasse um processo de reflexão sobre as conseqüências dessas desigualdades, no âmbito social e pessoal, no sentido de motivar as pessoas para se comprometer com as diferentes estratégias e ações para promover mudanças necessárias.

Desta forma, a educação de gênero contribuirá para se implantar transformações necessárias para moldar as relações entre ambos os sexos o que resultará novas e importantes avanços sociais onde não haja hierarquia e opressão de uma classe de gênero sobre a outra.

[...] Evidentemente incorporar gênero de maneira transversal, é a possibilidade de ampliar o debate, conhecer que existem relações desiguais entre homens e mulheres e poder com isso refletir e visualizar a possibilidade de construção de novas relações. Todavia, trabalhar gênero, é um espaço específico junto á sexualidade, é a possibilidade de garantir ações mais efetivas na desconstrução desse modelo tão arraigado, construído e estruturado no desenvolvimento sexual que tanto tem prejudicado as mulheres e conseqüentemente os homens também.

Para mudar a realidade da intolerância, do preconceito e das desigualdades presente nesse contexto das diferenças das identidades e papéis de gênero é preciso como afirma os autores supracitados trabalhar os mitos, crenças e preconceitos que não só reforçam mais que tornam cristalizados e “naturais” os papéis de gênero que são construídos sobre o mito da superioridade masculinadessa forma é preciso facilitar o processo pedagógico que é essencial para fazer a desconstrução e reconstrução desses papéis.

Conforme os fatos presentes nos estudos feitos sobre esse tema que, mesmo com a criação de políticas e programas que visam lutar e defender os direitos humanos, sociais, trabalhistas e fundamentais dos indivíduos, que a questão da discriminação de gênero se consolida como um forte desafio e empecilho para a conquista e defesa dos direitos já conquistados além de afetar qualidade de vidadas classes de gênero.

E no tocante a tradicional determinação sócio-histórica que define a atuação de homens e mulheres dentro da sociedade nessa questão se concentra velhas resistências e conflitos alimentando entraves e problematizando as situações de gênero, dificultando as mudanças que podem ser concretizadas.

É o que a ponta os indicadores sociais, que mostra que mesmo diante do progresso econômico, político e das mudanças sociais presentes na atualidade tanto mulheres como homens ainda se encontram em caminhos opostos diante dos arranjos estruturais no tocante aos deveres e direitos em relação à família, ao trabalho, as formas de representação nos espaços de poder.No tocante a nossa realidade é indispensável abordar que

Durante a maior parte do século XX, o Brasil conviveu com os princípios discriminatórios do código civil de 1916. Somente com a constituição Federal de 1988 consagrou – se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental. O princípio da igualdade entre os gêneros foi endossado no âmbito da sociedade e da família, neste caso, quando o texto estabelece que os direitos e deveres referentes á sociedade conjugal são exercidos igualmente pelos homens e pelas as mulheres (ALVES, CAVENAGHI, 2013, p. 85).

De acordo com Alves e Correa (2009) as desigualdades de gênero nos pais têm aumentado consideravelmente de acordo com esse estudo pode – se analisar que as mulheres enfrentam a realidade da histórica desvantagem social entre homens e mulheres. Nesse estudo foi possível ainda considerar que as desigualdades de gênero estão presentes em diversos espaços e setores da sociedade, a exemplo da saúde, da educação, no mercado de trabalho, nos espaços de poder e até mesmo no uso do tempo como destaca Alves e Cavenaghi(2013).

Através dos dados expressos desse estudo pode se medir o potencial de vida para ambos os sexos o que contribui para estabelecer uma pré-condição para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país. O que permite analisar os dados sobre a mortalidade precoce que afeta a vida de homens e mulheres quantificando a esperança de vida no Brasil para ambos os sexos, A morte é um evento indissociável a vida, no que se refere a análise realizada pelos autores é importante abordar as causa das mortes entre ambos os sexos que não se relaciona com fatores biológicos .

Nos últimos anos, conforme mencionam Alves e Cavenaghi(2013), a expectativa de vida passou de 70,5 anos no ano de 2000 para 73,2 anos em 2009 no mesmo período, os homens passaram de 66,7 anos para 69, 4 anos e as mulheres de 74, 4 anos para 77 anos. O que aponta uma diferença de 7, 5 anos que vem se mantendo nos últimos anos, favorecendo o aumento da população feminina. Essas diferenças se alteram de acordo de uma região para outra onde a taxa de população feminina se mostra maior nos espaços urbanos.

Outros importantes fatores que foram destacados nesse estudo que aborda a desigualdade de gênero é o que aponta para os elementos que colaboram para o crescimento da estimativa de vida das mulheres, em relação à queda da expectativa de vida da população masculina. O fato é como se percebe através dos dados que constantemente nos aborda no dia a dia que são os homens que sofrem mais com

os acidentes de trânsito, que se envolve mais com a violência, com a dependência química, que se previnem menos contra as doenças.

De acordo com os dados que foram apresentados no referido estudo, mostra que em relação ao nascimento de meninos e meninas, nasce 105 meninos vivos para 100 meninas vivas, o que demonstra a problemática do déficit da população masculina e que enfatiza a questão do seu forte envolvimento com fatores externos que contribui para que esse fato se intensifique.

De acordo com Alves e Cavenaghi (2013) os fatores externos que agrava esse tipo de realidade, tem relação com a morte dos homens nos acidentes de trânsito, os dados mostraram que essa população sofreu com abalo de 47.354, ou seja, o que dá uma porcentagem de 42,6% dos homens que morreram vítimas desse tipo de desastre, quanto aos dados de morte por violência se calculou um valor de 52.258 de mortes masculinas o que contribuiu para a taxa de 47,1% de mortes dessa população, incluindo a morte dos homens causada por homicídios que quantificou 45.064 mortes, ou seja, uma porcentagem de 50,4% de mortes desses indivíduos com idades de 20 aos 39 anos, de maioria é da cor parda que equivale a 48,1%.

Já em relação às mulheres os índices são outros, no tocante aos fatores externos que quantifica as mortes femininas, nesse aspecto vale destacar que os índices da mortalidade em relação a essa classe de gênero se relaciona com o aumento de homicídios é o que aponta os dados nacionais da violência contra as mulheres (2015).

Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década. Segundo o Mapa da Violência (2012) divulgado pelo Instituto Sangari, o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%. Já o Mapa da violência 2013 revela que, de 2001 a 2011, o índice de homicídios de mulheres aumentou 17,2%, com a morte de mais de 48 mil brasileiras nesse período. Só em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país. “O crescimento efetivo acontece até o ano de 1996, período que as taxas de homicídio feminino duplicam, passando de 2,3 para 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres. A partir desse ano, e até 2006, as taxas permanecem estabilizadas, com tendência de queda, em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. No primeiro ano de vigência efetiva da lei Maria da Penha, 2007, as taxas experimentam um leve decréscimo, voltando imediatamente a crescer de forma rápida até o ano 2010, último dado atualmente disponível, igualando o máximo patamar já observado no país: o de 1996. “O

crescimento efetivo acontece até o ano de 1996, período que as taxas de homicídio feminino duplicam, passando de 2,3 para 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres. A partir desse ano, e até 2006, as taxas permanecem estabilizadas, com tendência de queda, em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. De 2001 a 2011, o índice de mulheres jovens assassinadas foi superior ao do restante da população feminina. Em 2011, a taxa de homicídios entre mulheres com idades entre 15 e 24 anos foi de 7,1 mortes para cada 100 mil, enquanto a média para as não jovens foi de 4,1 (GODINHO; MAMERI, 2002, p. 13).

Um das principais causas das mortes femininas que se relacionam com fatores externos são o Câncer de colo de útero de acordo com os dados dos autores este tipo de doença acomete 15% da população feminina, sendo uma doença que se insere na questão da posição de país subdesenvolvido que o Brasil ocupa já que o fenômeno de adoecimento da população dos países se relaciona também com fatores econômicos e sociais. Como sabemos o câncer do colo do útero surge na vida das mulheres através de fatores tanto biológicos como, por exemplo, genética, troca constantes de parceiros sexuais, o que contribui para disseminar o vírus do Papilomas Vírus Humano o HPV que tem uma incidência de 94% nos casos de câncer de útero, além de péssimos hábitos de vida como fumo, má alimentação além de fatores ambientais como por exemplo poluição.

De acordo com o que relata o estudo dos respectivos autores que o Instituto Nacional de Câncer o (INCA) quantifica que os óbitos por câncer de colo de útero são de 3.725 o diagnóstico de novos casos segue o número de 16.270 novos casos, Seguida dessa realidade do Câncer de colo de útero está o Câncer de mama sendo este o tipo de Câncer que mais mata as mulheres na idade acima dos 35 anos de idade, está realidade afeta as mulheres tanto de países desenvolvidos como subdesenvolvidos conforme afirma a Organização Mundial de Saúde (OMS) que entre as décadas de 60 e 70 foram registrado um aumento 10 vezes maior dessa doença nas mulheres de vários continentes, no Brasil conforme afirma os citados autores que na realidade brasileira se insere uma taxa de 154.880 de novos casos com expectativa de surgir 31.590 casos desta doença contabilizando 8.670 de novos óbitos, os fatores biológicos que se relaciona com este tipo de câncer fatores genéticos, menopausa tardia, gravidez após ao 30 anos, além dos fatores externos que envolve uso de contraceptivos com altas doses hormonais, além de uso de álcool e tabagismo, o diagnóstico precoce tanto do Câncer do colo do útero quando do câncer de mama é fundamental para combater o câncer ainda na sua forma

inicial assim é possível obter maior chance de cura. Ambos os tipos de cânceres são diagnosticados por exames específicos que colabora para diagnosticar ou prevenir a doença, no caso do câncer de útero faz se o procedimento do exame de papa Nicolau e no caso da mama se realiza o autoexame das mamas e a Mamografia.

Outra importante realidade que aborda os fatores da mortalidade feminina com fatores externos conforme ressalta os autores anteriormente citados se relaciona com o aborto tanto na sua forma espontânea como provocado ambos não obtém um tratamento adequado na rede de saúde especificamente no tocante a saúde pública o que acentua a mortalidade materna, outros agravantes que esta presente nessa realidade do aborto se insere nesse fenômeno é risco de 10% o que leva aos óbitos são os fatores econômicos e sociais, no quesito econômico se insere o fato de que boa parte das mulheres de baixa renda realizam o aborto em clínicas que não oferecem condições de realizar o procedimento com higiene e métodos adequados o que ocasiona boa parte das mortes das mulheres, o fator social que permeia o tema do aborto envolve a questão da condição da não legalização do aborto que impede se implantar avanços e métodos mais seguros para se fazer a realização deste procedimento. As mortes maternas ocorrem também na fase do parto, pós-parto, puerpério em fatores que são acidentais ou incidentais que colabora para o aumento desta estatística.

Outro agravante que coopera para o aumento das mortes maternas envolve o número de cesáreas desnecessárias o que diverge com o que estipula a Organização Mundial de Saúde(OMS) e o Fundo das Nações unidas para a Infância que estabeleceu que somente 15% dos partos ocorram através de cesariana, de acordo com a pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca(ESNP/FIOCRUZ) o índice de cesáreas no Brasil é de 52% sendo que esse índice é dividido em 46% na rede pública e 88%.

Faúndes e Cecati, em sua obra “A operação Cesárea no Brasil. Incidência, tendências, causas, conseqüências e propostas de ação”, (1991, p. 1) afirmam que:

O parto cesárea contribui para desencadear infecções uma das diferenças mais claras em morbidade está relacionada às infecções puerperais, que são muito mais frequentes após cesárea do que parto vaginal. Esta é, também, uma das causas de mortalidade materna. Outra causa importante de morte durante a cesárea está relacionada à anestesia. Os acidentes e complicações anestésicas e a aspiração de vômito são outros fatores que contribuem para um risco mais elevado de morte materna durante uma cesárea.

No que se refere à morte materna provocada pelo parto cesárea de acordo com dados da Agência Brasil (2015) os índices contabilizam um total no ano de 2009 um número de 92,2 mortes para cada grupo de 100 mil mulheres em 2013 as mortes corresponderam a um total de 83,6% estes índices são maiores entre mulheres na faixa etária de 20 a 39 anos, este fator predomina mais frequentemente entre as mulheres negras que corresponde a um total de 75% das mortes.

Alves e Cavenagui (2013) apontam ainda no seu estudo algumas fatores externos que ocasiona as mortes femininas, no tocante ao índice de 12.978 mulheres que morreram vítimas de acidentes de trânsito o que corresponde a um total de 57,8%

Outro dado importante para se mencionar é o fator da dependência química entre homens e mulheres no tocante a esse tipo de problemática que se faz presente na vida dessa população se destaca a questão do consumo do crack que de acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) constatou que o país possui 2, 6 milhões de usuários desse tipo de entorpecente.

A relação das mulheres com esse tipo de droga tem sido significativa de acordo com essa pesquisa cerca de 54% das mulheres são dependentes do crack, e um fator que colabora para agravar ainda mais essa estatística é o fato de que as mulheres se viciam mais a medida de que o hormônio feminino (Estrogênio) causa uma maior sensação de prazer quando associado com esse entorpecente.

Além disso, outros fatores destacados pela pesquisa da Unifespé que um porcentual de 40% das usuárias afirmaram fazer uso de entorpecentes mais de duas vezes por semana, outro dado mostra que 24% das mulheres já fizeram uso de cocaína, o que se diferencia do porcentual do uso dessa droga na população masculina que se enquadrrou de acordo com os dados registrados pela pesquisam um total de 8% .

No tocante ao uso de outras substâncias ingeridas pela população feminina foram mencionadas outros dados estatísticos de acordo com o DataSUS, banco virtual do ministério da saúde, do qual se destina a coleta de dados que são oriundos dos hospitais públicos e privados do Brasil. Os dados coletados entre os anos de 2008 e 2011 notificaram que o número de internações decorrente ao uso de substâncias psicoativas, que são aquelas do qual se inserem (por exemplo o álcool, a maconha, o crack, a cocaína, os ansiolíticos e remédios para emagrecer). Os dados divulgados pelo iG Saúde mostrou que o consumo dessas substâncias pelo público feminino cresceu para 21, 1% chegando ao número de 13.876 de casos para 16.804.

Em relação aos homens os dados da pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) realizados em 2011 e 2013 revelam que os índices dependência química entre essa população é maior, dessa forma a população masculina passa a ocupar boa parte dos centros de recuperação.

Essa pesquisa também revelou que boa parte dos usuários que se submeteram ao tratamento de dependência química pertence ao sexo masculino com a faixa etária de 12 e 82 anos, de acordo com essa pesquisa 73% dos pacientes faziam uso de outras drogas.

Outro importante indicador de desigualdade de gênero de acordo com Alves e Cavenaghi(2013) se refere à questão do contágio da AIDS, em relação aos sexos, essa doença se avança mais expressivamente entre os homens, no país entre os anos de 1991 e 2010 as mortes de homens com AIDS alcançou 11.599 óbitos caindo para 7.753 mortes nos anos de 2009/ 2010. Em relação às mulheres o total de mortes chegou a 1.299 em 1991, para 3.828 em 1996, caindo rapidamente para nos anos posteriores para 4.060 óbitos, em 2009/ 2010 de acordo com essa pesquisa em vinte anos cerca de 163.447 homens morreram com AIDS em relação a população feminina consta que os óbitos foram de 65.257. Sendo que esse percentual avançou para 17% no ano de 1991. Mas o número de mortes por essa doença ainda é maior entre os homens.

Outra área importante onde é possível analisar as desigualdades entre ambos os sexos esta na educação, as mulheres tem evoluído em relação ao nível educacional em relação aos homens, o que é um fato interessante à medida que historicamente boa parte das mulheres não teve acesso as escolas e universidades. Atualmente conforme demonstra os relatados da pesquisa que, antes os homens

obtinham um percentual de 5,1 de anos de estudo no ano de 1992 esse quadro se alterou para 7, 4 anos, no ano de 2009 houve um avanço de 44%, em relação às mulheres os números indicavam que 5, 2 possuíam grau de estudo em 1992 as mulheres alcançaram a estatística de 7, 7, no ano de 2009 houve um significativo aumento desses dados para 47%, o que comprova que o grau de estudo entre as mulheres é maior do que entre os homens. No ensino superior esse fator se mostra bem visível onde as mulheres representam um percentual de 60%, esse fenômeno conforme descreve (BELTRÃO; ALVES, 2009) se configura em um processo de reversão no tocante as desigualdades de gênero.

Esse aumento da escolaridade feminina se deve ao fato de que as mulheres necessitaram se inserir no mercado de trabalho e por isso precisaram se adequar as exigências presentes nas áreas de atuação profissional.

Outras áreas onde se encontram dados acerca da diferença de gênero, se refere às clássicas áreas do mercado de trabalho, nos espaços de poder, e até mesmo no que se refere ao uso do tempo que também é um fator onde as desigualdades entre homens e mulheres se faz presente.

Ainda de acordo com Alves e Cavenaghi(2013) a sua pesquisa coletou dados acerca desses temas no tocante ao mercado de trabalho as diferenças entre os gêneros se coloca em uma estatística nada surpreendente de que são as mulheres que contribuem com boa parte do crescimento econômico do país, amedida que a População Economicamente Ativa Feminina PEA ultrapassou a dos homens, em 2009 a PEA masculina foi de 14, 6 milhões o que correspondeu com 56.7 milhões já a PEA feminina alcançou um número de 2, 5 milhões, entre as décadas de 1950 até 2007 o que corresponde há uma porcentagem de 17, 8% o que constata que são as mulheres que mais contribuem para o desenvolvimento do país.

Outra importante realidade que aborda a desigualdade de gênero se encontra no trabalho informal executado pelas mulheres este tipo de trabalho obtém um maior índice nos dados que se somam à População Economicamente Ativa(PEA) já que as mulheres sofrem há séculos a segregação ocupacional no trabalho formal,as melhores opções de emprego disponíveis no mercado engloba consideravelmente a classe masculina que de acordo com a ideologia sexista que considera a mão- de-obra masculina mais qualificada o que inviabiliza a qualificação e participação da força de trabalho feminino em melhores posto de trabalho o que torna a inserção das mulheres no trabalho formal mais expressivo, pois antes as mulheres

ocupavam as profissões que tradicionalmente se encaixavam a sua definição biológica.

Apesar dessa realidade a cerca da participação da mulher no mercado de trabalho houve ao longo dos anos um considerável aumento das mulheres nos postos de trabalho formal conforme aponta os dados do Portal Brasil(2015)

Uma análise no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) demonstra um maior crescimento da participação das mulheres principalmente nas atividades de administração pública (210.612 empregos), restaurantes (54.398), atividades de atendimento hospitalar (51.410), limpeza em prédios e em domicílios (50.214) e comércio varejista especializado em eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (44.767). Até no setor de transporte rodoviário de carga, atividade tradicionalmente masculina, houve crescimento no saldo de emprego de mulheres (11.768 postos). Outro setor onde a participação da mulher evoluiu no período foi a construção civil, principalmente em atividades como Construção de estações e redes de telecomunicações, onde a participação feminina passou de 12,96% em 2010 para 13,68% em 2011; Perfuração e construção de poços de água que passou de 11,75% para 12,31%; e ainda na Montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, postos e aeroportos atividade onde a participação feminina passou de 14,14% em 2010 para 14,36% em 2011.

Este o aumento do trabalho da mulher no âmbito formal é resultado das lutas femininas, além desta questão do aumento da inserção da mulher em diversos campos de trabalho se dá com o agravamento dos custos de vida que se tornam cada vez mais altos devido às constantes flutuações do mercado, fazendo com que as mulheres venha a contribuir com o orçamento doméstico, este fator também envolve as necessidades do mercado que se aproveita da clássica condição das desigualdade de gênero entre ambos os sexos para alavancar a produção industrial/e do setor de serviços, considerando também nesse viés o fator que a população feminina busca se inserir no mercado de trabalho com o objetivo de alcançar o seu empoderamento e realização profissional por fatores pessoais.

Contudo conclui Alves e Cavenaghi (2013)

Os dados mostram que cresce a presença feminina em todos os aspectos da vida brasileira. As conquistas femininas aconteceram de forma gradual e progressiva, de maneira quase silenciosa, mas foram efetivas e posicionaram as mulheres para romper com o teto de vidro e atingir o empoderamento no século XXI. Até agora as vitórias foram parciais, mas foram conquistas acumulativas e irreversíveis. Os indicadores sociais e demográficos apresentados mostram que houve redução de algumas desigualdades de gênero e reversão de outras, mas ainda falta muito para o Brasil chegar a uma justa e plena situação de equidade de gênero.

Anteriormente, nas décadas passadas, ao admitir as mulheres nos postos de trabalho, boa parte dos empregadores colocava em prática comportamentos sexistas ao avaliar o comprometimento feminino com a profissão ou função em que as mulheres desejavam desempenhar. Levando em consideração os fatores como a maternidade o tempo que as mulheres dedicam à família, capacidade para exercer determinada função. Esses fatores discriminatórios infelizmente ainda estão bem presentes na nossa realidade atual, mesmo com a existência das medidas de proteção a exemplo da medida de proteção nº 171 da Organização Internacional do Trabalho adotada em Genebra em 26 de 1990 que regula o trabalho feminino no horário noturno e da Consolidação das leis de Trabalho (CLT) que aplicam medidas que são responsáveis em atuar em favor dos direitos e da dignidade das mulheres coibindo esse tipo de prática.

A desigualdade de gênero direcionadas as mulheres se dá na clássica ideologia das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Nesse Viés de discriminação se sustenta o fato de que os homens ganham mais do que as mulheres, perpetuando um forte padrão de injustiça e desigualdade entre as mulheres, no tocante que a população feminina ao colaborar mais com o progresso da economia da nação exercendo um intenso esforço intelectual quanto físico nas atividades que desempenham são indiscutivelmente dignas de obter a mesma faixa salarial que a dos homens e de serem tratadas com igual respeito.

De acordo com a Organização Internacional de Trabalho (OIT, 2013), a igualdade de gênero é uma questão de promover

[...] É um tema de direitos humanos e faz parte das condições essenciais para atingir uma democracia efetiva; é um tema de justiça social e diminuição da pobreza, na medida em que é condição para ampliar as oportunidades de acesso a um trabalho decente; é um tema de desenvolvimento social e econômico, na medida em que promove a participação das mulheres na atividade econômica e na tomada de decisões relativas à formulação de políticas de desenvolvimento que respondam adequadamente aos objetivos da igualdade.

No tocante as leis da CLT pode se destacar que a consolidação das leis trabalhistas data do ano 1943 e possui 27 artigos em que se faz menção a questão da proteção da mulher no trabalho, entre os principais artigos dessa lei vale mencionar alguns dos preceitos de alguns dos seus artigos que contemplam a proteção do trabalho da mulher implantando as regras que são destinadas a proteção do trabalho feminino, contribuindo para que as mulheres possam ter suas necessidades atendidas no âmbito das relações de trabalho.

Os artigos da CLT que aborda o trabalho feminino leva em consideração a jornada de trabalho da mulher que nessa referida lei será de 8 (oito) horas, além de exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior. Abordando as horas extras renumeradas. Há ainda ressalvas no tocante ao excesso do trabalho feminino no aspecto do excesso de horas de um dia de trabalho que é compensado na diminuição do outro com o limite de 48 (quarenta e oito horas) semanais ou outro interior legalmente fixado, também é ressaltado nessa legislação que somente em casos excepcionais o trabalho diurno da mulher será estendido ao máximo 12 (dozes horas) eo seu salário - hora será de 25% superior ao do horário normal as questões de ausência do trabalho por motivo de saúde também são mencionados nessa respectiva lei sendo firmado por médicos particulares constando em documentos separados além de fazer ressalvas em condições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso do trabalho da mulher ao mercado de trabalho.

Recentemente a CLT ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos a emenda constitucional nº 66 a denominada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das empregadas que ao ser aprovada passou a conferir os mesmos direitos dos trabalhadores domésticos com os trabalhadores formais, dando a esta categoria mais dignidade e reconhecimento social para este tipo de trabalho. O que contribui para se fazer uma verdadeira revolução na legislação no tocante para esta parcela da sociedade, que por muito tempo sofre com discriminações no tocante que essa

profissão sofre com o estigma da desvalorização financeira, social e humana à medida que historicamente seus executores são considerados como pessoas que desempenham atividades domésticas para sobreviver.

Além disso, esse tema envolve a questão de gênero desde que a execução do trabalho doméstico culturalmente é associado como trabalho de mulher, e são elas que compõem o maior número dos trabalhadores domésticos, devido a desvalorização desse trabalho, as trabalhadoras domésticas sofrem com o preconceito, o que contribui para fortalecer a inferioridade da mulher aumentando os índices de desigualdade social e de gênero.

No que se refere à Constituição Federal de 1988 as leis que se insere nessa questão de desigualdade de gênero se encontra nos direitos fundamentais no tocante que no Art, 5º desta constituição que menciona o princípio que estabelece que “homens e mulheres são iguais perante a lei e são detentores dos mesmos direitos e obrigações. consta ainda nessa citada constituição a lei de Isonomia que estabelece o princípio da dignidade da pessoa humana que se encontra no referido Artigo 1 inciso III desta Legislação Constitucional (SILVA, 2015).

Quanto à questão da desigualdade de gênero nos espaços de poder, vale mencionar a Lei 9.504/ 97: que estabelece a cota eleitoral de gênero. Que visa assegurar a participação de homens e mulheres no cenário da política, que é um dos fundamentos da CF88, objetivando ainda alcançar uma maior participação das mulheres nesse importante espaço de decisão.

No que se refere a outro fator de desigualdade entre os gêneros está à questão da diferença do uso do tempo entre homens e mulheres, de acordo com a pesquisa dos autores Alves e Cavenaghi (2013) em indicadores de desigualdade de gênero.

Que as mulheres são minoria em atividades produtivas e renumeradas, em relação aos homens, diferentemente das atividades domésticas em que se constata que são as mulheres que executam boa parte das funções é o que afirma (ALVES;CORREA, 2009)

De acordo com essa realidade vale destacar aqui os dados que se relacionam esta estatística.

Segundo a PNAD (IBGE, 2005), 109, 2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam exercer atividades relacionadas com os afazeres domésticos, no Brasil; sendo que, deste conjunto, 71, 5 milhões eram mulheres. Em termos absolutos, é a população adulta de 25 a 49 anos de idade que mais realiza afazeres domésticos. Verificou-se que somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto que entre as mulheres esse percentual é de 90,6%. O que faz com que boa parte das mulheres utilize um tempo que equivale á 24,3, horas semanais.

Os dados dessa realidade ainda se alteram quando levada para o âmbito regional que revelou que na região sul do país consta de uma porcentagem de 62% de homens que realizam atividades domésticas, enquanto que no nordeste esse número é menor, somou um total de 46% levando em consideração o fator histórico e cultural do machismo que nessa região<sup>6</sup> do país esta mais presente.

Ainda de acordo com Alves e Correa (2009) os dados confirmam que as mulheres tem uma jornada altamente extensiva nas atividades domésticas, o que coopera para favorecer o aumento da desigualdade de gênero na produção do trabalho informal improdutivo e da sobrecarga da dupla ou da tripla jornada de trabalho feminino, além de ser um dos motivos que ocasiona sérios problemas de saúde na vida das mulheres, acarretando exclusão da vida produtiva e social dessa parte da população.

Os dados aqui relatados sobre as desigualdades de gênero nas áreas citadas nos fazem refletir sobre as possíveis medidas que podem ser aplicadas para combater os índices, por exemplo, das mortes masculinas, quer seja no trânsito quer seja pelo uso de drogas, pois essa questão é umas das problemáticas que deve ser enfrentada por leis e políticas públicas que possam atuar de uma forma eficiente no tocante que esse fato causa danosa saúde pública evários setores da sociedade a exemplo da previdência social a medida que quanto mais homens morrem ocorre um processo de feminização da sociedade o que coopera cada vez mais para aumentar o número das diferenças entre homens e mulheres, pois com o déficit da população

---

<sup>6</sup> De acordo com Andrade (2006, 2007, 2008) A construção histórica e cultural do nordeste constituiu a imagem do homem machão, viril, rude, que também aparece como Malandro, o esperto, o cômico, sem intelecto e covarde. Para Honório (2011) tanto as características culturais como o vaqueiro, o maracatu, o bumba meu boi, o frevo a literatura de cordel, entre outros, juntamente com as características sociais ligadas ao coronelismo, ao cangaço e as formas arcaicas das relações sociais e econômicas, onde o tradicional nordeste agrário se mistura com um novo nordeste, industrializado e de novos pólos, contribuiu para elaborar e reafirmar os valores da imagem de um homem fundamentado no modelo de masculinidade, e virilidade.

masculina são as mulheres vão ter que trabalhar ainda mais para contribuir com a renda do país.

Outro agravante em relação à desigualdade de gênero está presente na questão da pouca participação da mulher nos espaços de poder como anteriormente foi ressaltado, a participação das mulheres nesse espaço de decisão ainda é muito pouca, o que faz dessa questão uma problemática desde que é no cenário político que se realiza boa parte das decisões que regem a vida dos indivíduos e com a pouca participação das mulheres nos espaços de poder, se torna restrita a sua representação na política e conseqüentemente nas lutas pelas causas femininas.

Quanto à questão da inferioridade da educação masculina em comparação com o nível educacional das mulheres, pode se destacar que esse fator gera cada vez mais desigualdade não somente para a classe feminina, mas para todo o meio social, à medida que quanto menos instruída se mostra os sujeitos de uma sociedade menos progresso econômico e social uma nação obterá. O que implica no aumento de várias vulnerabilidades como a pobreza, a violência, desemprego entre outros agravantes. No próximo item abordaremos o contexto do aumento das vulnerabilidades sociais desencadeadas pelos agravantes presentes nas relações de gênero que cristalizam bases materiais das desigualdades entre homens e mulheres na ordem capitalista.

### 3.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Outra questão que se torna relevante para analisar as desigualdades presentes nas relações de gênero se encontra na divisão sexual do trabalho, à medida que o modelo de economia vigente prioriza a obtenção do lucro em detrimento do desenvolvimento social afetando a possibilidade das mulheres em alcançar efetivos progressos no mundo do trabalho e consecutivamente na sociedade, desta forma torna-se importante para essa classe de gênero lutar para romper com os efeitos da discriminação sexista que se insere dentro do modo de produção capitalista no contexto patriarcal.

Nesse aspecto a divisão sexual do trabalho impossibilita de se fazer a valorização da mulher desde que a presença da *hierarquia* que faz a *separação* entre o trabalho dos homens e trabalho das mulheres o que acentua a *opressão degenero* presente no âmbito do trabalho considerando a força de trabalho feminina como reprodutiva e não como produtiva o que gera paradigmas e intensifica as problemáticas presentes na sociedade, construindo tanto bases materiais quanto simbólicas em relação as diferenças e as capacidades existentes entre homens e mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho como anteriormente fora mencionado decorreu de um processo de transformação do modo de produção capitalista onde sua força de trabalho passou a ser utilizada mais intensamente para impulsionar o avanço do capital, desta forma as mulheres se viram condicionadas a fazer parte dessa nova forma de reestruturação da economia onde sua participação ativa passava ser requerida.

É certo que a força de trabalho feminina já era utilizada antes da implantação do trabalho industrial como afirma Scott (1994, p. 443)

[...] A mulher trabalhadora já existia muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e nos campos da Europa e da América.

Mas ao ser inseridas na nova realidade do trabalho industrial as mulheres se vêem desempenhando um novo papel dentro da sociedade, nesse contexto os salários atribuídos a elas e a condição de se verem rompendo as barreiras do âmbito doméstico lhes aguçou os sentimentos de autonomia, de pensar sobre suas condições de vida e de trabalho o que contribuiu para despertar sua consciência de classe, assim as mulheres passaram a reconhecer que são detentoras de direitos iguais aos homens, o que fez com que elas passassem a participar de diversas lutas para tornar a sua participação produtiva mais relevante para o desenvolvimento econômico e para o progresso social.

A subordinação da mulher como sabemos decorreu de um processo em que a classe masculina obteve um status de superioridade o que desencadeou a oposição a classe feminina esse fenômeno como descreveu Marx, Engels e Lênin (1980) que este acontecimento se originou na mudança das sociedades poligâmicas para a

monogâmica, além de que como fora referido de acordo com os autores que anteriormente a esse processo a mulher desempenhava um papel importante dentro das gens, mas a partir da transição do poder matriarcal para o patriarcal as divergências e as diferenças entre ambas as classes foram moldadas entre o contexto biológico para o sócio-cultural, assim historicamente se observa que a opressão de gênero foi fundamentada na opressão da classe feminina pela masculina.

Ao se apropriar dessa condição de subordinação e inferioridade da mulher em relação ao homem o capitalismo agudiza as contradições sociais, ao mesmo tempo que contribui para fundamentar as condições para implantar a libertação da classe feminina.

A divisão sexual do trabalho desclassifica as capacidades das mulheres em relação à dos homens, o que impossibilita a equiparação de salários entre ambos os sexos além de posicionar as mulheres em condições diferenciadas e precárias de trabalho o que dificulta a sua inserção no emprego formal contribuindo cada vez mais para acentuar discriminações e desigualdades presentes nas relações de gênero.

Uma organização social que se baseia na restrição da liberdade cidadã política e social da mulher inevitavelmente cria barreiras para se instalar a sua emancipação e consecutivamente o progresso social de qualquer país.

Assim como as relações de gênero a divisão sexual do trabalho é algo que é construído socialmente através de fatores já anteriormente mencionados como cultura, religião, política, família e educação como afirma Antunes(2000, p. 109)

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Desta forma, ao ocupar como afirma Faria(2011) os espaços no mercado de trabalho assalariado as mulheres passam a assumir posições inferiores tanto nos setores comerciais como nos setores do trabalho industrial, sendo restritas a desempenhar atividades executadas pelos homens, sendo destinadas a exercer atividades de acordo com a sua definição biológica como secretárias, professoras,

enfermeiras, vendedoras essas entre outras funções que correspondem com os atributos que foram naturalizados ao comportamento das mulheres, como por exemplo de que a mulher é dócil, é menos combativa, é submissa aos mandos e desmandos do patrão não se presta muito a ser concorrente na disputa por promoções, sofre menos com a exploração do que o homem o que acarreta mais desigualdades e opressão além do emprego que exercem que são conceituados como desvalorizados e por isso são precários, muitas mulheres ainda tem que lidar com os danos psicológicos, da violência moral, e do assédio, exploração sexual que em muitos casos se faz presente no âmbito do trabalho assalariado.

Assim a divisão sexual do trabalho revela que seu processo envolve não só as relações de produção e reprodução do mercado de trabalho, mas perpassa fortemente pelas relações de gênero que se acentuam em diversos espaços da vida em sociedade, como menciona Saffioti (1976, p. 41)

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre as mulheres como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permiti-lhes manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina.

As mudanças que advém do mundo do trabalho repercutem em todas as esferas da sociedade, e as novas formas designadas pelo capital para organizar as estratégias da produção e organização do trabalho traz novas adversidades para o enfrentamento dos problemas sociais em diversos países e regiões do mundo, à medida que os impactos originados pelos métodos utilizados pelo sistema para superar suas crises contribuem para desencadear uma série de problemáticas nos moldes de produção do trabalho a exemplo da globalização que ao envolver a economia na estratégia neoliberal contribui para bipolarizar o trabalho feminino.

Ou seja, as novas configurações do mercado de trabalho faz com que os efeitos da divisão sexual se expanda transformando a divisão sexual do trabalho numa divisão internacional e sexual do trabalho como uma nova forma de estruturar as condições para se obter vantagens para o mercado o que faz com que

se faça a importação mão-de-obra de uma forma intensiva, incluindo em sua grande maioria as mulheres, que migram para outros países para atender as demandas existentes em funções determinadas por exemplo, enfermeiras, babás, cuidadoras de idosos empregadas domésticas entre outros, deslocando a mão de obra feminina para os países onde há déficits dessa mão- de- obra e boa parte dela são de países da América Latina a medida que os países subdesenvolvidos fornece uma força de trabalho barata que colabora com a lógica do lucro e exploração do capital.

Outros fatores que trazem sérias implicações para a vida das mulheres está na sobrecarga do trabalho feminino que se relaciona com a execução do trabalho produtivo e o reprodutivo, o que nos faz refletir que as contradições geradas pelas relações de gênero e do sistema vigente ao repercutir na qualidade de vida das mulheres ocasiona modificações até mesmo no formato da família reduzindo o número de filhos pois:

A lógica do mercado prevê que as pessoas devem estar o tempo todo disponíveis para o seu trabalho mercantil, enquanto a lógica do cuidado exige acompanhar os ciclos da vida. Ou seja, em diferentes períodos da vida necessitamos de mais cuidados do que em outros, como na infância e na velhice (FARIA, 2011).

Além da feminização do mercado de trabalho que envolve a desvalorização e pouca qualificação da sua mão de obra, nessas condições as mulheres se sujeitam a sofrer a flexibilização de direitos aceitando as condições precárias presente nas funções em que são direcionadas.

Através dessa realidade que pode se observar é que ao ser inseridas no mercado de trabalho as mulheres são destinadas a se integrar majoritariamente no setor de serviços através de contratos que impõe um tempo determinado, com uma jornada de trabalho parcial, e que disponibilizam o exercício de atividades por conta própria no âmbito doméstico. O que leva a concluir que esses mecanismos presentes na atual lógica de reestruturação do capital atuam com o propósito de favorecer o seu saldo de lucros levando o mercado a minimizar ao máximo os custos das organizações sonhando os direitos da classe trabalhadora com o não cumprimento das responsabilidades contratuais e de segurança social.

Assim a divisão sexual do trabalho, agrega cada vez mais vulnerabilidades para a classe feminina desde que as constantes flutuações do capital exige a implantação de um forte desenvolvimento tecnológico, o que torna essencial para os indivíduos obter uma rígida capacitação técnica e nesse caso as vagas de trabalho que são disponibilizadas no mercado são em grande maioria ocupadas por homens enquanto que as vagas que exigem menor qualificação, onde há um forte teor de exploração são direcionadas as mulheres.

Desde que ideologia conservadora que age sobre a questão do trabalho feminino afirma que as mulheres não tem as devidas qualificações para trabalhar. O que constata o porque que as mulheres obtém uma baixa remuneração já que as mulheres no decorrer da história e da organização social não desenvolveu capacitações necessárias para trabalhar na esfera pública suas qualificações se dão para desenvolver atividades no âmbito privado, e essas qualificações não se originou de instituições reconhecidas e sim de uma educação voltada para as mulheres no âmbito doméstico sendo assim de acordo com a ideologia conservadora a mão de obra feminina se torna inadequadas para o trabalho na área pública (NALU FARIA, 2011).

Outro fator que fortalece a subordinação da classe feminina se refere a questão da multifuncionalidade esta característica por ser um atributo que fora mais adaptado para o gênero feminino desde que são as mulheres que são inseridas desde de cedo em diversas atividades no trabalho tido como reprodutivo enquanto que os homens demonstram ter dificuldades em se adequar as exigências de um mercado de trabalho que cobra um ritmo polivalente no desempenho de várias funções. Dessa forma o capital passa a fortalecer sua hegemonia através da constante intensificação das desigualdades entre gêneros e classes.

É inegável que esses agravantes estão presentes na vida de ambos os sexos, mas devido aos fatores da opressão de gênero que é exercida sobre mulheres são elas que ocupam a margem mais fragmentada do mundo do trabalho dessa forma torna-se relevante analisar que a categoria gênero é um elemento fundamental para compreender que é preciso realizar mudanças em torno do conjunto das adversidades que envolve as questões de gênero que são concretizadas nas bases materiais do sistema hegemônico.

Ao mesmo tempo que o capitalismo legitima os seus mecanismo de opressão sobre o trabalho feminino também reverte forças para que o movimento feminista possa se engajar dinamicamente nas lutas que contribuem para implantar o reconhecimento da importância social, política histórica-ideológica da classe feminina. Essas questões desnudam a face universal da opressão de gênero contra as mulheres que compõe um sistema que não se restringe somente as experiências de opressão e desigualdades no âmbito da dominação masculina.

Por exemplo, reconhecer que a luta por creche faz parte de uma luta do mundo do trabalho e não apenas das mulheres. É como se a luta por creche não atingisse todo mundo, sabemos que quem precisa mesmo de creche para trabalhar são as mulheres; os homens podem entrar no mercado de trabalho como se não tivessem filhos. Portanto, continua fundamental questionar essa destinação exclusiva das mulheres ao cuidados das crianças (FARIA, 2011).

Outra alternativa que contribui para promover a emancipação feminina se dá nas escolas de ensino integral este de sistema educacional ainda não está muito presente no nosso sistema educacional brasileiro, este tipo de ensino visa contribuir para se fazer uma melhora na educação conforme afirma o Jornal Senado(2015)

Uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a escola em tempo integral — em que o estudante tem sete horas de aula por dia, em vez de quatro — vem se expandindo rapidamente no país. No ano passado, dos 24 milhões de Alunos da rede pública de Ensino fundamental, 4,3 milhões tinham jornada ampliada, revela o Censo da Educação básica 2014, divulgado neste mês. Um crescimento de 500% em relação a 2008, quando a modalidade atendia pouco mais de 700 mil estudantes. No entanto, apesar do avanço a cada ano, cumprir o PNE (Lei 13.005/2014) nesse quesito ainda vai exigir esforço dos governos. A meta 6 do plano, aprovado pelo Congresso no ano passado, determina que até 2024 a Educação em tempo integral deverá ser oferecida em ao menos 50% das Escolas públicas e atender no mínimo 25% dos Alunos de toda a Educação básica que, além do Ensino fundamental, inclui Ensino médio e Educação infantil. No fundamental (1º a 9º ano), o censo indica que a jornada ampliada hoje chega a 18% dos estudantes. Mas no Ensino médio o ritmo é bem mais lento: dos 8,3 milhões de Alunos no ciclo, apenas 330,8 mil tinham turno integral em 2013. o pouco tempo que o estudante brasileiro fica na sala de aula é fator crucial para explicar o atraso educacional

do país. E a meta estabelecida pelo PNE, argumenta, é pouco ambiciosa para recuperar esse atraso. Pela proposta, em vez das 800 horas de aula anuais exigidas hoje pela LDB, seriam 1,4 mil horas — mais até do que o praticado em países considerados modelos educacionais, como a Finlândia, que tem 900 horas ao ano. O Chile, tido como um bom exemplo na América Latina, tem 1.060. O projeto, que será tema de audiência pública na comissão, tem parecer favorável do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF). — Escola tem que ser em horário integral. Senão, não é Educação — defende o senador.

Retomando a reflexão de Faria (2011) de acordo com a autora é preciso reconceituar, visualizar a questão da opressão contra as mulheres a partir de um foco que restabeleça as experiências das mulheres, ressaltando as contribuições das práticas sociais concretas que contribuiu para transformar os agravantes da subalternidade feminina considerando as práticas sociais e os acúmulos das contribuições das mulheres para a história.

Como também:

[...] continuar lutando por políticas universais, como a redução da jornada de trabalho, uma das bandeiras da CUT. Hoje as jornadas são muito mais extensas do que prevê a lei por uma primazia do mercado, não por uma necessidade, uma vez que o grau de produtividade da sociedade permitiria para o conjunto da população jornadas de trabalho muito menores, o que inclusive poderia contribuir para uma reorganização da produção, tirando a sobrecarga que existe hoje sobre as mulheres. O mesmo vale para as políticas de salário mínimo, nós, na marcha mundial das mulheres do Quebec. Em 1995, quando elas fizeram a Marcha Pão e Rosas, uma das principais reivindicações foi o aumento de salário mínimo, o que nos chamou a atenção. Nos países que têm um salário mínimo alto, que funciona não como um piso, mas quase como um teto o grau de desigualdade é menor. Temos que conseguir mudar o paradigma que ainda hoje, é centrado nos ganhos do mercado para um paradigma vinculado ao bem estar de todos e todas, o que exige colocar o cuidado da vida humana no centro. Todos esses elementos têm que vir para nossa agenda, até pra gente olhar para uma campanha específica. Na campanha de igualdade de Oportunidade, por exemplo, o trabalho de cuidados tem que estar posto no debate. É necessário continuar com essas lutas tradicionais, mas sempre com o objetivo de incidir sobre o maior número possível de mulheres. Ao mesmo tempo, temos que continuar insistindo e colocando no debate essa compreensão do trabalho num sentido mais amplo, não só como assalariado, mas também a reprodução social, pensando a economia de uma forma ampliada, A economia não está desvinculada do social e do cultural. Temos que repensar nossa sociedade e reconstruir nossos paradigmas, mexendo em alguns elementos em geral naturalizados (FARIA,2011).

A situação de inferioridade da classe feminina em relação à classe masculina acentua a persistência das desigualdades de gênero que se faz presente no mundo do trabalho o que afeta tanto o rendimento da economia de qualquer nação, além do progresso social, o que perpetua os agravantes das disparidades sociais à medida que as estruturas mais básicas dos direitos dos indivíduos que se direcionam a atender as suas necessidades na área da educação, saúde, moradia são violados, subordinando tanto homens e mulheres a viver à margem de um sistema socioeconômico que precariza as estruturas da administração pública além de afetar tanto a representação política dos indivíduos difundindo através dos meios de comunicação de massa a opressão tanto de gênero quanto de raça, quanto de classe, nesse contexto é que a luta das mulheres inserida no contexto de luta de classe é de suma importância para quebrar o ideal de hierarquia de gênero além de implantar ações que cause impacto positivo nos diversos âmbitos da sociabilidade vigente. O capítulo a seguir ressalta a importância que a luta das mulheres engajadas tanto na atuação do feminismo quanto de outros movimentos sociais contribui para privilegiar e defender os direitos da classe feminina e como a militância feminina coopera para se fazer avanços positivos nas diversas áreas da vida em sociedade.

#### 4 O FEMINISMO E A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mesmo enfrentando vários dos desafios que foram anteriormente relatados no transcorrer deste atual trabalho é inegável que nos últimos tempos as mulheres tem se tornado um símbolo de luta pela conquista da sua emancipação humana e uma das causas desse processo se deve ao seu protagonismo nas reivindicações pelos seus direitos e por equidade social.

De fato nos últimos 70 anos as mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e simultaneamente mostraram e tem mostrado que diversos setores se inserem diretamente na conquista da cidadania e que os efeitos do sistema econômico são sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições específicas nas quais esses setores estão imersos, As mulheres novas atrizes ao transcenderem seu cotidiano doméstico fizeram despontar um novo sujeito social, mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras, múltiplas, elas estavam no movimento contra o custo de vida, pela anistia política, por creches, criaram associações, casas de mulheres, entraram em sindicatos onde reivindicaram um espaço próprio, realizaram seus encontros assim tiveram espaço para uma maior ação política como decorrência do imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas (SOARES, 1994,p.18).

O movimento feminista é pioneiro em ser o movimento social que pela primeira vez na história deflagrou a condição de subalternidade e opressão que vivem submetidas as mulheres é fato que dentro do contexto das lutas femininas existem outras organizações outros formas de abordagens de expressões feministas que dividem a atuação do movimento mas na sua proposta de ser um movimento que tem um propósito universal de lutar para combater toda e qualquer forma de opressão contra as mulheres, o feminismo tem dado indispensáveis contribuições para se fazer as transformações necessárias para modificar a realidade das desigualdades em que vive a classe feminina.

Como anteriormente fora aqui mencionado o movimento feminista surgiu através de um conjunto de organizações, reivindicações e manifestações das mulheres na luta pelos seus direitos, sua atuação política e social surgiu na Inglaterra no final do século XIX e posteriormente através da sua militância se espalhou para outros países da Europa e Estados Unidos sua relevância como movimento político social propôs em suas fases além de lutar pelos direitos

femininos reinventar o ser mulher. Assim foi indispensável criar nessa classe de gênero uma consciência libertária acerca da concepção tradicional de ser mulher, para definir o que de fato significa ser mulher, é importante abordar nesse contexto que ser mulher não está ligado somente ao fato de que as mulheres são mulheres porque biologicamente obtêm características femininas como afirma Beauvoir (1949, p. 9):

Todo mundo concorda que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje com outrora que a feminilidade “corre perigo” e exorta-nos: Sejam Mulheres, permaneçam mulheres, tornem – se mulheres. Todo ser humano de sexo feminino não é portanto necessariamente mulher, Não se nasce mulher, torna-se mulher, cumpre-se participar dessa realidade misteriosa ameaçada que é a feminilidade.

Desta forma através desta frase de cunho filosófico Simone de Beauvoir elenca significado não somente biológico de ser mulher, mas de acordo sua análise profunda acerca do que de fato significa ser mulher a autora afirma que as mulheres de fato se tornam mulheres quando se tornam importantes agentes de lutas para promover mudanças políticas e sociais que possam romper com as barreiras do domínio patriarcal que traz grandes riscos para a existência física e social das mulheres como para os mecanismos que buscam promover o seu progresso humano.

A trajetória das lutas travadas pelo feminismo através das mulheres como antes fora ressaltado ganhou uma dimensão mundial e de acordo com o seu protagonismo de militância é possível avaliar o seu histórico de lutas, conquistas e desafios.

O feminismo em seu processo de lutas obteve experiências diversificadas de acordo com a estrutura política, social e econômica dos países em que fora implantado o seu percurso de militância. No Brasil, o feminismo:

[...] Tomou forma entre o fim do século 18 e início do 19, quando as mulheres brasileiras começaram a se organizar e conquistar espaço na área da educação e do trabalho. Nísia Floresta (criadora da primeira escola para mulheres), Bertha Lutz e Jerônima Mesquita (ambas ativistas do voto feminino) são as expoentes do período. As brasileiras obtiveram importantes conquistas nas primeiras décadas do século 19. Em 1907, eclode em São Paulo a greve das costureiras, ponto inicial para o movimento por uma jornada de trabalho de 8 horas. Em 1917, o serviço público passa a admitir mulheres no quadro de funcionários. Dois anos depois, a Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do

Trabalho aprova a resolução de salário igual para trabalho igual. Já a década de 30 foi marcada por avanços no campo político. Em 1932, as mulheres conquistam legalmente o direito ao voto, com código eleitoral. Apesar da importância simbólica dessa conquista, à época, foram determinadas restrições para o exercício desse direito. Foi só com a Constituição de 1946 que o direito pleno ao voto foi concedido. Mesmo assim, um ano após de conquistado o direito ao voto, em 1934, Carlota Pereira Queiróz torna-se a primeira deputada brasileira. Naquele mesmo ano, a Assembleia Constituinte assegurava o princípio de igualdade entre os sexos, o direito ao voto, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre os gêneros. Com a ditadura do Estado Novo, em 1937, o movimento feminista perde força. Só no fim da década seguinte volta a ganhar intensidade com a criação da Federação das Mulheres do Brasil e a consolidação da presença feminina nos movimentos políticos. Mas logo vem outro período ditatorial, a partir de 1964, e as ações do movimento arrefecem, só retornando na década de 70.

Nessa fase o movimento feminista se configura como um movimento de mulheres que se colocava em oposição à ditadura militar e que foi se desenvolvendo, nas décadas seguintes, dentro das possibilidades e limites de se engajar no processo de abertura política.

Um dos fatos mais emblemáticos daquela década foi a criação, em 1975 (Ano Internacional da Mulher), do Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano a ONU, com apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realiza uma semana de debates sobre a condição feminina. Ainda nos anos 70 é aprovada a lei do divórcio, uma antiga reivindicação do movimento. Nos anos 80, as feministas embarcam na luta contra a violência contra as mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais. Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinada ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. O CNDM foi absorvido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, criada em 2002 e ainda ligada à Pasta da Justiça. No ano seguinte, a secretaria passa a ser vinculada à Presidência da República, com status ministerial, rebatizada de Secretaria de Políticas para as Mulheres (PORTAL BRASIL,2015a).

Através dessas importantes conquistas no decorrer da consolidação da sociedade contemporânea o feminismo vem se firmando como sendo um dos movimentos sociais e políticos de caráter transformador que visa ao longo da sua militância lutar para obter maiores direitos e dignidade para as mulheres.

Há quem diga que o movimento feminista cumpriu seu papel, em tempos de contracultura, nas décadas de 1960 e 1970, mas que no século XXI perdeu a razão de existir, tendo em vista uma suposta

garantia de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. No entanto, o que se nota é justamente o contrário. As mulheres ainda sofrem diversos tipos de violência (física, simbólica e sexual), lideram os rankings de desemprego, salários baixos e informalidade (em todo o mundo), todavia encaram dupla e/ou tripla jornada de trabalho (entre a vida pública e privada), são criminalizadas pela prática de aborto, ocupam a minoria das cadeiras na representação política, entre outras práticas. Ou seja, homens e mulheres, enquanto grupos sociais diferentes, ainda estabelecem entre si “relações sociais e de poder assimétricas, hierarquizadas e antagônicas”(VEIGA, 2012).

Atualmente o movimento feminista busca cada vez mais se engajar nas diversas áreas em que sua atuação torna-se indispensável para conquistar o empoderamento sócio-político das mulheres, buscando cada vez mais elaborar mecanismos para libertá-las da sua condição de inferioridade como define a expressão sexista “O sexo frágil”. O feminismo promove a força das mulheres no enfrentamento da classe feminina nas suas diversas lutas do cotidiano e na sua participação nos movimentos sociais colocando em cheque a capacidade das mulheres de promover mudanças significativas na esfera social que lhes permite enfrentar e superar as adversidades que secularmente elas estão expostas.

As transformações sociais oriundas das flutuações políticas, econômicas, culturais dão origem a novas formas de pensar de viver em sociedade, com isso surgem no decorrer do tempo novas perspectivas a serem analisadas e enfrentadas no tocante a diversos temas de que temos conhecimento como educação, saúde, política, segurança, e etc., no tocante ao movimento feminista não é diferente, as transformações ocorridas dentro da sociedade posiciona o feminismo a assumir as demandas contemporâneas. Assim atualmente o feminismo tem atuado nos novos movimentos sociais que visa implantar significativas mudanças para as mulheres a exemplo da denominada “Marcha das Vadias” este sendo um movimento social que surgiu na Europa e depois se espalhou para os Estados Unidos, Canadá e Brasil no ano de 2011, que tem como tema, a luta contra a cultura do estupro que é algo que está indiscutivelmente cada vez mais presente no conjunto das problemáticas sociais,

O nome “Marcha das Vadias” recebeu muitas críticas que afirmam que, devido ao uso do termo “vadias”, as próprias mulheres estão “se desmerecendo” e reforçando o ideal machista (o que só faz sentido dentro da própria lógica machista de que uma mulher “deve se dar o respeito”). Pelo contrário, o movimento tem como objetivo ressignificar esse termo, usualmente machista, no sentido de garantir que a mulher tem o direito de se vestir como bem entender e usar seu corpo da maneira que melhor lhe convier, sem ser discriminada,

humilhada ou violentada por isso. Assim, pode-se entender a Marcha das Vadias como uma manifestação em prol de Direitos Humanos, com o intuito de ser um movimento capaz de colocar na pauta de discussão do Estado as violações de direitos sofridas pelas mulheres através da História, e exigir um posicionamento do mesmo que busque resoluções para o problema da culpabilização da vítima, que além de ser abusada física e psicologicamente tem que conviver com mãos que atacam quando deveriam acolher. Nos casos de estupros, vemos muito frequentemente o ônus da prova sendo invertido, tendo a mulher que provar sua inocência. Ao se analisar a trajetória do movimento feminista durante essas últimas décadas do século XX e início do XXI, observamos [...] a luta pela obtenção de maiores espaços para as mulheres e o rompimento com a tradição que punha o sexo feminino como algo frágil, em oposição ao masculino. O movimento feminista passa, então, a exercer um fator determinante nesse processo, e hoje está subdividido em vários grupos, tais como o movimento das mulheres negras, das universitárias, das católicas, das lésbicas, etc. Entretanto, ainda se constata elevado nível de preconceito para com a condição da mulher dentro de uma sociedade classificada como “machista” (termo que entrou em voga a partir das últimas décadas do século XX). Diante disso, cabe ao governo criar maiores programas de integração social, que conscientizem as pessoas acerca das desigualdades acontecendo ao seu redor, para, dessa forma, reverter essa realidade discriminatória, que se verifica no Brasil e no mundo [...]. (DRUMOND; D´ANGELO, 2015).

Na atualidade há outros movimentos sociais em que a lutas das mulheres obtém uma elevada importância como, por exemplo, A Marcha Mundial das Mulheres, (MMM) Este movimento surgiu há 13 anos no Canadá e tem como propósito discutir problemas que são enfrentados pelas mulheres, visando

[...] implementar transformações estruturais na sociedade. “Parece uma coisa meio ambiciosa e talvez um pouco ingênua, mas acreditamos que para mudar a vida das mulheres, temos que mudar o mundo”, afirma. “Enquanto não tivermos um modelo de sociedade que incorpore a todas e todos, as mulheres vão continuar sendo excluídas.” Daí vem a ligação do feminismo com os demais movimentos sociais que lutam por mais moradia, saúde, educação, respeito ao meio ambiente etc. A Marcha Mundial das Mulheres, em conjunto com diversas organizações aliadas, faz parte de um movimento mundial de resistência ao sistema capitalista, colonialista e patriarcal, e de construção de propostas alternativas fundamentadas na autonomia e na autodeterminação das mulheres e dos povos. Combate ao machismo, ao racismo e à lesbofobia (MARCELINO, 2013).

Da mesma forma que a Marcha Mundial das mulheres busca implantar alternativas fundamentais para se fazer o desenvolvimento da autonomia e

autodeterminação das mulheres o Movimento das mulheres Camponesas busca atender as demandas presentes nas reivindicações das mulheres das áreas rurais, destinando essa classe de mulheres a se engajar direta ou indiretamente na luta para se fazer melhorias nas condições precárias de trabalho e vida dessa população que são permeadas pelas péssimas condições ao acesso a políticas públicas nas zonas rurais que afetam mais especificamente as regiões mais pobres do país o que contribui para aprofundar ainda mais as desigualdades sociais de gênero assim desta forma:

[...]Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário-maternidade, aposentadoria...), participação política entre outras. Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Este processo de articulação das mulheres movimentos nos movimentos mistos foi marcado por:

Acampamentos estaduais e nacional. Celebração de datas históricas e significativas como o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, 28 de maio, Dia internacional de luta pela saúde da mulher; 12 de agosto, dia nacional de luta das mulheres trabalhadoras rurais contra a violência no campo e por reforma agrária; 7 de setembro, grito dos excluídos, ... (Lutas): A continuidade e ampliação dos direitos previdenciários, a saúde pública novo projeto popular de agricultura, reforma popular de agricultura, reforma agrária, campanha de documentação... (Formação): Política- Ideológica aos diferentes níveis da militância e da base. (Materiais): Elaboração e produção de cartilhas, vídeos, panfletos e cartazes como instrumento de trabalho para a base e para as lutas. Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de

classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele (MMC,2015).

Assim como os movimentos sociais que foram anteriormente mencionados o Movimento das Mulheres Negras (MMN) em sua atuação também contribui para proporcionar mudanças significativas na vida das mulheres colaborando para se fazer a conquista da emancipação das mulheres negras como afirma Silva, em *Tecendo o fio, aparando as arestas: O Movimento de Mulheres Negras e a Construção do Pensamento Negro Feminista*, (2012).

[...]A contribuição das mulheres negras na afirmação dos principais postulados feministas nunca foi amplamente reconhecida pelo *status* feminista. [...]A mulher negra, assim como a mulher branca, é oprimida pelo homem branco porque ele, inserido numa ideologia patriarcal e eurocêntrica, acredita que tem maiores qualidades físicas, biológicas, intelectuais, de liderança para gerir a sua vida e a de outrem. É oprimida também pelo homem negro, que muito embora partilhe com ela uma experiência histórico cultural comum, não deixou de ser influenciado pela mesma ideologia patriarcal que sedimenta o inconsciente coletivo. É, ainda, oprimida pela mulher branca que, dada as circunstâncias históricas, estabelecem(ram) relações de dominação, de diferentes formas, desempenhando papéis que “legitimam(vam)” sua superioridade na hierarquia social em relação às mulheres negras. Essas duas formas de opressão, a de gênero e a de raça, atravessadas pela de classe, têm impedido, ou melhor, relegado às mulheres negras um papel social de muito menor prestígio na esfera social. Concorre ainda o aspecto ideológico que alimenta o imaginário social e atrela à mulher negra a imagem de subserviente, menos capaz, “mãezona”, “boazinha” e resignada à sorte.

De acordo com a autora, os principais momentos que marcaram o processo da organização das mulheres negras foram:

A organização do MMN no Brasil tem seu pontapé inicial em Bertioga, São Paulo, 1985, por ocasião da realização do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC). Em 1987, realiza-se em Garanhuns, Pernambuco, o IX *Encontro Nacional Feminista*. Mais uma vez, as mulheres negras presentes não se vêem contempladas. Denunciam a ausência de discussões atreladas à questão racial. O II *Encontro Nacional de Mulheres Negras* ocorre em Salvador-BA, em 1991, com um público de 430 participantes, envolvendo 17 Estados. Segundo o Relatório Final do Encontro, a concepção política que marca o evento é o reconhecimento de que:

A nossa sociedade é plural, racista e machista. “Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação”. O II Encontro foi realizado em condições bastante desfavoráveis, reflexo da crise da qual passava o Movimento de Mulheres Negras, O *Seminário Nacional de Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras*, O evento tinha por objetivo: a) discutir questões relacionadas a políticas públicas de saúde principalmente aquelas relacionadas à maternidade, à sexualidade e ao controle de natalidade e avaliar em que medidas traduziam os interesses das mulheres negras; b) sensibilizar, através das mobilizações de todas as organizações do movimento negro, ONGs, movimento feminista, a sociedade em relação ao turismo sexual, estupro que atinge em particular as mulheres negras; c) estimular a participação das mulheres negras no processo que antecedia a Conferência Internacional do Cairo, isto é, traçar estratégias no sentido de se fazerem representar em evento de tanta magnitude. Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher a intervenção das mulheres negras possibilitou ampliar a discussão sobre a questão racial em nível mundial, Em 1997, no período de 19 a 20 de abril, acontece a *I Reunião Nacional de Mulheres Negras*, o objetivo era “avaliar o II Encontro da Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-latino-americanas, bem como definir a representação brasileira.

O movimento das mulheres negras ainda teve outros momentos importantes como afirma Araújo (2013)

No que se refere à criação do GELEDÉS (Instituto da mulher negra) no ano 1988, esta é uma organização que visa fazer à valorização das mulheres negras e ao combate ao racismo. No ano 2000, mais de 20 entidades de mulheres negras pelo Brasil, inclusive o GELEDÉS, compuseram a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). O objetivo inicial da AMNB era organizar as reivindicações das mulheres negras brasileiras durante a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001. Posteriormente, a entidade ampliou seus objetivos, dedicando-se a reivindicação de políticas públicas de proteção e promoção dos direitos das mulheres negras no país, bem como a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia.

Outros dois importantes movimentos sociais que são protagonizados pelas mulheres se referem ao Movimento das Empregadas Domésticas e das Mulheres sindicalistas.

As mulheres estiveram presentes no movimento operário e sindical brasileiro, inclusive em momentos-chave como na greve geral de 1917, que começou com tecelãs que reclamavam das situações de humilhação, dos abusos sexuais cometidos pelos capatazes e das

péssimas condições de trabalho. Lutaram pela incorporação de alguns de seus direitos na consolidação das Leis do Trabalho em 1937, . Em 1968, nas greves de contagem e Osasco, marcos da resistência do período da ditadura. Na década de 1970, com o aumento da força de trabalho feminina houve também um significativo aumento das mulheres sindicalizadas, índice que era superior ao aumento da sua participação no mercado de trabalho nota-se também uma importante participação das mulheres na sociedade civil organizada tanto rural como urbana reivindicando tanto melhores salários como creches (BOLZAN; SARTIM,2015).

Desta forma a luta das mulheres sindicalistas compõe mais um conjunto de reivindicações e manifestações para promover o empoderamento das mulheres através do fortalecimento de resistência dessa classe, assim o sindicalismo feminino é mais um movimento social que muito contribuiu para se implantar importantes conquistas contra as múltiplas formas de opressão em que as mulheres estão sujeitas a enfrentar nos espaços da vida cotidiana. A luta das mulheres nos sindicatos possibilitou proporcionar a essa classe de gênero alcançar condições de exercer poder e cidadania nos espaços públicos onde é construída a democracia fortalecendo a luta para se construir a igualdade de gênero.

No contexto do Novo Sindicalismo, a luta das mulheres começou a ganhar espaço no campo sindical, passando a constar das pautas, orientadas pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisa considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas, “Ou seja, não basta identificar que as mulheres são minoria em determinadas áreas ou estão concentradas em nichos, é preciso verificar quais são os mecanismos que as isolam nesses postos e reivindicar medidas que os superem. No plano político, o início da década de 80 foi marcado por algumas vitórias da “rebeldia”, como a anistia e o restabelecimento do direito ao voto, com eleições para o governo estadual, em 1982, em que os candidatos oposicionistas obtiveram expressiva votação. A redemocratização do país contribuiu para o fortalecimento de grupos de direitos sociais e políticos<sup>7</sup> possibilitando avanços importantes relativos aos direitos da mulher, como as denúncias de assassinatos de mulheres “em legítima defesa da honra” a criação do Conselho da

---

<sup>7</sup> Um dos direitos sociais concebidos as mulheres no contexto da redemocratização do país se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, alcançado através do Programa de Assistência a Saúde da Mulher, além da prevenção e atendimento às vítimas de Violência Sexual doméstica, dos direitos trabalhistas que privilegiou as trabalhadoras domésticas com sua integração à Previdência Social e acesso a outros direitos presentes na CLT de 1943, como a licença maternidade de 120 dias e licença paternidade após o parto, na área política houve avanços com a implantação da Lei 9.504, de 30/9/1997, a Lei de cota de para contribuir com a participação da mulher nos espaços de decisão, Nas ações afirmativas no campo através do Programa de Reforma Agrária. Nas mudanças no Código Penal, através da Lei nº- 11.106, de 28/3/2005 que extinguiu incisos antagônicos a dignidade e igualdade das mulheres. (Fundo das Nações Unidas para o desenvolvimento das Mulheres – UNIFEM, O progresso das mulheres no Brasil)

Condição Feminina e da primeira Delegacia Especializada da Mulher. Conquistas que se devem principalmente ao Movimento Feminista e aos grupos que se formaram, tanto no exílio, quanto no país, disposto a transformar a sociedade brasileira, tornando-a menos desigual. A igualdade de gênero no Congresso Constituinte que elaborou o texto da Constituição de 1988, reconheceu a necessidade de proteger o trabalho da mulher, e ampliou a licença-maternidade e criou a licença-paternidade (BERTOLIN; KAMADA, 2012).

Outra importante classe de mulheres que luta para efetivar mudanças no mundo do trabalho se refere às empregadas domésticas, que visa além da conquista dos seus direitos implantar o reconhecimento social, e dignidade tanto para a categoria quanto para este tipo de trabalho, que secularmente é considerado de acordo com a ideologia patriarcal como trabalho inferior, o que de acordo com esse conceito atribui culturalmente ao trabalho doméstico a idéia de ser um trabalho improdutivo, invisível e sem valor, o que por muito tempo impôs/impõe a essa classe de trabalhadoras a conviver com a discriminação e exclusão social além de se deparar com entraves que historicamente impede a essa categoria usufruir de melhores condições de vida, Desta forma:

As domésticas se uniram e iniciaram a luta pelos seus direitos desde a década de 1930, de acordo com a presidente da federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira Laudelina de Campos foi a trabalhadora que começou essa luta. Ela chegou a conversar com os ministros do presidente Getúlio Vargas, que os direitos fossem estendidos para a categoria doméstica o que não aconteceu. O movimento das domésticas cresceu na década de 1960 e ganhou o apoio da Igreja Católica com a criação de grupos e associações. Segundo Creuza Oliveira, algumas domésticas que participaram do movimento foram presas durante a ditadura militar com padres e freiras. Foi só em 1972 que a classe conquistou a primeira lei que garantia a carteira assinada, 20 dias de férias e a contribuição para a previdência social. A Constituição Federal de 1988 garantiu mais direitos às trabalhadoras domésticas, como décimo terceiro salário, aviso prévio, licença-maternidade, folgas aos domingos e o direito de se organizar em sindicato. “A luta continuou com encontros regionais da categoria e congressos nacional e internacional. Participamos também das conferências da Organização Internacional do Trabalho [OIT], em Genebra, em 2010 e 2011” Em 2008, a classe também conquistou o decreto que proíbe o trabalho infanto-juvenil doméstico até os 18 anos. “Foi uma conquista importante, apesar de ter gente descumprindo ainda esse decreto. Várias meninas foram abusadas sexualmente nas casas, sofriam violência física e psicológica, além de estarem fora da escola.” A aprovação da PEC das domésticas foi uma conquista importante para a categoria, mas ainda é preciso lutar por regulamentações segundo a presidente da Federação Nacional

das Trabalhadoras Domésticas(Fenatrad), Creuza Maria Oliveira(NOQUEIRA, 2013).

Outras importantes marcos das conquistas femininas são destacadas por Negrão(2000):

**1759** - Olympe de Gouges, revolucionária francesa, lança o manifesto “Declaração dos Direitos da Mulher”, denunciando a Declaração dos Direitos do Homem como instrumento de cidadania restrita aos componentes do sexo masculino. Questiona o direito de as mulheres irem ao cadafalso se não podem subir à tribuna. É decapitada.

**1792** - Inglaterra - Mary Wolstonecraft (1759-97) escreve um dos grandes clássicos da literatura feminista “A Vindication of the Rights of Women”. Defendia uma educação para meninas que aproveitasse seu potencial humano.

**1827** - Brasil – Surge, no Brasil, a primeira legislação relativa à educação de mulheres; a lei admitia meninas apenas para as escolas elementares, não para instituições de ensino mais adiantado.

**1832** - Brasil - A brasileira Nísia Floresta, do Rio Grande do Norte, defendia mais educação e uma posição social mais alta para as mulheres. Lança uma tradução livre da obra pioneira da feminista inglesa Mary Wolstonecraft, e dá-lhe o título “Direitos dos homens, injustiças para as mulheres”.

**1848** - EUA, Nova York – Convenção em Seneca Falls, o primeiro encontro sobre direitos das mulheres.

**1852** - Brasil - Lançado o Jornal das Senhoras, editado por Joana Paula Manso de Noronha. Ela sabia que não poderia falar "nos direitos, na missão da mulher" para que o jornal não fosse proibido nas casas de família. Sucedeu-a Violante de Bivar e Velasco.

**1857** - 8 de março - EUA, Nova York - 129 operárias morrem queimadas pela força policial, numa fábrica têxtil Cotton, em Nova York. Elas ousaram reivindicar redução do horário de sua jornada de trabalho, de mais de 16 horas/dia, para 10 horas. Também reivindicavam melhores salários, pois recebiam menos de um terço do salário dos homens, trabalhadores no mesmo local e, ainda, o direito à licença-maternidade. Em 1910, o Congresso Internacional das Mulheres Socialistas institui o 8 de março como Dia Internacional da Mulher, em homenagem a essas mulheres.

**1858** - Brasil - Publicado em Campanha da Princesa, MG o jornal O Sexo Feminino. A editora, Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz tentava resgatar uma história perdida, a história das mulheres brasileiras. Advogava o sufrágio feminino.

**1874** - Brasil - Surgiram os jornais "O Domingo" e o "Jornal das Damas, no Rio de Janeiro, seguidos do "Myosotis", de Maria

Heraclia, lançado em Recife, em 1875, e do incisivo "Echo das Damas", de mélia Carolina da Silva Couto, no Rio de Janeiro, em 1879.

**1874** - Brasil - A jovem Maria Augusta Generosa Estrella deixou o Rio de Janeiro para estudar medicina nos Estados Unidos. Ingressou três anos mais tarde no New York Medical College and Hospital for Women. A ela se juntou uma segunda jovem, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira. As duas publicaram, depois, um jornal em New York: "A mulher".

**1879** - Brasil - O Governo Brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres; mas as jovens que seguiam esse caminho eram sujeitas a pressões e à desaprovação social.

**1880** - Brasil - As primeiras mulheres graduadas em direito encontram dificuldades em exercer a profissão.

**1887** - Brasil - Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica, no Brasil. As pioneiras encontraram muitas dificuldades para se afirmar profissionalmente e três estiveram sujeitas ao ridículo.

Brasil - A pernambucana Maria Amélia de Queiroz proferiu palestras públicas sobre a abolição da escravatura.

**1889** - Brasil - Com a Proclamação da República, Francisca Senhorinha da Motta Diniz mudou o título do jornal "O sexo feminino" para "O Quinze de Novembro do Sexo Feminino".

**1893** - Nova Zelândia - Sufrágio feminino, primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres.

**1898** - Inglaterra - Inglaterra e Escócia jogam em Londres a primeira partida de futebol feminino.

**1899** - Brasil - Uma mulher, Myrthes de Campos, foi admitida no Tribunal de Justiça Brasileiro, para defender um cliente.

**1900** - Primeiras referências na Imprensa Internacional às exibições esportivas femininas.

**1910** - Brasil - A professora Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino.

**1917** - Brasil - A professora Deolinda Daltro lidera uma passeata exigindo a extensão do voto às mulheres.

**1918** - Brasil - A jovem Bertha Lutz, iniciando a carreira profissional como bióloga, publica na "Revista da Semana" uma carta denunciando o tratamento dado ao sexo feminino. Propõe a formação de uma associação de mulheres, visando a "canalizar todos esses esforços isolados".

**1920** - EUA - Sufrágio feminino.

**1921** - Brasil - Primeira partida de futebol feminino. Em São Paulo, senhoritas catarinenses e tremembeenses.

**1921** - Brasil É constituída, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Bertha Lutz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

**1925** - Japão - O parlamento excluiu as mulheres da lei sobre o sufrágio universal. Nasce o movimento no país.

**1928** - As mulheres conquistam o direito de disputar oficialmente as provas olímpicas. O Barão Pierre de Coubertin, criador das Olimpíadas da era moderna e severo opositor à participação feminina, pede demissão do cargo de presidente do Comitê Olímpico Internacional.

Brasil - O Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, obteve uma alteração da legislação eleitoral para conferir o direito de voto às mulheres no seu Estado. Elas foram às ruas, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Estado. No entanto, foi eleita uma prefeita, a primeira da História do Brasil: ALZIRA SORIANO DE SOUZA, no município de Lages, Rio Grande do Norte.

**1932** - Brasil - O Governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras.

Brasil - A nadadora Maria Lenk, 17 anos, embarca para Los Angeles como única mulher e mascote da delegação olímpica. Foi a primeira atleta brasileira a participar de uma Olimpíada.

**1933** - Brasil - Nas eleições deste ano para a Assembléia Constituinte, foram eleitos 214 deputados e uma única mulher: a paulista Carlota Pereira de Queiroz.

**1939** - Brasil - Maria Lenk bate dois recordes mundiais, nos 200 m e 400 m do nado de peito.

Sufrágio feminino na França, Itália e Japão.

**1948** - Depois de 12 anos sem a presença feminina, a delegação brasileira às Olimpíadas segue para Londres com 11 mulheres e 68 homens.

A holandesa Fanny Blankers-Keon, 30 anos, mãe de duas crianças, consagrou-se a grande heroína individual da Olimpíada superando todos os homens. Arrebatou quatro medalhas de ouro no atletismo.

França - A escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-86) publica o livro "O segundo sexo", uma análise da condição da mulher. É famosa sua frase: "Não se nasce mulher: torna-se mulher".

**1951** - OIT - Aprovada pela Organização Internacional do Trabalho, a 19 de junho, a Convenção de Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual.

**1960** - Surge o novo feminismo, em paralelo com a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a Guerra do Vietnã.

Sri Lank (Antigo Ceilão) - SirimavoBandaransike (nascida em 1916) torna-se a primeira chefe de Estado.

**1963** - EUA - Betty Fridan (nascida em 1921) escreve "A mística feminina" que, juntamente com o "Eunuco feminino" - Germaine Green (nascida em 1939); apresenta uma crítica feminista do papel subordinado da mulher na sociedade.

Mulheres norte-americanas, inglesas, italianas, ganham as ruas difundindo as idéias: "o privado é político, nosso corpo nos pertence".

**1964** - Brasil - O Conselho Nacional de Desportos - CND proíbe a prática do futebol feminino no Brasil. A decisão só foi revogada em 1981.

Instituída a obrigatoriedade do teste de feminilidade (exame cromossômico) nos jogos olímpicos de Tóquio. A intenção era impedir a invasão de atletas masculinos travestidos de mulher.

**1970** - Reino Unido - Aprovada a igualdade salarial.

**1974** - Argentina - Izabel Perón (nascida em 1931) torna-se a primeira mulher presidente.

**1975** - As Nações Unidas instituem o Ano Internacional da Mulher, após a Conferência do México de 1975. O Plano de Ação do México aprovou a Década da Mulher (1975-1985), definiu metas a serem atingidas nos dez anos seguintes para eliminar a discriminação.

Brasil - No Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais, universitárias e donas-de-casa articulou comemorações que culminaram com a criação do Centro da Mulher Brasileira - CMB, primeira organização do novo feminismo. Em São Paulo, outro grupo de mulheres monta o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - CDMB.

Brasil - Aparece o Movimento Feminino pela Anistia - MFA, unido à luta pela redemocratização do país. O MFA era presidido por Terezinha Zerbini, que teve o marido, General Zerbini, preso e perseguido após o golpe de 64. O Movimento foi retratado no Boletim.

**1976** - Brasil - Depoimento da estilista Zuzu Angel ao historiador Hélio Silva, sobre a morte do filho, Stuart Angel, nos porões da ditadura. Dois meses depois sofreu um acidente suspeito que a vitimou.

Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW. Os Estados que firmaram a Convenção, entre eles o Brasil, condenaram a discriminação contra as mulheres, em todas as suas formas. E concordaram em buscar, através de todos os meios apropriados e sem demora, uma política adequada para combater as distorções. É o documento-base de todas as outras Convenções.

Brasil - Eunice Michilles, então representante do PSD/AM assume a vaga de Senadora, por falecimento do titular, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo, no Brasil. Seu mandato, de 8 anos, terminou em 1987. Júnia Marise foi a primeira eleita para o cargo, em 1990.

Argentina - Chega ao auge a luta de um grupo de mães Las Locas de Mayo; como eram chamadas pela ditadura. Costumavam reunir-se diante da sede do Governo argentino para exigir notícias sobre seus filhos, vítimas de perseguição política, e netos. Muitas jovens foram presas grávidas ou junto

com os filhos pequenos, sob a acusação de subversivas. "As mães da Praça de Maio" continuam mobilizadas, combatendo as violações dos direitos humanos na Argentina e em outros países latino-americanos.

**1980** - Islândia - Vigdís Finnbogadóttir (nascida em 1930) tornou-se a primeira mulher eleita democraticamente presidente.

Brasil - Encontro Feminista de Valinhos, São Paulo. Recomenda a criação de centros de autodefesa, para coibir a violência contra a mulher. Surge o lema: "Quem ama não mata". Ganha fôlego o SOS-Mulher, que se traduziria, em seguida, na criação de delegacias especiais de atendimento à mulher.

Brasil - Instituído, pela Lei nº. 6.971, de 9 de junho de 1980, o Dia Nacional da Mulher: 30 de abril.

**1981** - Brasil - Cai o veto à prática do futebol feminino no Brasil.

**1982** - Brasil - Nas eleições diretas para os governos estaduais, o movimento de mulheres elabora uma plataforma feminista submetida aos candidatos. Recebeu o título de Alerta Feminista, que acabou virando uma tradição.

**1983** - Brasil - Criados em São Paulo e Minas Gerais os primeiros conselhos estaduais da condição feminina, para traçar políticas públicas para as mulheres.

Brasil - O Ministério da Saúde cria o PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, resultado da forte mobilização empreendida pelos movimentos feministas no final dos anos 70 e início dos 80. O PAISM surgiu fundamentado nos princípios mais importantes do modelo de assistência: o da integralidade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

**1984** - Brasil - A ginástica olímpica, quase exclusivamente praticada por mulheres, passa a fazer parte dos esportes olímpicos.

**1985** - Brasil - Surge a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher - DEAM, em São Paulo e, rapidamente, várias outras são implantadas em outros estados brasileiros.

A Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei nº. 7.353, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

**1987** - Brasil - Criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro - CEDIM/RJ, a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres.

**1988** - Brasil - É instituída no Rio Grande do Sul a primeira Delegacia para a Mulher. Outras se seguiram.

Brasil - Através do Lobby do Batom, as mulheres brasileiras, tendo à frente diversas feministas e as 26 deputadas federais constituintes, obtêm importantes e significativos avanços, na Constituição Federal, garantindo igualdade a todos os brasileiros, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e assegurando que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

**1989** - Brasil - O Governo Collor tira a autonomia financeira e administrativa do CNDM, esvaziando o órgão.

Brasil - Em resposta ao desmantelamento do CNDM pelo Governo Collor, o movimento de mulheres voltou à luta e criou o Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, uma instância de articulação política, logo reconhecida e legitimada.

**1990** - Brasil - O Fórum Nacional de Presidente de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher conseguiu diversos avanços acompanhando as ações do Congresso Nacional, estando articulado com os movimentos de mulheres para encaminhamento de projetos de lei. Junto aos Ministérios, encaminhou propostas de políticas públicas. Mantinha contatos formais com agências especializadas, organismos e fundos das Nações Unidas.

Brasil - Júnia Marise é a primeira eleita para o cargo de Senadora, pelo PDT/MG.

**1992** - Brasil - Realizada no Rio de Janeiro a ECO 92 - Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, que teve participação ativa das mulheres, através do Planeta Fêmea, na Agenda 21 e no Tratado da Convenção.

**1993** - Áustria, Viena - Conferência de Direitos Humanos de Viena. Repúdio e condenação veemente a todas as formas de violência contra as mulheres. Durante o evento, a violação de Gênero assume o mesmo estatuto que outras violações brutais dos direitos humanos como o genocídio, a limpeza étnica, as torturas, a discriminação racial e o terrorismo. É declarado que “Os direitos das mulheres e das meninas são parte inalienável e indivisível dos direitos humanos” e que “Os direitos da mulher são direitos humanos”.

Brasil - Assassinada Edméia da Silva Euzébia, líder das Mães de Acari, ao sair do metrô do Estácio. Ela liderava o grupo de nove mães que ainda hoje procura seus filhos, 11 jovens da Favela de Acari, no Rio de Janeiro, seqüestrados e desaparecidos em 1990.

**1994** - Egito, Cairo - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. As mulheres participaram ativamente, marcando sua presença e reivindicações nos documentos finais.

É aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará.

Brasil - Inicia-se a articulação das mulheres brasileiras para a redação do documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, no ano seguinte. Foram realizados 91 eventos, envolvendo mais de 800 grupos femininos em todo o País.

**1995** - Brasil - Empossado, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reativou o CNDM - Conselho

Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, que novamente é esvaziado em estrutura e status nos anos de 97 e 98 . Em 1999 começa uma reestruturação resultante de pressões do movimento feminista.

China, Beijing - Realizada a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Marcou o reconhecimento definitivo do papel econômico e social da mulher; abriu os caminhos do futuro, consagrou todas as conquistas das mulheres; o princípio da universalidade dos direitos humanos, o respeito à especificidade das culturas.

O Município de Porto Alegre ratifica e se compromete com a implementação da Plataforma de Ação Mundial da Mulher – PAM, aprovada na 4ª Conferência Mundial da ONU , em Beijing, Igualdade, Paz e Desenvolvimento.

É instituído pela Lei Complementar 347/95, de autoria da vereadora Maria do Rosário Nunes, do PT, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com caráter deliberativo sobre as políticas públicas para a mulher em Porto Alegre. O Fórum Municipal da Mulher é reconhecido pela Lei como órgão legítimo que elegerá dois terços do COMDIM.

**1996** - Brasil - Visando as eleições para prefeitos e vereadores, as mulheres se organizam em todo o País e, através do movimento Mulher Sem Medo do Poder, aumentam o número de vereadoras e prefeitas em todo o território nacional.

Brasil - O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei nº. 9.100/95 - § 3º, art. 11), e a Lei 9504/97 eleva para 30%, sendo que para 1998 foi definido 25% das vagas.

É eleito o primeiro Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre, empossado em sessão especial na Câmara de Vereadores pelo Prefeito Tarso Genro.

Brasil - As mulheres ocupam 7% das cadeiras da Câmara dos Deputados; 7,4% do Senado Federal; 6% das prefeituras brasileiras (302). O índice de vereadoras eleitas aumentou de 5,5%, em 92, para 12%, em 96. As mulheres são ainda apenas 7,85% (82) dos deputados estaduais e 5,65% (29) dos deputados federais.

Dentro desse contexto das conquistas femininas vale destacar a trajetória dos velhos e atuais conflitos que se constituem como fortes entravesque estão inseridosnaslutas das mulheres e que inviabiliza a tomada de maiores conquistas para essa classe, entre elas está o desafio de entender e interligar o processo da dominação masculina e suas particularidades, como adesconstrução de suas ideologiassem deixar de lado a perspectiva da luta de classes, a medida que o modo

de produção do sistema vigente atinge todas as áreas da vida em sociedade, o domínio do capital fortalece a estrutura das ideologias que impede os indivíduos alcançarem uma consciência crítica, libertária que muito contribui para se fazer o rompimento das subordinações direcionadas a classe das mulheres e a de outros grupos.

Dentro do feminismo existem questões específicas que correspondem aos processos particulares de cada grupo de mulheres no tocante aos grupos minoritários ou daqueles que são mais afetados pela discriminação e desigualdades como, por exemplo, mulheres indígenas, negras e do meio rural as problemáticas que envolve esses grupos por serem questões específicas não se enquadra na discussão de gênero simplesmente e sim na de classes.

Para que o feminismo possa atuar mais eficientemente na superação de várias dessas demandas que se fazem presentes na vida das mulheres e no meio social precisa inserir no seu contexto de atuação a perspectiva da luta de classes como afirma Cisne (2013).

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui classe. Raça, etnia, orientação sexual, idade, etc e essas especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro da sociedade podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, por mais que “o gênero une as mulheres” a homossexualidade, gays e lésbicas, a geração, os(as) idosos(as) ou jovens, etc., a classe irá dividir(las) dentro da ordem do capital a classe é quem pois determina essas mais variadas expressões de opressão que irão ser vivenciadas por esses sujeitos assim é que uma mulher de classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra, os movimentos sociais deve ter como cerne a luta de classes. O feminismo precisa abordar uma perspectiva de totalidade, precisa ser um movimento que possa fazer com que as lutas sejam mais empreendidas englobando as diversas realidades presentes nos diversos feminismos, a categoria gênero entre suas problemáticas deve ser analisada para além do fator cultural, deve ser inserida dentro da lógica do capital versus trabalho, atuando assim como processo por onde se faça entender as suas contradições adequando dentro de suas perspectivas, o contexto econômico que vivenciamos, gerando respostas mais dinâmicas que coopere para superar o contexto da crise do capital que afeta a vida das mulheres.

Além disso, há outros desafios se fazem presente dentro do movimento no tocante a questão de que o movimento feminista não é só um movimento social, mas acima de tudo é uma organização política que em seu ideal como anteriormente foi destacado luta contra toda forma de opressão e discriminação contra as mulheres, assim contribui também com a luta para se fazer a equidade social, para que seus objetivos possam ser atingidos é preciso que o movimento tenha uma crescente articulação e participação onde haja a presença de assuntos e atividades feministas, que possa ampliar o universo da luta das mulheres que interligue o movimento feminista ao um universo de redes de espaços por onde as questões do feminismo possa circular e que possa fazer com que o movimento possa se interligar com outras lutas de outros movimentos sociais.

A presença do neoliberalismo, como expressão teórica pós-moderna, que em sua estrutura tanto ideológica quanto funcional favorece o sistema vigente cooperando para sua dominação, o que contribui para impossibilitar as articulações políticas do movimento feminista dificultando suas organizações além de propagar na consciência dos indivíduos que não se pode mudar a sociedade e nem a forma em que ela está organizada sendo possível apenas realizar pequenas mudanças. A superação das desigualdades nesse viés neoliberal, modernista faz parte de um sonho socialista que não condiz com a realidade em que vivenciamos.

Neo-liberalismo parte do princípio de que somos todos indivíduos. Nada é coletivo, não existem interesses de classe, não existem interesses coletivos. Mas na verdade, isso só se aplica aos oprimidos, Algumas poucas multi-Nacionais, controlam praticamente toda a economia mundial, elas controlam tudo o que você faz, assiste, come, veste e compra elas se instalam para explorar um país e assim que os sindicatos desse país começam a se fortalecer, elas partem para buscar o próximo país para explorar. O neo-liberalismo capitalista é como um Robin-Hood ao contrário: ele arranca dinheiro dos pobres para dar aos ricos. Um exemplo: a renda dos 1% mais ricos subiu 256% entre 1979 e 2006, enquanto a renda dos 20% mais pobres subiu apenas 11%.., a classe trabalhadora foi dizimada pelos 1% mais ricos o fato da economia ter entrado em crise não foi um acidente, foram anos de planejamento estratégico, Hoje nos EUA, tem o nível de desigualdade social igual ao de antes da Grande Depressão dos anos 30. Quanto mais pobre você fica, mais chances tem de trabalhar ganhando pouco, o que é crucial para manter o sistema. Mas é preciso uma ideologia para sustentar esse sistema. A maioria de nós nasce com empatia, mas a opressão precisa destruir toda a nossa

capacidade de ter empatia pelos outros, senão todos nós estaríamos loucamente enfurecidos sabendo que existem pessoas oprimidas. Mas como você garante que aqueles que não passam fome, aqueles que consomem o que o mundo tem para oferecer, não saiam por aí marchando reclamando que o mundo não é justo? Você cria uma ideologia para justificar a desigualdade essa é a chave você não pode ter uma realidade material desigual que limita o acesso da maioria a riqueza sem uma ideologia que legitime a desigualdade, somos nós os oprimidos que devemos vagar por aí sem saber por onde ir, [...] Quando você faz parte do 1% que controla a economia mundial, você não deixa as coisas acontecerem por acaso, isso é fundamental, [...] a mídia usa seu controle para silenciar qualquer discurso alternativo que questione o direito da elite em se manter no poder, cria –se uma hegemonia, uma maneira de pensar que controla a mente das pessoas é assim que as idéias se reproduzem, É assim que nos tornamos apenas “indivíduos” e o feminismo se torna individualista, destruindo a possibilidade das mulheres se entenderem como uma classe com interesses em comum. A ideia do neo-liberalismo é que somos todos seres empoderados com liberdade de escolha [...] Na ideologia neo-liberal não existe desigualdade estrutural nem sistemas de opressão. Não existem grupos oprimidos e opressores com interesses coletivos, apenas vários indivíduos fazendo várias escolhas individuais e se empoderando individualmente(WOJTYLA,2000).

Desta forma instala-se um conformismo, um comodismo dentro dos movimentos sociais, neutralizando os seus processos de lutas e resistência além de comprometer as demais formas de reação dos sujeitos contra a opressão presente na vida em sociedade, impossibilitando-os de validar e colocar em prática a crítica dialética que permita os indivíduos de fazer a transformação dessa sociedade desigual em uma sociedade mais igualitária.

Se tratando da realidade brasileira pode se afirmar que um dos desafios que se faz presente para o movimento feminista se acentua com as problemáticas da atual conjuntura política e econômica presente no país que se acentuou com presença do neoliberalismo, o Brasil é um país periférico, subdesenvolvido e as exigências do mercado externo impulsiona o Estado e a política ao fazer retrocesso econômicos que tem como objetivo desafogar a crise do capital ,com esse objetivo práticas neoliberais como as privatizações e desregulamentações econômicas são implantadas o que desestrutura , flexibiliza e toma os direitos da classe trabalhadora, o Estado passa a priorizar os lucros do mercado e por isso faz investimentos para mantê-los forte enquanto o investimento com as políticas sociais se transforma em

produtos para alimentar a obtenção de lucros passando a assumir um contexto de políticas sociais focalizadas e com um viés de políticas compensatórias.

Nesse contexto a saúde e educação tornam-se cada vez mais sucateadas com a constante instabilidade do capital, as crises econômicas se tornam inevitáveis o desemprego é uma ameaça constante para a vida dos trabalhadores quando este aumenta gera mão-de-obra excedente e desta forma gera flexibilização do trabalho o que contribui para o aumento dos postos de trabalhos precarizados que desta forma concebe aos indivíduos sofrer com a redução ou tomada dos seus direitos, e o que aumenta a exploração e desigualdades sociais o que coopera para aumentar os índices de vulnerabilidade social, acentuando os níveis de desemprego em que ao afetar as mulheres as coloca em um nível de trabalho e de vida cada vez mais precária.

A política de distribuição de renda é um dos fatores de desestruturação social a medida que uma de suas conseqüências é colaborar para interceptar o papel das lutas femininas no tocante a problematizar qual o direcionamento que as mulheres devem ter para lidar com essa perspectiva. À medida que a política de distribuição de renda assume um caráter dual, focalizado no tratamento dos problemas sociais, ora coopera para amenizar a situação de extrema pobreza em que muitos indivíduos se encontram ora coopera para servir como forma de dominação do capital.

Dentro de todo esse contexto o feminismo se depara com um dos seus mais importantes desafios, inteirar as mulheres a participar mais ativamente da vida política, fazendo com que elas sejam atuantes nesse universo para que o feminismo possa participar cada vez mais do processo de conhecimento e intervenção tanto dos conflitos políticos quanto dos demais tipos de problemáticas que se fazem presentes na vida em sociedade. Uma maior participação feminina nos espaços de decisão colaborará para fortalecer o movimento cooperando para se fazer a implantação de novas iniciativas e novas formas de intervenção, além de possibilitar o surgimento de novas identidades feministas colaborando também para se fazer novas formas de organização e de expressão do movimento que coopera para melhorar o exercício da democracia do qual torna-se dever de cada mulher e cidadã participar e reforçar.

Há então o desafio de integrar as lutas femininas em uma atuação não somente ideológica, mas política e reacionária que venha cooperar para fazer a transformação da sociedade. Dentro do movimento feminista existem diversos tipos de ideologias e contradições, a exemplo de grupos feministas que se denominam socialistas, mas que ao levantar as suas bandeiras e fazerem as suas reivindicações distorcem o seu segmento político o que contribui para dificultar o ideário de luta pela emancipação feminina que deve ser visualizado de uma forma mais ampla para lutar com mais eficiência contra as formas estruturais das problemáticas que envolvem as causas femininas, a exemplo da questão da dominação, opressão e violência contra as mulheres, esses temas devem ser focados não somente no seu viés cultural e sim macroestrutural.

A questão da violência contra as mulheres tem sido ao longo dos tempos um dos grandes desafios enfrentados pelo feminismo e por muitas mulheres que sofrem ou que já sofreram com esse tipo de agressão e que enfrenta constantemente a dura realidade de conviver com as suas seqüelas, físicas, moral, psicológicas e sociais. A violência contra as mulheres é utilizada como forma de controlar, dominar e submeter às mulheres a fazer e aceitar a vontade dos homens, fato este que quando colocado de acordo com esse tipo de viés ideológico, caracteriza e justifica a violência de gênero.

De acordo com Soares(2015)

Nascer mulher tem definido a vida e a existência social do gênero feminino. Por isso, a ONU Mulheres trabalha e coloca todo o seu esforço em favor dos direitos e da liberdade de mulheres e meninas em todo o mundo”, A violência contra mulheres é uma construção social resultado da desigualdade de força nas relações de poder entre homens e mulheres é reproduzida pela sociedade, no ano passado jovens cristãs foram seqüestradas em uma pequena cidade do interior da Nigéria em abril, pelo grupo terrorista islâmico Boko Haram, obrigadas a se converterem ao islamismo e (possivelmente) à inércia de serem vendidas como escravas. Elas foram raptadas de suas casas, tiradas de suas famílias e privadas de suas próprias vidas por cometeram um “crime fatal”: elas estudavam. Mais do que isso, participavam da vida social. O caso ali é de escravidão e estupro, algo que acontece de forma comum em vários países. Há muitas redes de exploração sexual que levam mulheres do leste da Europa para o oeste. Também há casos de seqüestros, como nos Países do Golfo Pérsico, onde mulheres e meninas são seqüestradas e levadas para países como Catar, Emirados Árabes e, em situação precária, acabam servindo como mão-de-obra escrava”. São tantos os crimes que o secretário-geral

da ONU, Ban Ki-moon, considera a violência contra a mulher como uma das violações de direitos humanos mais presentes no mundo e sua total eliminação é meta da campanha “Una-se pelo fim da violência contra as mulheres” O quadro é desconcertante: segundo dados das Nações Unidas, 70% de todas as mulheres do mundo já sofreram ou sofrerão algum tipo de violência. De acordo com um estudo feito pelo Ipea(Instituto de Pesquisa Aplicada 2013) A cada noventa minutos, uma brasileira é vítima de violência. São muitas as “Genis” no nosso mundo como canta Chico Buarque na famosa canção "Geni e o Zepelim". Segundo dados da ONU, pelo menos cinco mil mulheres morrem por ano apenas por terem, supostamente, cometido "crimes" como adultério, relações sexuais e gravidez fora do casamento. "Mulheres estupradas são mortas por terem 'tido relações sexuais fora do casamento'. Há também centenas de mortes acusadas de bruxaria ou por serem homossexuais. Vítimas de uma sociedade por saírem de determinada conduta ou quebrarem um tabu cultural", explica o cientista político da Anistia Internacional.

Essa assustadora realidade acerca da violência contra as mulheres revela o quanto essa problemática é algo que impossibilita de se fazer o desenvolvimento econômico e social dos países em que esse tipo de violência é alarmante, se punir a violência de gênero e atender as reivindicações dos Direitos Humanos fossem prioridade do governo dos países mais afetados por esse tipo de crime, as mudanças importantes que viabilizaria o acesso das mulheres aos seus direitos poderiam ser implantadas. Os rígidos padrões culturais e sociais presentes na conjuntura dos países asiáticos, árabes e africanos juntamente com o tipo de organização ditatorial que também é permeada por vários grupos religiosos radicais, fundamentalistas extremistas e da diversidade de costumes tribais e culturais que contribui para fragilizar a realidade econômica política existente na maioria dos países desses continentes.É inegável que nessas regiões o patriarcalismo subverte fortemente de tradição, o que torna a violência e desigualdade de gênero uma questão cada vez mais complexa, o que acentua a gravidade das problemáticas que aumenta os níveis de pobreza, de desemprego, da falta de educação e saúde, entre outros agravantes, o que contribui também para que as mulheres que nestas regiões convivam em constante clima de insegurança, a medida que pela falta de proteção elas são altamente vulneráveis e constantemente são alvos de diversos e terríveis tipos de crimes.

Em abril deste ano, o nepalês Farid Sheikh colocou fogo na mulher de 25 anos, que estava grávida de sete meses, para obter da família dela uma moto e alguns búfalos como dote. Sheikh teria agido com a ajuda de seus pais. A vítima perdeu o filho e ficou com graves queimaduras por todo o corpo. Ele e seus pais fugiram. O caso mostra um cenário bastante comum em países da Ásia e do Oriente Médio: o chamado crime por dote, uma prática proibida por Lei na maioria dos locais onde ainda acontece.

Desta forma a violência contra as mulheres tem assumido diversas configurações entre diversos níveis de gravidade e um dos exemplos que coopera para aumentar os índices de abusos, violência e violação dos direitos femininos se refere aos casos de casamentos forçados, essa questão se consolida como mais um fator de risco para a vida das meninas e jovens mulheres que são submetidas a casar,

Na próxima década, mais de 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados, segundo estudos da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) Desprovida de direitos, menores de idade ficam a mercê de escravidão doméstica, a pobreza é um dos principais incentivadores do casamento de crianças vendidas pela família em troca de dinheiro ou bens. Na África Subsaariana a taxa de meninas casadas chegam a 39%. A violência de gênero é abominável em qualquer que seja o ato Neste mês de maio, a ONU Mulheres está lançando uma mobilização global para o empoderamento das mulheres e meninas dentro das comemorações de Pequim +20. O objetivo é reforçar os compromissos dos países e das sociedades em torno da igualdade de gênero. A violência contra mulheres na América Latina foi apontada como preocupação pela ONU, especialmente em países como a Guatemala, que apresenta altos índices de casos entre pessoas não-íntimas. Ser mulher ainda é muito difícil. Há dificuldade na participação da vida pública, em empresas privadas. Há discriminação – especialmente entre mulheres participantes de grupos minoritários: negras, indígenas, de zonas rurais, etc", Porém, Maurício Santoro Cientista Político da Anistia Internacional acredita no combate à violência que derrama tanto sangue no mundo. Na Anistia [Internacional], usamos uma expressão: 'Direitos humanos internacionalmente reconhecidos'. São tratados e acordos tomados por muitos países. Portanto, existe um futuro, uma resposta que passa por leis, por engajamento, pela educação. Por isso, trabalhamos com isso, com conhecimento, com direitos (SOARES, 2015).

No Brasil a violência contra as mulheres passou a ser disciplinada após a implantação da lei 11.340/2006, a lei Maria da Penha, veio a ser elaborada para coibir e disciplinar a prática da violência doméstica, entre outros tipos de violência

contra as mulheres atuando como forma de punir os agressores e fazer com que eles possam ser conscientizados sobre as consequências da violência contra as mulheres, para si mesmos e para os filhos entre outros. Atuando também como forma de educar o comportamento dos agressores e permitir que as mulheres possam obter um tratamento digno em relação a essa problemática, colaborando para dar um melhor tratamento sobre esse tema, com o intuito de contribuir para que tanto a violência doméstica como outras formas de violência contra a mulher possam ser consideradas práticas inaceitáveis, que não pode continuar a fazer parte da vida das mulheres e da sociedade.

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver o seu agressor preso. Maria da Penha é biofarmacêutica cearense, e foi casada com o professor universitário Marco Antônio HerrediaViveros, Em 1983 ela sofreu a primeira tentativa de assassinato quando levou um tiro nas costas enquanto dormia. Viveros foi encontrado na cozinha, gritando por socorro, alegando que tinha sido atacado por assaltantes . Desta primeira tentativa Maria da penha saiu paraplégica. A segunda tentativa de homicídio aconteceu meses depois, quando Viveros empurrou Maria da Penha da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Apesar da investigação ter começado em julho do mesmo ano, a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro do ano seguinte e o primeiro julgamento só aconteceu 8 anos após os crimes. Em 1991, os advogados de Viveros conseguiram anular o julgamento, já em 1996, viveros foi julgado culpado e condenado há dez anos de reclusão mas conseguiu recorrer,

Antes da implantação da Lei Maria da penha os casos de violência contra as mulheres caíam na impunidade, a coragem que teve Maria da Penha em lutar para que seu agressor fosse punido, revelou a nível internacional o descaso que o Brasil atribuía a questão da violência contra a mulher, o que refletia o caráter machista em que este tipo de crime anteriormente era encarado, No contexto sexista a mulher sofria inúmeras vezes com a violência além da agressão, sofria com a falta de uma lei específica que fizesse justiça para este tipo de crime, o que permitia que os casos voltassem a acontecer, em certos casos até em níveis mais graves.

Mesmo após 15 anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia dado decisão ao caso, nem justificativa para a demora. Com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. Viveiro só foi preso em 2002, para cumprir apenas dois anos de prisão. O processo da OEA também condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência. E esta foi a sementinha para a criação da lei. Um conjunto de entidades então reuniu-se para definir um anti-projeto de lei definindo formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e estabelecendo mecanismos para prevenir e reduzir este tipo de violência, como também prestar assistência às vítimas. Em setembro de 2006 a lei 11.340/06 finalmente entra em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada com um crime de menor potencial ofensivo. A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de englobar, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral(OBSERVE,2015).

Os ideais e os mecanismos presentes nesta Lei que passaram a ser utilizados para punir e disciplinar a violência contra as mulheres constitui um verdadeiro avanço para a legislação brasileira que ao atuar nesta questão contribui para melhor ampliar a aplicação das medidas de proteção a favor das mulheres agredidas que quando corretamente colocadas em ação colaboram para fazer justiça a esta causa.

A violência contra as mulheres antes da implantação da Lei Maria da Penha era considerada como crime de menor potencial ofensivo, e a pena para este tipo de crime era convertida em prestação de serviços comunitários além de doação de sextas básicas feitas as vítimas, com a aplicação desta Lei o Código Penal adotou novas formas de punição para os agressores, que passaram a ser presos em flagrante ou ter a sua prisão preventiva decretada, além de ter aumentado o tempo máximo de reclusão para três anos, colocando também como medida de proteção a vítima e aos filhos, a saída do agressor do lar, além de coibir a aproximação do agressor com a vítima, uma das importantes mudanças desta respectiva lei se refere a punição que não deve ser aplicada somente ao companheiro, conjugue da vítima mas a outros tipos de agressores independente do grau de parentesco sexo ou do tipo de convívio com a vítima, a punição de agressão é igual e independente do sexo da pessoa que cometeu o crime, o que inclui a mulher que agride o homem ou mulher que agredir outra mulher. Aplicando o princípio de igualdade, presente na Isonomia presente na CF 88, não deixando que este princípio fique retido apenas a

formalidade da Lei, mas que possa ser colocado em prática para promover o equilíbrio de direitos.

É fato que mesmo depois com o advento da Lei Maria da Penha os casos de violência doméstica não diminuíram ao contrário continuaram a aumentar, seus números não condiz com a existência real dos casos ocorridos, desde que as denúncias feitas em relação a esse tipo de crime passa por questões sociais, afetivas e culturais que se relaciona com as vítimas e seus agressores, o maior número de denúncias parte das mulheres das classes menos favorecidas elas denunciam mais pelo fato de que não tem que se preocupar em preservar o nome da família como no caso das mulheres da classe abastardas, outro fator que leva a denuncia das mulheres pobres se dá pelo fato de que elas se sentem totalmente desprotegidas e por isso procuram o apoio policial e jurídico, quando essa classe de mulheres não denuncia seus agressores é pelo fato de que os laços afetivos que faz parte da relação entre vítima e agressor impede que as mulheres reconheça a gravidade do problema e passe a entender que o agressor não cometerá o crime novamente levando em consideração o sentimento afetivo do agressor, por isso em certo casos a violência doméstica segue um ciclo vicioso que se torna cada vez mais difícil de ser desfeito.

A violência doméstica se integra as relações de poder este tipo de crime expressa fortemente o fator cultural presente nas relações de gênero que faz predominar na cabeça de muitos homens a idéia sexista de que podem e têm o direito de bater nas suas companheiras, esposas, filhas, irmãs. Essa problemática ainda se relaciona com casos de distúrbios familiares, uso de drogas ou álcool por parte dos agressores ou distúrbios psíquicos, emocionais e fatores sociais como desemprego que para os homens é um fator que desestrutura a clássica condição de ser o homem o provedor da família, somado a isso a falta de conhecimento das mulheres em relação aos seus direitos além da inacessibilidade da sua emancipação financeira acentua a gravidade dos casos desse crime.

Além da lei Maria da Penha atualmente o país dispõe de outra legislação para combater a prática da violência contra as mulheres a Lei 13.104/15, A Lei de feminicídio que considera como crime hediondo a morte de mulheres decorrentes de violência doméstica ou de discriminação de gênero, tornando-se mais um importante mecanismo que reforça o combate e a proteção aos direitos e a integridade das mulheres. O feminicídio é um tipo de crime que não começa de uma forma isolada,

pode ocorrer de um processo contínuo ou inesperado, e se apresenta através de agressões físicas, verbais ou sexuais.

Ainda de acordo com essa respectiva Lei a punição para os agressores ocorre através de:

[...]Penas que podem variar entre 12 a 30 anos de prisão dependendo dos fatores em que o crime fora praticado, se dentro da prática do feminicídio haver a existência de outros crimes estes poderão contribuir para aumentar a pena dos criminosos, impedindo-os que estes possam obter logo após o benefício como por exemplo da redução da pena. Esta pode aumentar ainda em um terço do crime se este for cometido ainda durante a gravidez ou nos três meses depois do parto, se o crime for praticado contra adolescente menor de 14 anos ou adulto de 60 anos ou ainda pessoa com deficiência e se o assassinato for cometido na presença de descendentes ou ascendentes da vítima. A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, destacou que o feminicídio é motivado pelo ódio, pelo desprezo e pelo sentimento de perda da propriedade sobre a mulher em uma sociedade machista e marcada pela desigualdade de gênero. Ainda segundo ela, a aprovação do projeto de lei é um recado claro de que a sociedade e a Justiça não toleram a violência de gênero e terá repercussão importante para a redução desse tipo de crime. “É uma vitória do movimento feminista em aliança com a bancada feminina. No Brasil afora, o homem não suporta que a mulher queira sair de uma relação violenta. Essa tipificação pode intimidar fortemente os agressores que ainda vêem como um crime menor”, afirmou Jacira (PORTAL BRASIL, 2015b).

A implantação destas leis prova que a violência é algo que está muito presente na vida das mulheres, De acordo com os dados do Portal Brasil, dos relatos de violência feitos à central de atendimento à mulher – ligue 180, 33% dos casos relatados afirmaram existir uma situação de risco à vida das vítimas.

Para que a incidência da violência contra as mulheres possa de fato ser reduzida e que assim muitas vidas possam ser poupadas é preciso que o combate à violência possa ser de fato considerada como uma luta de todos e todas para que se faça a aplicação e proteção dos direitos que favorece essa classe de gênero, a sociedade precisa se empenhar na tarefa de mudar a realidade de vida das mulheres.

Desta forma, tratar da questão da violência contra as mulheres não implica em apenas fazer a implantação de leis rígidas que colabora para punir e disciplinar a sua prática. A violência e opressão de gênero tem que ser tratada tanto em suas formas micro como macro estrutural e poderá ser superada com a efetivação de

políticas públicas eficientes que juntamente com uma educação emancipadora, permita as mulheres como aos demais membros da sociedade alcançar um empoderamento que possa fazer com que a questão das relações e diferenças de gênero possam ser repensadas originando na consciência dos indivíduos uma concepção de que é necessário que todos façam a sua parte para que todos possam alcançar a efetivação dos seus direitos.

É sobre o empoderamento das mulheres e da necessidade da participação da família e da sociedade na divisão de tarefas que sobrecarregam a rotina e a qualidade de vida e progresso social boa parte das mulheres que se tratao próximo capítulo, nele veremos como o condicionamento sexista, afeta boa parte dos relacionamentos traz sérias implicações para se organizar as demandas dentro do lar como no mundo do trabalho na educação, o que perpetua a condição de inferioridade, exploração e dominação da mulher pelo homem, reforçada dentro do modelo capitalista.

## **5 A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SUAS CONQUISTAS E DESAFIOS**

De acordo com os fatores anteriormente elencados a respeito das conquistas e dos desafios presentes na luta das mulheres pode-se concluir que mesmo usufruindo de significativos avanços que trouxeram novas direções para o papel da mulher dentro da sociedade, que a condição de vida das mulheres ainda é muito desafiadora, desta forma as mulheres são impulsionadas a permanecer na luta para alcançar a igualdade de direitos em relação aos homens e que assim como eles que as mulheres possam obter cada vez mais importância passando a ocupar lugares privilegiados no tocante à vida profissional na vida em sociedade e dentro das relações pessoais e familiares.

A dinâmica da vida contemporânea trouxe diversas transformações para o mundo social, entre elas esta a forma como passamos a utilizar o tempo para viver, para alcançar metas e construir as nossas relações. A ocupação cotidiana com o trabalho tem se tornado algo primordial para a economia vigente e para a manutenção das necessidades da sociedade e da vida de homens e mulheres que tem se deparado cada vez mais com a realidade de ter que se dedicar ao trabalho em um tempo integral tendo que renunciar o tempo dedicado a família, ao prazer dos momentos de descanso e dos relacionamentos da vida íntima.

Como afirma Oliveira (2003, p. 1): “Antes ganhávamos a vida no trabalho hoje é o trabalho que ganha a nossa vida”.

Ainda de acordo com Oliveira (2003) os mecanismos de administração da economia contemporânea utiliza métodos de produção e gestão que envolve constantemente uma audácia de inovações que visa obter cada vez mais lucros para o capital, ao mesmo tempo que provoca uma falência na sociedade a medida que extrai talentos presente na subjetividade e força de trabalho dos indivíduos para enriquecer o seu aporte tanto financeiro quanto tecnológico, o que fortalece cada vez mais a sua hegemonia ao mesmo tempo que enfraquece os relacionamentos pessoais entre os indivíduos que passam a ser vazios, desumanizados, há hoje em dia uma constante volatilidade nos núcleos familiares, os desencontros proporcionados pelo ritmo acelerado dos afazeres do dia a dia, gera uma falta de estabilidade nos laços sentimentais, o que desencadeia uma falta

de sentido na convivência familiar, intensificando uma solidão que contribui para aprofundar a individualidade e insatisfação dos indivíduos.

De acordo com Lima (2004)

O paradoxo social contemporâneo é convivermos o dia a dia com tanta gente e ao mesmo tempo sentirmos solitários. Muitas são as situações geradoras de solidão: existe a solidão gerada pelo próprio poder, a solidão decorrente da riqueza, a solidão dos bem e mal casados, a solidão imposta pelo trabalho atomizado, a solidão da criança cujos pais são egoístas ou inafetivos, a solidão dos velinhos rejeitados com suas memórias e muitas vezes abandonados nos asilos onde se tornam esquecidos dos familiares, a solidão das crianças órfãs, abandonadas ou que são obrigadas a viverem em instituições repressivas, a solidão da loucura, a solidão dos internos dos hospitais psiquiátricos, a solidão dos enfermos hospitalizados, a solidão do excluídos no topo do mercado de trabalho, a solidão do desempregado, a solidão do operário que deixou família para trabalhar na cidade grande, a solidão do estigmatizado, a solidão da morte, etc., etc.

Além desses fatores o autor citado afirma que conviver com o ser humano demanda um estado de bem estar emocional, psíquico e físico que os indivíduos precisam obter para corresponder com as especificidades presente na personalidade e forma de relacionamento que cada sujeito demanda na sua subjetividade e estilo de vida, além de que o número da solidão aumenta entre os indivíduos por haver a existência de fatores que limita a manutenção de relacionamentos como problemas psíquicos e deficiência física.

É importante mencionar que hoje em dia se torna cada vez mais difícil se relacionar com as pessoas a medida que o individualismo cresce exacerbadamente em todos os âmbitos das sociedade até mesmo na esfera religiosa em que se encontram pessoas que se opõem ao individualismo e consecutivamente exclusão das pessoas.

Além disso o fato de vivermos em um mundo cada vez mais consumista contribui para esvaziar o real sentido da existência humana dentro das relações sociais e afetivas o que faz o predominar a lógica mercadológica nos relacionamento em que certos sujeitos passa a substitui o valor das pessoas pelo valor das coisas, dessa forma se faz dentro dos relacionamentos contemporâneos um esvaziamento

sentimental o amor se torna cada vez mais superficial em meio as necessidades financeiras e sociais que os indivíduos precisam sustentar para conseguir sobreviver física/socialmente. Diante disso, a manutenção da cultura do status social se propaga principalmente nos meios midiáticos como sendo uma das responsáveis pela necessidade que os sujeitos tem de ascender socialmente para poder desfrutar de uma condição econômica mais favorável que lhes permita viver melhor desfrutando das mercadorias e serviços que o mercado dispõe o que consecutivamente contribui para o aumento da solidão desde que o modo de produção capitalista impõe um ritmo cada vez mais árduo de trabalho dos sujeitos para que as necessidades do mercado possam ser satisfeitas. Nesse caso boa parte do tempo os sujeitos estarão ocupados com as demandas do mercado, a mão-de-obra dos trabalhadores precisa obter novas competências profissionais o que obriga os indivíduos a investir em cursos de capacitação/qualificação entre outros que tem o objetivo de capacitar sua força de trabalho para atender as exigências do mercado que a cada dia se torna mais dinâmico para obter o lucro da mais-valia, para isso o capital exige se fazer mais e mais exploração da mão-de-obra dos trabalhadores.

Nessa perspectiva mercadológica todos nós somos influenciados a competir uns com outros e esta competição não esta presente apenas na esfera do trabalho industrial desenvolvidos dentro das fábricas, a competição propagada pelo capitalismo se aplica em outras áreas das relações sociais a exemplo das capacidades intelectuais que cada individuo possui, nessa perspectiva as regras mercadológicas faz aumentar os casos em que boa parte das pessoas deixam de valorizar as relações sociais, os valores efetivos se perdem o que consecutivamente aumenta os casos de solidão entre os indivíduos.

Como menciona Oliveira (2003)

Na medida em que a vida produtiva, assim geralmente chamado – genérico que nem sempre se justifica – ganha terreno sobre o tempo da vida afetiva, é o cotidiano das pessoas que vai moldando uma sociedade em que encolhem os vínculos fundamentais, esvaziando assim de sua própria humanidade. Há quem reconheça na época de esplendor tecnológico que vivemos um novo Renascimento. Mas no plano social, deslizamos para uma pré-história, em que a sobrevivência era o único objetivo, Recriou-se no mundo contemporâneo uma selva burocrática e institucional, em que a agressividade e a competição são valores centrais, a seleção natural reinventada em seleção cultural. Cada um de nós vê-

secotidianamente transformado em predador, tanto mais bem sucedido quanto mais feroz e astuto, empenhado na destruição do outro, condição mesma do sucesso de cada um. E, o que mais é estarecedor, esse gigantesco retrocesso apresentado ao mundo como modernidade.

As expressões das problemáticas da vida contemporânea afetam a todos os grupos sociais e as tradições culturais em que historicamente estamos submetidos, acentuando as divergências que se fazem presentes no cotidiano da nossa vida profissional e pessoal. A existência humana está em crise à medida que cada vez mais nos perdemos no paradigma de ter que nos adaptarmos às exigências do mercado e de ter que ao mesmo tempo corresponder com as obrigações de uma vida social, ora as duas são importantes para atender às necessidades em que estamos inseridos, mas a forma como está organizada não corresponde com o ideal que aspira à liberdade, é preciso se fazer avanços na sociedade para se equilibrar os níveis da qualidade de vida de ambos os indivíduos.

A ordem em que o capital impõe à sociedade nos leva a caminhos obscuros em que somente uma completa transformação em todas as suas estruturas nos trará a realização de uma realidade onde as relações possam ser baseadas na solidariedade, numa força mútua de cooperação pela busca de uma vida pautada na valorização humana.

A criação da vida moderna aumentou a nossa necessidade e a dependência pelo dinheiro, o mercado passou a produzir novas necessidades de consumo e valores na vida dos indivíduos como, por exemplo, a aceitação do progresso individual, a industrialização apresenta uma nova lógica de sobrevivência que fez com que a demanda pelo trabalho formal crescesse, assim as famílias tiveram que deixar a sua tradicional rotina de trabalho ocasionalmente desenvolvido no seio familiar ou no âmbito do comércio para se inserir no trabalho industrial, assim o tempo passou a ser encurtado à medida que o ritmo de produção dos bens de consumo passou a aumentar, a configuração das relações sociais se modificaram e passaram a ser também relações de produção, nos tornando cada vez mais presos à lógica do mercado.

Trabalhar para viver passou a ser uma espécie de filosofia da vida moderna, assim passou a ser natural para a maiorias dos indivíduos passar horas fora de casa trabalhando para sustentar a família, está que por sinal passou a ser negligenciada à medida que a intensa dedicação ao trabalho nos deixou sem tempo para vivera nossa própria vida.

[...] Nossas vidas dependem fundamentalmente daquilo que atribuímos valor. Substituímos uma coisa por outra, lutamos mais por uma do que por outra em função do que cada uma vale para nós. Os valores tem uma existência intrínseca, “valem” pelo que são. Na economia não é diferente, Não se pergunta sobre o que vale alguma coisa, mas quanto vale. A existência do valor é relativa, e conversível a uma moeda de troca, que em geral é o dinheiro. Quando o valor no sentido econômico começa a invadir o campo dos valores que vêm de dentro de cada um de nós, e cujo o sentido independente do seu valor de troca, uma mudança de sociedade está em curso. Uma mudança para pior(OLIVEIRA, 2003).

Desta forma a mudança da vida privada para a vida pública trouxe configurações para a vida das famílias, com a intensificação do trabalho industrial o mercado passou a utilizar a força de trabalho de homens e mulheres, quebrando em parte as tradições em que ambos se posicionavam.

Nesse contexto a carga de renúncias da vida privada se tornou mais sacrificante para as mulheres à medida que ao entrar no mercado de trabalho elas não se desvincularam da sua vida pessoal, familiar, doméstica, ao contrário tiveram que adaptar a vida pessoal com a profissional, enfrentando o desafio de lidar com as responsabilidades do trabalho da família e do lar em um tempo cada vez mais restrito. Essa problemática nos faz analisar a questão de que o mesmo sistema que anteriormente negava as oportunidades de trabalho na esfera pública para as mulheres é o mesmo que passou a utilizar a mão de obra feminina para impulsionar a sua produção, fazendo com que as mulheres se submetam as árduas multiplicidades de afazeres, pois a questão é que o trabalho no âmbito privado é tão importante quanto o trabalho do âmbito público, dentro desse tema não está somente a questão da luta pela sobrevivência e dos desgastes físicos e emocionais psicológicos ocasionados pela dupla ou tripla jornada de trabalho que boa parte das mulheres enfrentam, mas a questão da desigualdade de gênero que está intrínseca dentro dela, tendo em vista que a sociedade historicamente fundamentalizada na

ideologia patriarcal impôs a mulher a submissão da vida privada, naturalizando o trabalho doméstico a sua imagem como sendo algo exclusivamente seu.

O fato desse contrato social não ter sido revisto impôs as mulheres uma severa aceleração de ritmos e cadências. Elas pisaram na armadilha de uma definição capenga de igualdade. Ao atravessar a fronteira dos territórios masculinos do poder, do saber e do trabalho renumerado, contrabandearam, bem escondida, a vida privada. A presença maciça das mulheres no mundo do trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens uma concessão quem transgride, alimenta a culpa. Que concede, fica credor. Por isso as mulheres aceitaram essa concepção falha de igualdade que, na prática, transformou-se num cheque sem fundos (OLIVEIRA, 2003, p. 21).

A imposição de ter que assumir uma carga excessiva de afazeres impossibilita as mulheres de se realizarem em outras áreas do espaço público como a exemplo da política e em outras dimensões da vida profissional. O que afeta também suas vidas no âmbito pessoal e familiar.

Com isso a família passa a ser desassistida, os conflitos entre os casais se tornam angustiantes, a culpa se torna algo presente na consciência de muitas mulheres, sua ausência fora da vida privada passa a ser justificada e compreendida, mas não totalmente aceita.

As relações de gênero existentes no seio doméstico e familiar legitima a dicotomia entre trabalho de homem e trabalho de mulher, propagando a divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico, o que restringe a liberdade e autonomia da mulher, proporcionando benefícios aos homens e ao sistema vigente. Essa problemática faz parte de uma das mais importantes reivindicações do movimento feminista que nesse aspecto luta para desconstruir a ideal de naturalização do trabalho doméstico como algo atribuído para as mulheres.

A quarta Conferência Mundial das Mulheres, ocorrida em Beijing, em 1995, foi mais um passo neste processo de despatriarcalização, principalmente ao definir que os direitos das mulheres são direitos humanos, buscando o empoderamento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e acesso ao poder, que são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e o fim da violência. O escritor Vitor Hugo fez uma constatação histórica que vale para o processo de empoderamento das mulheres: "Nenhum poder na Terra pode parar uma idéia cujo tempo chegou". É neste sentido que o processo de despatriarcalização deve ser irreversível. A idéia básica do

movimento de mulheres pode ser resumida em uma frase: “As mulheres devem ser tão livres quanto os homens e deve haver igualdade de oportunidade entre os sexos na família e na sociedade” (ALVES;CORREA, 2009).

O condicionamento social que envolve as diferenças entre homens e mulheres é tão forte que muitos indivíduos passam a acreditar que aquilo que é cultural é natural, assim é possível explicar o porquê da resignação da mulher em está sempre apta para servir, e a questão da resistência dos homens em realizar o trabalho doméstico, como se o fato de realizar esse determinado tipo de tarefa fosse uma forma de desconstruir a sua masculinidade. Os agravantes decorrentes dessa temática fundamenta a implantação da igualdade entre ambos os sexos, implantar essa igualdade é uma questão de se fazer justiça social, o respeito só será mútuo para ambas classes de gênero quando nenhum sexo se sobrepor sobre o outro, entretanto para se fazer a desconstrução das diferenças entre homens e mulheres é preciso que os homens passem a exercer as atividades domésticas, para que a repartição desse tipo de trabalho possa ser interpretada como forma de estabelecer uma dignidade mútua, um senso de fraternidade que faça com que os homens passem a ver as mulheres como sua semelhante e não como sua adversária conduzindo as mulheres a obter uma melhor qualidade de vida tanto na esfera privada quanto no âmbito público.

De acordo com Oliveira(2003),o caminho para solucionar esta problemática esta em uma reorganização do trabalho da sociedade, das instituições e das relações de gênero, desta forma homens e mulheres poderão transformar a vida individual familiar e social. É preciso se fazer uma reengenharia do tempo, afirma a autora para que o mal-estar presente na desigualdade das relações de gênero possam ser desfeitos e que assim ambos os sexos possam desfrutar de uma liberdade que lhes permita alcançar uma mútua satisfação de suas necessidades.

Outro tema relevante para refletir a condição da mulher na vida contemporânea se encontra no fetichismo ou coisificação da mulher como forma de promover a lógica de consumo do mercado, nessa perspectiva a mulher também passou a ser explorada como uma forma de angariar mais lucro para o capital.

O papel dos meios de comunicação vem através dos tempos e da mídia moderna, construindo novos valores na sociedade capitalista, no mercado consumidor e no padrão de beleza. Com a influência da mídia, não só as mulheres como homens também estão na busca frenética pela beleza perfeita, [...] Os programas de Tvs vem cada vez mais dedicando espaços para apresentar novos produtos. O consumo gerado pela mídia força cada vez jovens e mulheres a comprarem produtos e assim obter na sociedade a beleza perfeita imposta pelo mercado. A mídia mostra cotidianamente que a beleza perfeita se refere, a um corpo saudável, a boa alimentação, aos exercícios físicos entre outros, evidentemente que tudo isso tem um preço e que nem todos podem pagar(A INFLUÊNCIA DA MÍDIA...,2015)

Nesse aspecto o que tem se observado é que os valores implantados pelos meios midiáticos tem originado um sério conflito que não permite que os indivíduos se aceitem como são, no tocante ao quesito físico permeia na nossa realidade mundial uma lógica de culto ao corpo, onde a beleza tem sido considerada como meio de proporcionar um melhor acesso as oportunidades para se obter um trabalho satisfatório e consecutivamente para que os indivíduos possam estar melhor inseridos na vida pessoal e social, sendo assim para muitas pessoas a beleza tem sido considerada como uma forma de obter sucesso, de ascender socialmente. E isso é algo que tem trazido sérios agravantes para a vida de muitos indivíduos à medida que a submissão ao ideal de beleza proposto pelo mercado se consolida ao alienar a percepção dos sujeitos, ao ponto de fazer com que estes passem a se sacrificar para obter de alguma forma aquele tão desejado padrão estético. O que desencadeia danos à saúde e na vida psicológica e social dos sujeitos, pois não é raro vermos casos de homens e mulheres que se submeteram a determinados procedimentos estéticos que de alguma forma foram mal procedidos deixando seqüelas, obrigando-os a conviver e lidar com os seus efeitos colaterais que em alguns casos pode ser irreversíveis.

Contudo o que se vê cada vez mais é o crescimento de uma lucrativa indústria da beleza, que ainda tem como maior público de consumo as mulheres, à medida que são elas que secularmente também estão aprisionadas há denominada ditadura da beleza, desde que a beleza das mulheres é algo que historicamente como sabemos foi um meio de valorizar e representar as gens, e posteriormente a imagem social do patriarcado diante das relações sociais e econômicas o que por muito tempo faz com que as mulheres sejam vistas como objetos de consumo e desejo.

Essa lógica traz em seus agravantes a exclusão da diversidade de características étnicas e culturais no tocante que o padrão de beleza que se prioriza é o da raça branca, o que indiscutivelmente elenca os valores da classe burguesa e

dos seus ideais conservadores, pois nesse viés etnocêntrico estigmatiza as diferenças, colocando-as como critérios de exclusão. E o que presenciamos por muito tempo na nossa vida cotidiana é a mais pura reprodução dos ideais conservadores transmitidos pela elite branca, que mesmo sendo minoria em nossa sociedade exerce uma tradicional influência no tocante que essa classe detém os meios de produção do mercado, e assim exercem poder no meio social, determinando o que se deve produzir e consumir, para isso o marketing passou a ser um dos principais meios de acesso para se obter o máximo de êxito nas vendas, o que faz com que os publicitários sejam verdadeiros agentes em decifrar e implantar novos desejos de consumo na subjetividade das mulheres.

A construção tanto dos ideais de beleza feminino como de valores sociais, produzidos pelo sistema vigente, são formas de consolidar a sua dominação, os fatores culturais contribuíram para implementar a aceitação daquilo que o mercado dita como sendo bom ou ruim, o que nos remete a fonte histórica das diversas formas de preconceito, a medida que o poder conferido a uma classe em detrimento de outra, impôs à classe dominante o poder de exercer influência em várias áreas da vida em sociedade.

A necessidade do capital em obter lucros excessivos inevitavelmente fez com que se instaurasse a banalização da vida, dos valores morais e culturais, que são cada vez mais distorcidos pela sua ideologia de consumo, o que afeta a vida das classes sociais e especificamente a classe feminina conforme os elementos que foram elencados no decorrer deste trabalho são elas que sofrem mais com a exploração do sistema capitalista, e essa exploração se dá de uma forma singular seja que só afeta este tipo de classe social desde que o capitalismo ao inserir no seu sistema de produção a ideologia patriarcal fortaleceu as raízes dos papéis culturais e sociais que foram criadas e designadas para ambos os sexos.

Dessa forma a opressão direcionada às mulheres se acentuou com o advento do sistema capitalista criando novos e mais cruéis elementos de dominação e inferioridade em relação aos homens antes do capitalismo a mulher era considerada como propriedade do seu esposo e um bem importante apenas para contribuir com a reprodução e manutenção da família depois com a implantação do sistema vigente a mulher passa a ser considerada tanto propriedade do esposo da família como propriedade do capital quando a mulher passou a vender a sua mão-de-obra passou a ser mais intensamente explorada desde que a exploração do trabalho feminino já existia anteriormente do surgimento e consolidação do sistema vigente.

Esta exploração se dá de várias formas até mesmo no que se refere à subjetividade das mulheres ela predomina criando um ideal de mulher para se enquadrar neste modelo de sociabilidade, e este modelo de mulher conforme a

ideologia do capital é de uma mulher moderna que adere ao ideal de emancipação através do trabalho, permitindo acreditar na ideia de que a renda do trabalho lhe dá esta emancipação, e que para obtê-la ela precisa ser submissa aos mandos do capital, que faz com as mulheres sejam mais fortemente empurrada para buscar uma maior qualificação profissional criando a ilusão de que desta forma as mulheres obterão melhores salários em relação aos homens além de alcançar os mesmos direitos, valorização e reconhecimento profissional que a classe masculina e que desta forma as mulheres ficarão livres da opressão em que estão submetidas.

Assim o capitalismo se apropriou da ideologia sexista para subverter o ideal da emancipação feminina criando um ideal de libertação ilusória, pois não há libertação de nenhum tipo de opressão dentro deste sistema vigente.

Faz parte dos múltiplos interesses do capital alienar a classe trabalhadora para que esta não possa se posicionar contra a sua exploração selvagem em que estão submetidos, desta forma torna-se indispensável tanto para a classe feminina quanto para a classe dos demais trabalhadores obter um direcionamento político que juntamente com uma organização reacionária possa implementar significativas mudanças no enfrentamento dos diversos conflitos que o sistema vigente impõe na vida de todos os indivíduos.

Nesse contexto é fundamental para os movimentos sociais obter cada vez mais conhecimento acerca das estratégias de dominação do sistema capitalista, para que as mulheres possam ser agentes de transformações e que as reivindicações das classes exploradas não caiam num conjunto de ações individualistas, mas que sejam reflexos de uma educação política crítica, reacionária que possa criar condições necessárias para atuar no enfrentamento das desigualdades, protagonizando mesmo dentro dessa sociabilidade vigente um processo de libertação que possa construir uma organização social pautada em ações e valores que prezem fazer a implantação da equidade de gênero no mundo do trabalho e nas relações sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os papéis de gênero que há muito tempo foram designados a homens e mulheres em diversos tipos de sociedades contribuíram para constituir diferenças que não levaram em conta apenas as definições biológicas existente entre ambos os sexos, Os ideais que envolvem as identidades e papéis de gênero são permeados por uma classificação idealística, histórica que são baseados por tradições milenares oriundos da cultura, educação e costumes, de princípios presente em diversas religiões, que ao ser disseminado para as sociedades influenciam o modo de ser, de se vestir, de pensar dos indivíduos, enfim ser homem ou ser mulher implica em uma definição que não perpassa apenas pelas diferenças físicas, psicológicas ou sexuais através de diversos tipos de construções sociais.

Assim quando alguém assume um determinado papel de gênero não está apenas definindo sua sexualidade, mas declarando os diversos tipos de elementos de convicções oriundos das suas experiências e sensações sexuais psicológicas que contribuíram para definir a sua identidade de gênero, ou opção/orientação sexual.

Os papéis de gênero não são permeados apenas por uma definição heteronormativa tanto os papéis como a identidade de gênero dos indivíduos são mutáveis, o que nos faz perceber que os indivíduos podem assumir mais de uma identidade ou papéis de gênero. Indiscutivelmente gênero é uma importante categoria de análise acerca de como por séculos foram construídas as relações entre homens e mulheres. A teoria Queer revela que gênero é um contexto limitado de se analisar a diversidade de definições ou construções de identidades e papéis de gênero, com tudo essas duas perspectivas de análise se complementam no contexto de aprofundar os conhecimentos sobre como os conjuntos de convicções presente nos fatores sociais e culturais que contribuem para originar tais definições de gênero, e experiências sexuais que passa a fazer parte da vida dos indivíduos.

Os conceitos que contribuem para definir os papéis de gênero não são estáticos, suas configurações não permanecem inalteráveis com o movimento contínuo das transformações sociais, porém mesmo diante de tantos avanços, ainda permanecem inalterados as relações de gênero, o cuidado com a família e o trabalho doméstico que ainda é considerado como trabalho feminino, consolidado na

justificativa patriarcal, sexista de que elas tem mais habilidade que os homens para lidar com as problemáticas da vida privada. O mesmo se aplica a eles em que as atividades que são realizadas fora do ambiente doméstico são designadas aos homens. Nesse contexto através dos papéis que foram atribuídos a homens e mulheres dentro da organização social é que se instalou historicamente o primeiro antagonismo de classes de que temos conhecimento, a opressão de gênero é cultural, mas com a consolidação do sistema capitalista ela passou a produzir contrastes que envolvem bases materiais, a divisão sexual do trabalho ao considerar as diferenças biológicas entre ambos sexos acentuou a desigualdade entre essas duas classes, o que por muito tempo impediu as mulheres de obter seus direitos e consecutivamente de conquistar a sua autonomia.

O feminismo em seu protagonismo político e social luta para quebrar a lógica da dominação sexista sobre as mulheres, buscando implementar a igualdade entre ambos os sexos tanto na esfera da vida pública quanto no espaço da vida privada. A exploração presente no modo de produção capitalista afeta mais intensamente a vida das mulheres, desde que por muito tempo a classe feminina esteve segregada a viver exclusivamente para a vida privada, desta forma a luta das mulheres constituiu-se como fator primordial para se conquistar a sua emancipação.

No decorrer das lutas femininas importantes avanços foram alcançados, as mulheres conquistaram o direito ao voto, ao trabalho formal a educação, ao divórcio, a moradia, a assistência a saúde, a liberdade sexual, entre outros, mas diante das complexidades e paradigmas que se fazem presentes não apenas dentro das relações de gênero, mas que se insere dentro do capitalismo e das diversas áreas da sociedade e suas instituições, fazer a quebra das desigualdades e opressões que afeta as mulheres decorre de um processo contínuo, gradual, a medida que as ideologias e simbolismos do patriarcado tem um caráter cultural que é reproduzido em diversos âmbitos da sociedade.

Uma educação revolucionária é um dos mais importantes recursos que os indivíduos precisam obter para conquistar a emancipação humana, no tocante a este tipo de educação está preciso abordar os diversos conflitos e demandas que afeta as classes subalternas dentro do sistema vigente, uma educação pautada na transformação radical da sociedade tem como caráter promover as transformações das classes tirando-as de um contexto de lutas fragmentadas que lutam apenas para atender os interesses presentes nas demandas que afeta as

categorias profissionais, a educação não deve ser veículo de exclusão, nem seguir meramente uma prática mercadológica que vise apenas fornecer mão- de obra qualificada para o mercado, mas está deve abordar educação revolucionária como foco central para se efetivar as transformações necessárias que possam superar as diversas opressões que são inerentes a esta atual sociabilidade.

Com as constantes transformações societárias decorrente da mobilidade do capital surgem novas problemáticas sociais passam a fazer parte da nossa realidade novas particularidades presentes no mundo do trabalho, educação, saúde entre outros passama fazer partedos velhos conjuntos dos problemas sociais que envolve as classes, dessa forma os movimentos sociais precisam no decorrer da sua militância desenvolver leituras/estudos e atuações críticas e dialéticas que possa acompanhar as constantes transformações da sociabilidade vigente, produzindo ações afirmativas no combate a hegemonia do sistema, o neoliberalismo por ser um mecanismo que promove o fortalecimento do capitalismo e da sua lógica mercadológica faz a quebra dos aparelhos do Estado ao impedir que se efetue progressos no atendimento dos diversos problemas sociais, a medida que o mercado visa extrair o lucro da mais - valia e desta forma não tem interesse em cooperar para que ambos os indivíduos se emancipe e sim que faça parte da sua lógica de consumo dentro dos movimento sociais o viés pós moderno presente dentro da ideologia neoliberal implanta dentro dos movimentos sociais a idéia de que não é possível transformar esta atual sociabilidade.

No contexto da organização política brasileira o neoliberalismo implanta no mercado brasileiro a necessidade de explorar cada vez mais a classe trabalhadora para prover meios de lucros para o capital evantagens econômicas e políticas para a classe burguesa, o Brasil é um país considerado periférico, subdesenvolvido que ao sofrer com as pressões do mercado externo com que o país passa sofre pressões para retroceder aos a um estado de crise para não ter como financiar as políticas sociais, de bem estar social e assim melhorar a vida da população permitindo que cresça o níveis de desemprego colaborando para que a classe trabalhadora possa se sujeitar mais facilmente a dominação do capital e sirva de mão- de- obra barata para o trabalho. No tocante a questão do desemprego as mulheres passam ser as mais atingidas pelo fator da discriminação de gênero que em seu viés ideológico segregou a classe feminina a desenvolver trabalhos no âmbito doméstico desta

forma as mulheres sofrem com a realidade de não ter as qualificações necessárias para aplicar no trabalho formal, caindo assim no trabalho precarizado.

A questão da política de distribuição de renda tem um caráter dual ora coopera para amenizar a situação de extrema pobreza dos indivíduos ora fortalece a lógica do mercado e do neoliberalismo favorecendo os interesses dos grupos políticos, afetando a vida da população e inviabilizando a implantação de melhorias para atender as problemáticas sociais de forma estrutural e não superficial, além de que a política de distribuição de renda no tocante a questão de gênero reforça a condição histórica sexista em que estão submetidas às mulheres de ser mãe, de ser responsável pelo lar e família o que não contribui para emancipar as mulheres condição esta que é se insere dentro da questão da divisão sexual do trabalho onde a hierarquia de gênero faz a divisão do trabalho de homens e mulheres, levando as diferenças biológicas existente entre ambos os sexos para o mundo do trabalho, nesse contexto o trabalho da mulher é considerado como improdutivo o que de acordo com essa tipo de prática justifica a segregação salarial feminina e inferioridade da sua mão-obra, a naturalização do trabalho feminino o que gera cada vez mais desigualdades entre ambos os sexos, as desigualdades de gênero se faz presente em diversas áreas como saúde, educação, expectativa de vida, e para se fazer a quebra dessa realidade é preciso se implantar além de uma educação transformadora políticas públicas e programas sociais que seja eficientes para fazer a desconstrução desses mecanismos de exclusão, opressão que afeta não somente as mulheres mas toda a sociedade.

Para que o feminismo não possa ser mais um veículo de exclusão presente nesse modelo de sociedade este precisa atuar mais eficientemente no enfrentamento das diversas demandas das lutas femininas deve promover mudanças internas dentro da sua atuação buscando construir e articular os espaços das suas lutas política mobilizando cada uma das mulheres no reconhecimento das suas demandas particulares, desta forma poderá se eliminar a segmentação de classes e o individualismo dentro do movimento para que a diversidade das experiências femininas posicione as mulheres a desenvolver ações socialistas dentro e fora do movimento abrangendo as dimensões de classe, etnia, grupos minoritários, idade, sexualidade, afetividade entre outras temáticas.

A participação política das mulheres nos movimentos sociais busca ampliar as ações afirmativas no enfrentamento das problemáticas que atinge a vida das

mulheres, outras classes, o movimento feminista mobiliza a classe feminina para fazer parte da vida política, convocando as mulheres a serem importantes agentes de transformação na luta para se transformar esta atual sociedade onde se vinculam vários tipos de opressões, discriminações e desigualdades que afetam todos os indivíduos.

O ativismo das lutas femininas colaborou para que esta classe pudesse se fazer presente em várias dimensões da vida social, o que fez com que houvesse uma redução das desigualdades de gênero e na desconstrução do patriarcado. A imposição do poder da classe masculina em detrimento da classe feminina historicamente fora marcada na maioria dos casos pela violência, à medida que o opressor faz uso desse tipo de comportamento para impor a sua autoridade, o que de acordo com a ideologia machista justifica a violência de gênero, o que anteriormente ao processo de democratização do país era consentido aos homens como um direito o que lhes permitia até mesmo matar a mulher em defesa da honra algo que reflete até hoje como fruto de uma sociedade fundamentada em valores sexistas, a Constituição Federal Brasileira, estabeleceu que todos, tanto homens e mulheres são iguais perante a lei, o que respectivamente confere a ambos os sexos exercer os mesmos direitos e deveres no âmbito da vida privada e pública, mas o que ainda é um histórico de desrespeito à dignidade, física humana e social de muitas mulheres, o tema da violência contra as mulheres de fato que só passou a ser tratada como crime com o advento da Lei nº. 11.340/06, a Lei Maria da Penha, e atualmente com a Lei nº. 13.104/2015, a Lei de Femicídio, lamentavelmente o que se analisa é que mesmo com a implantação destas legislações, a violência contra a mulher se torna crescente, os índices dos casos são mais visíveis entre as mulheres de baixa renda, sendo a violência uma problemática universal ela afeta diversas classes de mulheres não fazendo distinção de nenhuma especificidade que faça parte da vida das mulheres no tocante a esta visibilidade maior nas classes de mulheres menos favorecidas da população se deve ao fato de que elas não têm o zelo pela reputação em relação ao nome da família e classe social de que fazem parte, diferente das mulheres das classes abastardas outro fator as mulheres das classes inferiores não tem muitas vezes como se proteger e por isso busca ajuda policial e jurídica. Por isso a visibilidade sobre os números reais da violência contra a mulher não são notificados no seu contexto real à medida que está questão ultrapassa

por questão referente ao fator econômico que influencia a decisão das mulheres em denunciar a violência.

A violência doméstica é um fenômeno que foi construído socialmente, desta forma é possível desconstruí-la, no entanto, transformar esta realidade é preciso além de se fazer a implantação de legislações, introduzirem diversos espaços da sociedade uma educação emancipadora que além de promover a cidadania dos indivíduos possa estabelecer um respeito mútuo aos direitos de ambas as classes de gênero.

Além de que uma educação libertária é essencial para se implantar os valores de uma sociedade coletiva, que rompa com a lógica do privado, desde que é na apropriação privada que se concentra os males que aflige as diversas áreas da vida humana, a hegemonia do capital ofusca a racionalidade dos sujeitos impossibilitando a sua libertação da alienação, o projeto de uma nova sociabilidade só será possível quando a luta política estiver atrelada há uma educação que não conceba o ideal de igualdade num contexto individualista, a construção da emancipação dos sujeitos deve estar pautada numa plenitude das organizações e representações das classes oprimidas contra as múltiplas formas de dominação do capital, assim o objetivo de ampliar direitos, de fazer a tomada de uma trajetória que viabilize o acesso a transformação das realidades concretas da opressão será fundamentado quando se realizar a implantação de uma educação coerente ao propósito da emancipação social e humana que alcance todos os indivíduos.

## REFERÊNCIAS

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA nos padrões de beleza.** Disponível em:

<<https://marchamulheres.wordpress.com/2011/05/25/a-influencia-da-midia-nos-padroes-de-beleza/>> Acesso em: 06 abr. 2015.

ALVES, J. E. D.; CORREA, S. **Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo.** Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15\\_3alvescorrea.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15_3alvescorrea.pdf)> Acesso em: 20 dez. 2014.

ANDRADE, V. G. A produção e a instituição da identidade nordestina a partir da linguagem da cinematografia brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 66, nov. 2006.

ANTIDROGAS. **Dependência de crack é maior e mais prejudicial entre mulheres.** Disponível em:

<<http://www.antidrogas.com.br/mostraartigo.php?c=4501&msg=Depend%EAncia%20de%20crack%20%E9%20maior%20e%20mais%20prejudicial%20entre%20mulheres,%20diz%20estudo>> Acesso em: 20 dez. 2014.

ANTIDROGAS. **Segundo Pesquisa 28 milhões tem algum parente dependente químico.** Disponível em:

<<http://www.antidrogas.com.br/mostraartigo.php?c=4079&msg=Segundo%20pesquisa,%2028%20milh%F5es%20t%EAm%20algum%20parente%20dependente%20qu%EDmico>> Acesso em: 20 dez. 2014.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a formação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, B. **Enegrecer o feminismo: movimento de mulheres negras no Brasil.**

Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/03/enegrecer-o-feminismo-movimentos-de-mulheres-negras-no-brasil/>> Acesso em: 06 abr. 2015.

BARBOSA, L. C. **Mulher, moradia e saúde: reflexões feministas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BERTOLIN, P. T. M.; KAMANDA, F. L. Ausentes ou invisíveis?: a participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012.

BOLZAM, D. P.; SARTIM, M. M. N. **O mercado de trabalho de Vitória: um recorte da desigualdade de gênero.** Disponível em: <[http://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/DEBORA\\_SARTIM.pdf](http://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/DEBORA_SARTIM.pdf)> Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL DEBATE. **Aborto e cesariana entre as causas da mortalidade materna.** Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/aborto-e-cesarianas-entre-as-causas-da-mortalidade-materna/>> Acesso em: 14 dez 2015.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar.** Belo Horizonte: Rona, 1998. p. 142-150.

CISNE, M. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista.** Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>> Acesso em: 19 dez. 2014.

CORREIA, A. **Desafios da lei Maria da Penha.** Disponível em: <<http://www.direitolegal.org/artigos/os-desafios-da-lei-maria-da-penha/>> Acesso em: 31 jan. 2015.

**DADOS NACIONAIS sobre violência contra as mulheres.** Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em 14 dez 2015.

DIDIER, D. **O que é heteronormatividade?** Disponível em: <<http://serfelizeserlivre.blogspot.com.br/2011/01/o-que-e-heteronormatividade.html>> Acesso em: 17 maio. 2015.

DRUMMOND, R.; D'ANGELO, L. B. **A trajetória feminista e suas lutas frente aos dilemas do século XXI.** Disponível em: <<http://causasperdidas.literatortura.com/2013/10/27/a-trajetoria-do-movimento-feminista-e-suas-lutas-frente-aos-dilemas-do-seculo-xxi/>> Acesso em: 06 abr. 2015.

FARIA, N. **A divisão sexual do trabalho com base material nas relações de gênero.** Disponível em: <<http://www.sof.org.br/textos/11>> Acesso em: 15 mar. 2015.

FAUNDES, A.; CECATTI, J. G. A operação cesárea no Brasil: incidência, tendências, causas, conseqüências e propostas de ação. **Cad. Saúde Pública**, v. 7, n. 2, p. 150-173, 1991.

FESTIVAL MARGINAL. **Feminismo é algo individual para cada feminista.** Disponível em: <<http://www.festivalmarginal.com.br/feminismo/feminismo-neoliberal/>> Acesso em: 16 dez. 2015.

GASPARETI, L. **O movimento feminista no mundo.** Disponível em: <[http://luanagaspareti.blogspot.com.br/2010/09/o-movimento-feminista-no-mundo\\_07.html](http://luanagaspareti.blogspot.com.br/2010/09/o-movimento-feminista-no-mundo_07.html)> Acesso em: 05 mar. 2015.

GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>> Acesso em: 14 dez 2015.

GOMES, L. F. **Violência machista contra a mulher e Lei Maria da Penha**: mulher bate em homem e em outra mulher. Disponível em: <<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1366047/violencia-machista-da-mulher-e-lei-maria-da-penha-mulher-bate-em-homem-e-em-outra-mulher>> Acesso em: 17 dez. 2014.

GURGEL, T. **Feminismo e luta de classe**: história, movimento e desafios teórico-político do feminismo na contemporaneidade, fazendo gênero. Disponível em: 12 jan. 2015.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. **Gênero e a acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/>> Acesso em: 20 maio 2015.

HONÓRIO, D. M. **Cabra macho sim senhor!**um estudo sobre a masculinidade no nordeste do Brasil. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/>> Acesso em: 13 abr. 2015.

KOLLONTAI, A. **Marxismo e revolução sexual**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LABOISSIÈRE, P. **Planos de saúde terão que cobrir cesárea eletiva se gestante assumir riscos**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/planos-de-saude-terao-que-pagar-por-cesarea-eletiva-se-gestante-assumir-riscos>> Acesso em: 14 dez 2015.

LIMA, R. A solidão no mundo contemporâneo; o jeito mesmo é ter um bichinho, mesmo!!! **Revista Espaço Acadêmico**, n. 34, mar. 2004.

LOURO, G. L. Um corpo estranho, ensaio sobre sexualidade e teoria *querr* como políticas de conhecimento. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Imagem e diversidade sexual**: estudos da homo cultura. São Paulo, novas edições, 2004. P. 23-28.

MADERS, A. M. Identidade, diferença e complexidade: um ensaio escópico acerca do feminismo. **Revista Direitos Culturais**. Rio Grande do Sul, v. 5, n. 8, p. 41-56, 2010.

MARQUES, E. A mulher na Sociedade Moderna. In: VIANA, N. (Org.). **A questão da mulher**: opressão trabalho e violência. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

MARQUES, M. D. **Desafios do feminismo ontem e hoje**. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/>> Acesso em: 28 jan. 2015.

Marx, Engels e Lênin. **Sobre a Mulher**, Global editora, São Paulo, 1980.

MMM. Movimento das Mulheres Camponesas. **História das mulheres camponesas**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>> Acesso em: 06 abr. 2015.

MOORE, H. L. **Fantasia e poder e identidade**: gênero, raça e violência. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital>> Acesso em: 14 nov. 2014.

MOSCHKOVICH, M. **Machismo a opressão primeira**. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/23925-machismo-a-opressao-primeira-por-marilia-moschkovich>> Acesso em: 12 jan. 2015.

MUSSKOPF, A. S. **Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram**. Disponível em: <[http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=161&cod\\_boletim=9&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo)> Acesso em: 25 mar. 2015.

NOGUEIRA, D. **Luta por direitos das empregadas domésticas começou há quase 80 anos**. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/>> Acesso em: 06 abr. 2015.

NOLL, P. M. S. **A constituição do gênero masculino e feminino no psiquismo**. Disponível em: <<http://freudlacan.com.br/>> Acesso em: 19 mar. 2015.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança**: polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores associados, 2000.

OBSERVE. Observatório Lei Maria da Penha. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/lei\\_mariadapenha](http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha)> Acesso em: 06 abr. 2015.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **A importância de Igualdade de gênero no mundo do trabalho**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/importancia-da-igualdade-de-genero-no-mundo-do-trabalho>> Acesso em: 18 jan. 2015.

OLIVEIRA, R. D. **Reengenharia do Tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. (Idéias contemporâneas)

ONU Mulheres Brasil. **Com grandes esperanças**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/>> Acesso em: 10 mar. 2015.

PORTAL BRASIL. **Brasileiras lutam pela igualdade de direitos**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>> Acesso em: 06 abr. 2015a.

PORTAL BRASIL. **Cresce a Participação da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/03/cresce-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 14 dez 2015b.

PORTAL BRASIL. **Ministra fala de aprovação da Lei de feminicídio.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/ministra-fala-sobre-aprovacao-da-lei-do-feminicidio>> Acesso em: 06 abr. 2015c.

PORTAL BRASIL. **Políticas Sociais revolucionam a vida das mulheres brasileiras.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/politicas-sociais-revolucionam-a-vida-das-mulheres-brasileiras>> Acesso em: 12 dez 2015d.

PORTAL TERRA. **Violência, nascer mulher defini existência social.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/>> Acesso em: 10 mar. 2015.

RIBEIRO, D. **As diversas ondas do feminismo acadêmico.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/>> Acesso em: 02 abr. 2015.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. **As transformações das políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt2/as\\_transformacoes.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt2/as_transformacoes.pdf)> Acesso em: 15 dez. 2015.

RIOT-SARCEY, M. **Historie duféminisme.** Paris: La Découverte, 2002.

SAFFIOT, H. **Violência de Gênero:** o lugar na práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais. São Paulo: Xamã, 1997.

SANTOS, C. G. **Exploração dominação de gênero e a sua relação com a divisão sexual do trabalho na perspectiva dos direitos humanos.** Disponível em: <[www.uel.br](http://www.uel.br)> Acesso em: 15 mar. 2015.

SASP. Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo. **A CLT e as relações empregatícias no âmbito doméstico.** Disponível em: <<http://www.sasp.org.br/convenios/373-a-clt-e-as-relacoes-empregaticias-no-ambito-domestico.html>> Acesso em: 27 dez. 2014.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: <<http://disciplinas.stoa.usp.br/>> Acesso em: 15 out. 2014

SILVA, B. E. **Tecendo o fio, aparando as arestas:** o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/>> Acesso em: 06 abr. 2015.

SILVA, P. R. **O princípio da igualdade no direito do trabalho.** Disponível em: <[www.ambito-juridico.com.br](http://www.ambito-juridico.com.br)> Acesso em: 13 abr. 2015.

SOARES, V. **Movimento feminista, desafios e paradigmas.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>> Acesso em: 18 dez. 2014.

TORRES, A. M. **A divisão sexual do trabalho:** A inserção da Mulher no Mundo do Trabalho. I seminário de trabalho e gênero. Disponível em: <<https://portais.ufg.br>> Acesso em: 19 abr. 2015.

VEIGA, P. **Quais são as perspectivas para as mulheres na atualidade?**IV Seminário Internacional Trabalho e Gênero discute a atualidade do movimento feminista e seus desafios. Disponível em: <<https://jornalufgonline.ufg.br>>Acesso em: 06 abr. 2015.

VENTURINI, M. **Desafios e perspectivas da luta feminista para a juventude.** Disponível em: <<http://ujs.org.br/>>Acesso em: 20 jan. 2015.

WISNEFWSKI, A. P. R. **Não se nasce mulher torna-se mulher.** Disponível em: <<http://unisinos.br/>>Acesso em: 04 fev. 2015.